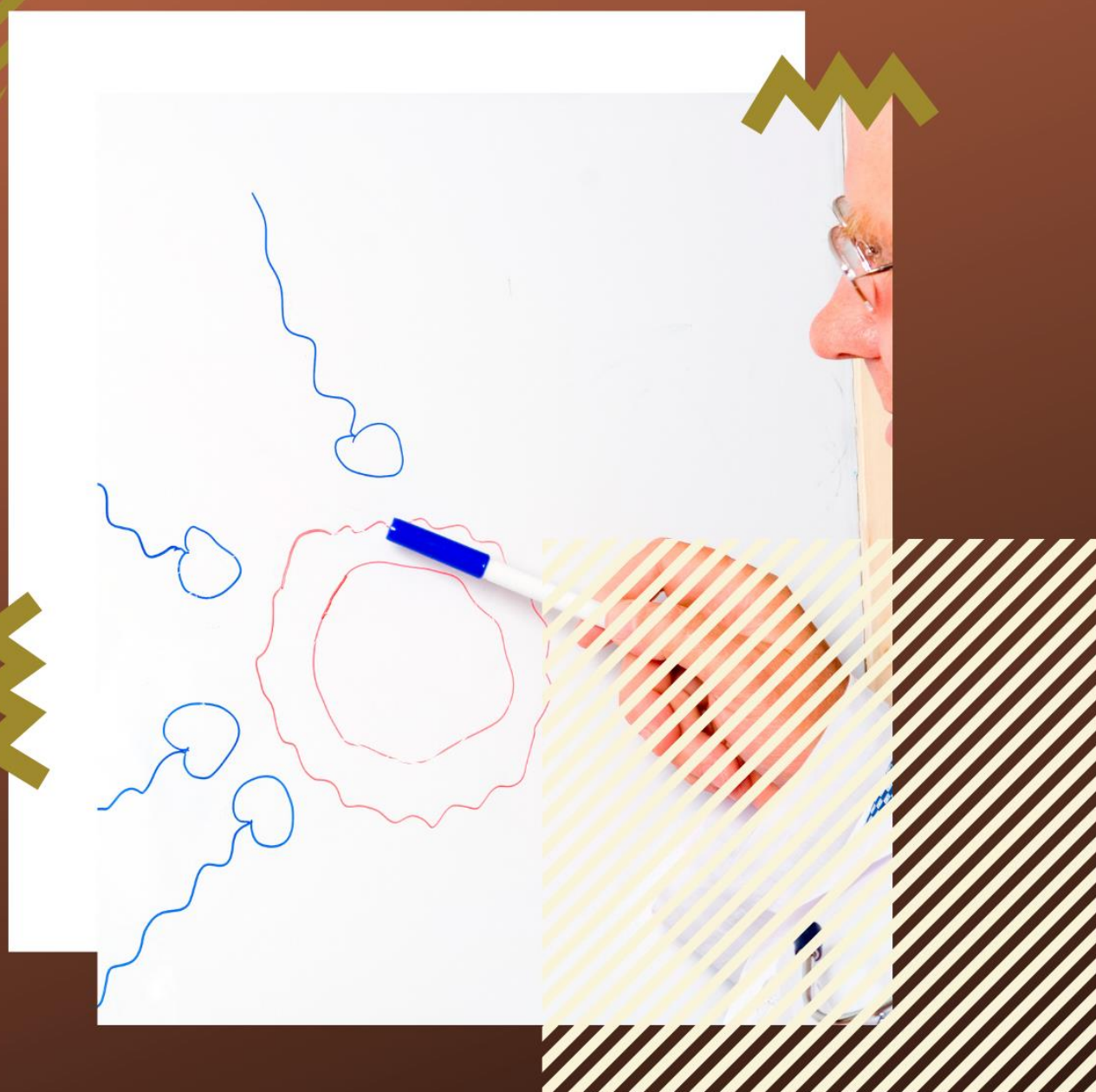


EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Sexualidade



Organizadoras
Maria Célia da Silva Gonçalves
Bruna Guzman de Jesus



Editora Poisson

Volume

19

Ano 2021

Maria Célia da Silva Gonçalves
Bruna Guzman de Jesus
(Organizadoras)

Educação Contemporânea - Volume 19

Sexualidade

1ª Edição

Belo Horizonte

Poisson

2021

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
Msc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24
Educação Contemporânea - Volume 19 – Sexualidade/ Organização: GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de – Belo Horizonte– MG: Poisson,2021
Formato: PDF ISBN: 978-65-5866-054-5 DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5
Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia
1.História 2.Educação I. GONÇALVES, Maria Célia da Silva II.JESUS, Bruna Guzman. III.Título
CDD-370
Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: A importância de trabalhar a temática história da sexualidade durante um programa de extensão na Educação Básica..... 6

Patricia Dias Ferreira, Ketlin Meira Pereira, Raquel Manzan Miranda, Bruna Marcelle Costa Aguiar, Simone Acrani

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.01

Capítulo 2: A influência das construções sociais sobre a vivência da sexualidade: Um olhar para alunos da Educação Básica 11

Beatriz Temoteo Silva, Eliane Viana Cardoso, Gabriel Roel Elias Carvalho, Larissa Martins Tosta, Simone Acrani

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.02

Capítulo 3: Infância, sexualidade e gênero em paredes de escolas públicas do Ensino Fundamental em Uruçuí 19

Pedro Martinho Sobrinho Mendonça, Denise Hosana de Sousa Moreira, Vanessa Oliveira Silva, Dariane de Sousa Moraes

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.03

Capítulo 4: O corpo no espelho das narrativas para crianças: Análises e interpretações dos elementos que marcam as diferenças na corporeidade..... 26

Lenise Oliveira Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.04

Capítulo 5: Recorte de um projeto de Educação em Saúde Reprodutiva realizado durante a pandemia de Covid-19, em uma escola pública de Educação Básica..... 31

Beatriz Caroline Conceição do Nascimento, Dayane Cristina Zanqueta Azevedo, Fabiana Schaffer, Simone Acrani

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.05

Capítulo 6: Conversando sobre prevenção à gravidez na adolescência e sobre a prevenção às ISTs com o grupo de Guardas Mirins da UEPG – 2ª Edição 37

Kauane Chicora, Lethicia Bueno da Silva, Larissa Anadir Carneiro de Oliveira, Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.06

Capítulo 7: Educação para sexualidade em um contexto de ensino remoto: Vantagens e limitações..... 41

Lucas de Souza Ortolan, Lorena Tomaz Ribeiro, Julia Nascimento Flores, Maria Eduarda Rocha Camilo, Simone Acrani

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Representações sociais das estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia sobre o HIV 49

Juan Felipy Felix de Oliveira, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro, Carle Porcino, José Vitor Araújo Rosa Ribeiro

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.08

Capítulo 9: Relação sexual e doenças sexualmente transmissíveis: Uma abordagem disciplinar de amostragem feita pelos alunos da Escola Municipal Maria Celeste Pires Leite em Catingueira/PB 56

Maria Helena de Lima Gomes e Martins, Veneziano Guedes de Sousa Rêgo, Luciano de Brito Junior

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.09

Capítulo 10: Reflexões da Teoria Queer na educação: Subversão à obscuridade..... 63

Alex Pereira Ribeiro, Emanuel Máximo de Menezes

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.10

Capítulo 11: Conceitos e gênese acerca da moral regente no comportamento sexual feminino no ocidente entre os Séculos XVI - XX 69

Eduarda Bento Severo, Mayara Barbosa Costa

DOI: 10.36229/978-65-5866-054-5.CAP.11

Autores:..... 77

Capítulo 1

A importância de trabalhar a temática história da sexualidade durante um programa de extensão na Educação Básica

Patricia Dias Ferreira

Ketlin Meira Pereira

Raquel Manzan Miranda

Bruna Marcelle Costa Aguiar

Simone Acrani

Resumo: A sexualidade faz parte da vida de todos, é individual e envolve aspectos históricos, sociais, psíquicos e culturais. Compreender a história da sexualidade é importante para entender como o seu aspecto histórico reflete os diferentes valores, crenças, organização social, religiões das sociedades e como isso influencia na percepção até hoje na vida dos indivíduos relacionado a construção da sua sexualidade. O objetivo deste artigo é relatar como a temática foi desenvolvida junto aos alunos da educação básica durante a concretização de um programa de extensão em educação para a sexualidade que possui como foco principal o resgate da auto-estima e da valorização e preservação da vida. As atividades foram adaptadas para o ensino remoto por conta da pandemia do SARS-COV-2. Diferentes ferramentas da tecnologia da comunicação e informação foram utilizadas, assim como ambiente virtual de aprendizagem e sala de aula virtual. As redes sociais, *Instagram®* e *Facebook®* foram usadas para reforçar os conteúdos de forma assíncrona e contínua.

Palavras-chave: Educação Básica, História da Sexualidade, Educação Sexual, Adolescentes e Ensino Remoto.

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade faz parte da vida de todos, é individual e envolve aspectos históricos, sociais, psíquicos e culturais. Mídias em torno do sexo e erotismo reforçam o preconceito relacionado a sexualidade, bem como a sua banalização, fazendo que seja necessário a discussão entre crianças e adolescentes. Esse assunto tem sido visto ao longo dos tempos como algo pecaminoso, gerando diversos mitos e tabus (MOIZÉS, 2009).

A Educação para a sexualidade visa desenvolver assuntos da questão reprodutiva, incluindo a família e as instituições de ensino, que orientam as condutas seguras e responsáveis para obtenção do prazer sexual bem como o direito à livre expressão da sexualidade. A educação direciona o indivíduo a liberdade de seu desenvolvimento contribuindo para a resolução de problemas tornando-se um instrumento de mudanças. A participação familiar e adaptação dos professores a realidade que o aluno está inserido é importante para a compreensão das questões que englobam a educação sexual. Frequentemente os alunos não recebem uma instrução adequada e geralmente não conhecem o seu próprio corpo, com a formação apropriada, pode colaborar para a melhoria do conhecimento das doenças e ações que podem ser feitas para prevenção, liberdade na expressão da sexualidade, concepções livres de tabus e preconceitos e responsabilidades relacionadas ao sexo (CRUZ, 2015).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS sugerem que o tema sexualidade seja abordado de forma transversal, ou seja, desenvolvido em todas as áreas do conhecimento sendo aprofundado todas as vezes que o aluno manifestar interesse, colocando ao educador um papel de orientação sexual, podendo se tornar uma problemática devido a condição de trabalho e qualidade da formação do professor. O docente deve estar apto para dominar conteúdos que não está habituado a lidar, para ensinar sobre a sexualidade (MOISÉS, 2009).

Compreender a história da sexualidade é importante para entender como o seu aspecto histórico reflete os diferentes valores, crenças, organização social, religiões das sociedades e como isso gera influência na percepção até hoje na vida dos indivíduos relacionado a construção da sua sexualidade (SOLOVIJOVAS, 2002).

Na idade antiga a sexualidade da sociedade se organizava de forma que acreditavam em deuses e incorporações da natureza, a família era patriarcal e o homem podia rejeitar a mulher estéril e os casamentos eram arranjados, a liberdade sexual predominava. Já na antiguidade clássica na Grécia era visto a pederastia que seria o contato sexual entre um homem e um rapaz bem jovem referindo-se a homossexualidade porém tinha a responsabilidade da evolução moral, intelectual e educacional do rapaz, a mulher tinha a função única de perpetuação da espécie ela exerce seu papel para apenas para o macho. A idade média houve a influência da igreja católica nas relações conjugais que por sua vez interfere na vida amorosa e sexual, o sexo era visto como pecado e era permitido somente para a procriação, o casamento e a castidade eram valorizados. Com a idade média houve grandes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, conseqüentemente tinham novas regras de comportamento a comercialização de bordéis a prostituição eram vistos e teve o aumento de mulheres desempregadas, pobres e solteiras com o desenvolvimento industrial a mulher começou a trabalhar fazendo com que a figura da mulher se transformasse. Na contemporaneidade houve a revolução sexual trazendo o prazer e a liberdade (SOLOVIJOVAS, 2002).

Portanto, trabalhar a história da sexualidade com o olhar reflexivo e crítico nos dias atuais possibilita ao aluno da educação básica o entendimento de algumas angústias e aflições próprias da adolescência. Desta forma, o programa de extensão Educação para a sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos da educação básica” que acontece há nove anos em diferentes escolas públicas de Uberaba - MG se propõe a desenvolver diferentes atividades didáticas tendo sempre por objetivo o desenvolvimento de temáticas relacionadas à educação para à sexualidade, mas com o foco no resgate da auto-estima e da valorização e preservação da vida.

2. METODOLOGIA

Esta atividade faz parte de um Programa de Extensão denominado “Educação para a sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos da educação básica” que acontece há nove anos em diferentes escolas públicas da cidade. Nesta proposta, diferentes atividades didáticas são elaboradas e ministradas tendo sempre por objetivo o desenvolvimento de temáticas relacionadas à educação para à sexualidade, mas com o foco no resgate da auto-estima e da valorização e preservação da vida.

Durante a pandemia da Covid-19 no nosso país, onde todo o ensino se transformou para o modelo remoto, as dinâmicas precisaram ser adaptadas para que o programa continuasse acontecendo e os objetivos fossem alcançados. Optamos por usar o *Google Classroom* para disponibilizar os materiais utilizados, assim como os formulários, vídeos e outros, pois é a ferramenta que está sendo usada pela maior parte das escolas municipais da cidade. Além disso, elegemos o *Instagram®* e o *Facebook®* como ferramentas de reforço do aprendizado e estimulação à participação.

Durante as diversas temáticas abordadas durante os encontros, uma delas foi a História da Sexualidade, esse assunto foi desenvolvido no início do programa, após a aula introdutória de apresentação.

Essa temática foi trabalhada com o objetivo de conhecer e relacionar a sexualidade dos dias atuais com o processo de construção histórica da mesma, segundo Stearns e Marques (2010).

“Diferentes reações e respostas regionais a tendências contemporâneas, por exemplo, estão diretamente relacionadas a sistemas de valores sexuais desenvolvidos quase sempre muitos séculos atrás. O tema é fundamental para a vida humana; está vivo e ativo há mais de dois séculos em quase todo lugar; dá colorido aos contatos entre as sociedades. E a melhor maneira de compreender tudo isso é por meio do estudo da mudança com comparações entre diferentes sociedades – ou seja, por meio da história. Provavelmente a história da sexualidade é interessante em si mesma, e é verdadeiramente inescapável, uma vez que lança luz sobre um complexo e polêmico conjunto de mudanças que conecta diretamente presente e passado (Stearns e Marques, p.54, 2010).

A atividade aconteceu com alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola municipal parceira que está desenvolvendo parte das atividades didáticas *on-line* por meio do *Google Meet®*. Foi realizada uma reunião inicial com a direção e coordenação da escola para solicitar o espaço para a realização das atividades do programa, o que foi prontamente atendido com a criação de um horário semanal específico para o desenvolvimento de tal demanda.

Antes do início dos encontros virtuais, foi realizada uma reunião da professora da turma com os integrantes do programa para que o perfil dos alunos fosse apresentado e a atividade elaborada.

O encontro onde foi discutido a história da sexualidade foi estruturado da seguinte forma: organização de um vídeo de boas vindas e instruções básicas de como se comportarem durante a atividade, como manter microfones e câmeras desligadas e só ligá-los no momento de questionamentos e/ou dúvidas; apresentação expositiva dialogada do conteúdo teórico utilizando “slides” com imagens curiosas e atrativas sobre a temática que foram elaborados por meio da plataforma Canva®.

Na aula ministrada na semana anterior, onde foi apresentado o projeto, os integrantes, as temáticas a serem trabalhadas, as e os objetivos, foi pedido aos alunos que escrevessem no *Jamboard - Google* o entendimento deles a respeito de sexo e sexualidade. Iniciamos a atividade sobre história da sexualidade a partir da reflexão dos apontamentos dos alunos sobre esses dois conceitos.

Para estimular a interação dos alunos com o grupo extensionista foi criado um formulário do *Google Forms* com duas questões: “Você acha que a sexualidade tem mudado ao longo dos anos?” e “Cite uma qualidade e um defeito da sexualidade no passado e cite também uma qualidade ou defeito acerca da sexualidade na atualidade”.

Para finalizar e sintetizar os principais pontos sobre a temática foi utilizado um curto vídeo educativo estando disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=cvuNcHxQ45s&feature=youtu.be>.

No *Instagram®* e *Facebook®* foram postados informações sobre a sexualidade em diferentes fases: antiguidade; idade média, moderna e contemporânea, com finalidade de resgatar o conteúdo ministrado na aula, facilitar o entendimento e manter o contato com os alunos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade começou com as orientações básicas, como: manter os microfones/câmeras desligados e uso do *chat* durante a apresentação da aula. O *chat* facilitou a comunicação contribuindo para que os alunos tirassem suas dúvidas sobre o assunto abordado. Primeiramente houve uma apresentação das discentes extensionistas responsáveis pela atividade, em seguida iniciamos a aula a partir das percepções dos alunos sobre sexo e sexualidade. Foram elaborados alguns *slides* com as respostas do mural do *Jeamboard - Google*. Algumas definições apresentadas pelos alunos:

Sexo:

“Gênero da pessoa, maculino ou feminino”

“Uma reprodução entre seres vivos, para renovar as gerações”

“Masculino e Feminino”

Sexualidade:

“Prazer entre os seres vivos”

“Se a pessoa é heterossexual, bissexual, pansexual e etc..”

Na sequência os conceitos foram elaborados adequadamente e posteriormente foi discutido como a sexualidade tem sido tratada ao longo da história e a forma que é vista na atualidade, possibilitando a construção de uma ponte entre a história e a atualidade. Segundo Bretas e colaboradores (2011) a sexualidade na contemporaneidade é percebida como construção social, resultante de padrões culturais presentes na sociedade atual. Os adolescentes têm seus preceitos baseados e moldados em diferentes aspectos sociais, portanto, a percepção tem significados diferentes tanto para os homens, quanto para as mulheres, bem como o entendimento de si mesmo e do outro e de suas relações.

No fechamento da aula foi exibido um vídeo educativo que sintetizou como a sexualidade foi vivenciada ao longo da história. A proposta gerou resultados positivos como a participação dos alunos que se manifestaram no *chat* contribuindo para o desenvolvimento da aula. No decorrer da atividade, os alunos se mostraram bastante interessados pelo conteúdo e alguns questionamentos foram feitos, como: o que é bastardo? O que é feminismo? O que é e como acontece a pederastia?

Após o desenvolvimento da aula expositiva dialogada foi disponibilizado no *chat* um link para acesso ao *Google Forms* com questões para reflexão: “Você acha que a sexualidade tem mudado durante os anos?” e “Cite uma qualidade e um defeito da sexualidade no passado e aponte também uma qualidade ou defeito acerca da sexualidade na atualidade?” Foi dado um tempo para que os alunos respondessem.

Algumas respostas referentes as questões foram:

“Sim, o conceito de sexualidade mudou muito de acordo com o tempo e com a região, como foi mostrado na Grécia e Roma, uma era bem mais liberal e não tinha costumes iguais as da outra”.

“Sim, pois várias coisas evoluíram e pessoas se manifestaram até chegar aonde chegamos”.

“Uma qualidade na sexualidade passada é que era bastante liberal e hoje em dia um defeito é que existe muito a opressão e o “heteronormativo”.

“Antigamente era mais livre, mas também liberal demais em certos sentidos, hoje em dia o defeito é a heteronormatividade na nossa sociedade, que vem se quebrando ao longo do tempo, mas ainda é muito presente”.

Analisando as respostas foi possível identificar que houve a assimilação do conteúdo instigando-os a pensarem sobre a percepção da sexualidade na atualidade e sua relação com a história. Dentre os pontos positivos da aula pode ser citado a participação, atenção, interação, curiosidade sobre o assunto e o estabelecimento do vínculo com os alunos.

A história da sexualidade nos períodos de antiguidade, clássica e média expressa a forma que era percebida nos contextos religiosos, políticos e na cultura ocidental. E como esse fato continha o controle social da vida do indivíduo, determinados aspectos podem permanecer até hoje na sociedade. Nas escolas a sexualidade é colocada como um assunto visto com estigma que mantém-se sendo excluído das aulas do ensino fundamental, muitos professores se negam a tratar deste assunto, o

que gera a carência de conhecimentos dos alunos em torno da temática (CRUZ, 2015).

Trabalhar temáticas relacionadas a sexualidade gera nas pessoas atitudes como concordância ou repressão, muitas vezes determinadas ações ou comportamentos podem estar relacionados a forma natural dos períodos da vida. O contexto histórico que as civilizações tratavam os comportamentos, valores e regras em nenhum momento foram iguais, cada cultura do período histórico enxergava diferentemente a sexualidade. Discutir sobre essa questão envolve conceitos culturais, religiosos, sociais e psicológicos abrangendo a complexidade humana e a construção histórica em cada povo e época (RIBEIRO, 2005).

Discorrer sobre a educação para a sexualidade nas escolas vai muito além do que somente tratar de assuntos relacionados aos órgãos genitais, a prevenção de gestação e infecções sexualmente transmissíveis, deve possuir como foco principal o resgate da auto-estima e da valorização e preservação da vida. O trabalho coletivo escola - família é essencial para a obtenção de resultados positivos em relação a temática e a formação integral do aluno (CRUZ, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todas as perspectivas discutidas ao longo do artigo é possível concluir que a escola tem papel fundamental no desenvolvimento de temáticas relacionadas a Educação para a sexualidade de forma a propiciar a formação integral, crítica e reflexiva de seus alunos e que, compreender a história da sexualidade é importante para entender como o seu aspecto histórico reflete os diferentes valores, crenças, organização social, religiões das sociedades e como isso influencia na percepção até hoje na vida dos indivíduos relacionado a construção da sua sexualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo fomento recebido.

REFERÊNCIAS

- [1] BRÊTAS, J. R. S.; ZANATTA, L. F.; MORAES, S. P.; FREITAS, M. J. D.;
- [2] GOELLNER, M. B. Conhecimentos e opiniões de adolescentes sobre abortamento. Revista de Atenção à saúde. v. 15, n. 53, 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4654. Acesso em: 10 set. 2020.
- [3] CRUZ, M. A. S. Sexualidade e educação sexual. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Pedagogia) - Universidade Federal do Paraiba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1252/1/MASC23092016.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.
- [4] MOIZÉS, J. S. ;BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 44,n. 1, p. 205-212, Mar. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext & pid=S0080-62342010000100029 & lng= en & nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S0080-62342010000100029 & lng= en & nrm=iso)>. Acesso em 26 Set. 2020.
- [5] RIBEIRO, P. R. M. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). Sexualidade e infância. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/51/Texto%20sexualidade1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.
- [6] SOLOVIOVAS, Aline Rodrigues et al. Sexualidade: em uma abordagem histórico-cultural. 2002. 18 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Unicamp, Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/ep127/sexualidade.htm>. Acesso em: 09 set. 2020.
- [7] STEARNS, P. N.; MARQUES, R. História da sexualidade. Editora Contexto, 2010.

Capítulo 2

A influência das construções sociais sobre a vivência da sexualidade: Um olhar para alunos da Educação Básica

Beatriz Temoteo Silva

Eliane Viana Cardoso

Gabriel Roel Elias Carvalho

Larissa Martins Tosta

Simone Acrani

Resumo: A diversidade de alunos que frequentam o ambiente escolar reforça a importância de abordar temáticas relacionadas à educação para a sexualidade na educação básica, visto que essa abrange aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Considerando a dificuldade de alguns professores da rede de ensino em relação ao desenvolvimento da temática e a importância do mesmo, o projeto de extensão “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica” desenvolve atividades em escolas de educação básica objetivando promover a formação do sujeito como um todo, para que ele possa se perceber como um indivíduo ativo, sendo capaz de mudar sua trajetória de vida. O presente artigo apresenta um recorte dos resultados do projeto, relacionado ao desenvolvimento dos temas sexualidade e suas concepções; identidade social; autoestima; autoaceitação e autocuidado. Para o desenvolvimento das temáticas utilizou-se aulas expositivas dialogadas, vídeos e dinâmicas por meio de diferentes estratégias de ensino remoto que proporcionaram a reflexão dos alunos diante dos assuntos apresentados. Esses recursos, possibilitaram a participação ativa dos discentes, permitindo a troca de conhecimento e a promoção ao respeito da diversidade, ao invés de uma mera transmissão de conhecimentos, alcançou-se a humanização do processo de ensino/aprendizagem, a sensibilização mútua e a conscientização acerca das temáticas abordadas: preconceito, estereótipo, normatividade e hierarquização das características e comportamentos humanos diante da diversidade.

Palavras-chave: Educação para a Sexualidade, Educação Básica, Preconceito, Estereótipos, Autoestima.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ser um assunto de suma importância na vida dos cidadãos, a educação sexual começou a ser discutida apenas em meados dos anos vinte e trinta do século XX no Brasil (CÉSAR, 2009). Entretanto, possuía um discurso voltado a aspectos biológicos, higienistas e morais (GAVA; VILLELA, 2016). A partir dos anos noventa, a educação sexual voltou a ser debatida dentro do ambiente escolar, dada a sua importância para a formação dos alunos (ZOMPERO; LEITE; GIANGARELLI; BERGAMO, 2018).

O desenvolvimento da temática educação para a sexualidade nas escolas possibilita um novo olhar para a pluralidade, tendo em vista que a sua base é a conscientização de jovens em relação aos preconceitos e discriminações decorrentes da não aceitação da diversidade. Além disso, esse tipo de formação tem potencial de amparar pessoas que estão vulneráveis a violências físicas e verbais evitando, dessa forma, que as vítimas recorram à automutilação ou ao suicídio (SONETTI; GARCIA, 2020).

O ambiente escolar trata-se de um local onde há uma concentração de variados grupos sociais, tornando-o mais plural e enriquecido de valores. Mas, em decorrência da imposição de uma Educação, Pedagogia e Currículo superficiais, com significados enrijecidos e uma cultura hegemônica central, há a inviabilização do desenvolvimento adequado da educação para a sexualidade conforme o entendimento multidimensional da mesma (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 13-27). Além disso, os professores, durante a abordagem da temática, enfrentam algumas dificuldades, como o despreparo em relação ao assunto durante a própria formação acadêmica e a apreensão da desaprovação do grupo familiar dos alunos com relação ao ensino do tema nas escolas (BARBOSA; FOLMER, 2019).

Considerando tal contexto, discute-se hoje a presença efetiva dos Direitos Humanos no contexto escolar, cumprindo com os preceitos de que independente da origem, credo, cor de pele, orientação sexual, classe social e faixa etária dos indivíduos em pleno exercício da sua subjetividade, são passíveis de direitos e deveres. Por meio desse viés de conduta, a discussão e a construção do respeito à diversidade humana e a todas as particularidades dos envolvidos, é adequado nas escolas de educação básica (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 13-27).

Nesse sentido, uma vez que se fazem cotidianamente presentes na sociedade e nas mais diversas formas de manifestação, temáticas como preconceitos e estereótipos devem ser abordados na educação de forma contextualizada e adequada à realidade do público-alvo (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2009).

O preconceito se define basicamente enquanto a insistência de um indivíduo em se prender a seus conhecimentos prévios acerca de um objeto, não havendo uma troca mútua entre as partes. Já os estereótipos são uma forma de orientação frente a realidade do mundo, considerando a dimensão e a complexidade a ela inerentes e que são eventuais causadoras de inseguranças. Em outras palavras, são uma forma de manutenção da estabilidade emocional através da utilização de respostas rápidas e não sujeitas a reflexões ou mudanças. Dessa forma, observa-se um alicerce comum ao preconceito e aos estereótipos: o fechamento a experiências e à ressignificação das próprias crenças impedindo, assim, a identificação com o outro (NUNES *et al.*, 2015).

No que diz respeito à dimensão mais subjetiva referente à sexualidade, há alguns pontos básicos e de fundamental compreensão. A começar pela autoaceitação, ela se define enquanto a autoavaliação do indivíduo, isto é, a imagem que tem de si e que consiste numa indispensável dimensão do bem-estar psicológico (BRITO, 2018 apud KEYES, 1995). Intimamente ligada está a autoestima, a qual é basicamente um conceito não estático que o indivíduo tem de si próprio e que, assim, está sujeito à alteração ao longo de toda a vida de acordo com as experiências vivenciadas. (FREIRE; TAVARES, 2011). A autoestima também se define enquanto uma avaliação que a pessoa faz sobre si, sobre suas capacidades e sobre seu valor; essa percepção está sujeita a influências externas (MORALES; GONZÁLEZ, 2014).

Por fim, enquanto motor da autoaceitação e da autoestima está o autocuidado, o qual é definido como uma parte integrante das ações diárias dos indivíduos, visa preservar a saúde física e mental, assim como o bem-estar próprio e o familiar. Fatores como experiências pessoais, conhecimentos, confiança, capacidade cognitiva, autoestima, cultura e crenças são modeladores dessa variável (RODRIGUES, 2018 apud *Department of Health*, 2005).

Diante do exposto, é notória a importância da promoção da educação sexual por instituições escolares, uma vez se tratando de um ambiente que ainda presencia, por exemplo, atos de preconceito de gênero que ferem um componente sociocultural fundamental: a diversidade humana. Ademais, atreladas à problemática do preconceito, ações de desrespeito e intolerância são questões que abrangem não apenas o aspecto dos gêneros, mas também, aqueles relacionados à raça, à classe socioeconômica e à cultura. Esse

desrespeito decorre da inapropriação do conhecimento quanto à identidade humana em seu conceito dinâmico (RODRIGUES et al., 2016).

A literatura científica evidencia a importância da realização de atividades com alunos da rede escolar de forma a viabilizar a desconstrução do pensamento heteronormativo em relação à sexualidade (SILVA *et al.*, 2018, CADILHE, 2017). Assim, com intuito de disponibilizar conhecimentos científicos atualizados e livres de preconceitos o Programa de Extensão “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica” se propõe a trabalhar a temática de forma que os discentes adquiram aprofundamento teórico, mas com uma visão multidisciplinar, objetivando promover a formação do sujeito como um todo, para que ele possa perceber como um indivíduo ativo, que possui emoções, sentimentos e fragilidades que precisam ser respeitadas e que ao longo do projeto ele possa refletir e somar com as experiências vividas, mudando sua trajetória de vida, não se deixando levar apenas por emoções, fantasias, ou impulsos que mais tarde poderá acarretar em danos para sua personalidade, abrindo precedentes, por exemplo, para gravidez indesejada, doenças e infecções sexualmente transmissíveis.

2. METODOLOGIA

O presente artigo constitui-se de um relato das experiências e resultados obtidos a partir do Projeto de Extensão “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica”, referente ao desenvolvimento dos temas: Sexualidade e suas concepções; identidade social; autoestima; autoaceitação e autocuidado.

Neste estudo, serão contempladas as experiências de dois encontros realizados no 8º ano de uma escola municipal de Uberaba – MG. Ambos foram realizados de forma remota por meio da plataforma *online Google Meet* e tiveram duração aproximada de 50 minutos. A estratégia de divisão em dois momentos foi pensada de forma a promover melhor a construção dos conhecimentos, bem como uma associação mais efetiva dos conteúdos. A trajetória foi iniciada com temas amplos de cunho social e finalizada com abordagens mais relacionadas às subjetividades dos alunos.

Uma das estratégias de ensino utilizada foi a aula expositiva dialogada, a qual prevê não apenas a introdução de conteúdos pelos graduandos, mas também a participação ativa de todos os integrantes presentes nas ocasiões.

2.1 PRIMEIRA ATIVIDADE

Para o primeiro encontro, os graduandos iniciaram a aula com um vídeo de recomendações, pedindo aos alunos que mantivessem as câmeras e os microfones desligados, de forma a preservar os direitos de imagem. Contudo, poderiam abrir o microfone no momento oportuno, que seria indicado pelos facilitadores.

Como ferramenta para exposição do conteúdo foram utilizados *slides*; cabe ressaltar que houve atenção especial à adequação da linguagem, bem como aos *layouts* de cada *slide* no intuito de serem atraentes, objetivos e claros à percepção do público alvo. Ao longo da discussão dos temas também foram utilizados recursos audiovisuais, como músicas e vídeos, a fim de sensibilizar os alunos e instigá-los a formarem um posicionamento crítico acerca das temáticas abordadas.

Na conclusão da aula, foram utilizadas 4 manchetes, cujos respectivos enfoques eram racismo, doação de sangue pela população LGBTQI+, transfobia e feminicídio. O intuito foi trazer uma visão holística dos temas propostos, estimulando os alunos a refletirem como o preconceito e a heteronormatividade impactam negativamente na vida dos indivíduos. Esse momento de sensibilização foi de suma importância, uma vez que, a escola frequentemente faz uso de práticas e discursos excludentes, e se tornam espaços onde a diversidade é hostilizada (SONETTI; GARCIA, 2020).

Ainda no fechamento da aula, foi disponibilizado um *link* da plataforma *Mentimeter* para que os alunos escrevessem frases ou expressões que considerassem preconceituosas ou heteronormativas. Essa atividade teve como objetivo verificar se os participantes conseguiam discernir o fato de falas cotidianamente comuns serem preconceituosas.

Para o período assíncrono entre as reuniões, com objetivo de estreitar laços e a comunicação com a turma, bem como de adequar o encontro seguinte à realidade dos alunos, foi disponibilizado um formulário na plataforma *Google Forms* com o título “O preconceito, infelizmente, está entre nós”, cujo propósito foi o de

identificar se algum dos participantes vivenciaram ou presenciaram algum episódio de preconceito e, se sim, qual foi a atitude tomada e os sentimentos provocados pela situação. A partir dessa atividade, os graduandos poderiam entender melhor a realidade de alguns alunos e conduzir de maneira mais efetiva as próximas reuniões.

2.2 SEGUNDA ATIVIDADE

O segundo encontro também foi iniciado com o vídeo de recomendações e, em seguida, foi exibido um videoclipe musical, cujo tema era a diversidade e a autoaceitação, de forma a estabelecer um elo entre as duas aulas. Houve a manutenção na preocupação com relação à verbalização e disposição das informações nos *slides*, entretanto, a abordagem teve enfoque no uso de imagens em detrimento dos textos verbais; pensando em promover descontração, contínuo diálogo entre todos os presentes e assimilação ativa de cada assunto abordado.

O encontro também contou com a exibição de um trecho da série britânica *“My Mad Fat Diary”*, que mostra o cotidiano de uma adolescente obesa que tenta lidar com problemas de autoestima e autoaceitação. Ao longo da apresentação foram propostos alguns momentos de reflexão a partir das seguintes questões: “Se pedíssemos para vocês fazerem uma lista com as coisas que vocês mais gostam, quanto tempo demoraria para que o nome de vocês aparecesse?” e “Qual a primeira coisa que vem à sua mente quando ouve a palavra padrão?”. Esses momentos de análise são fundamentais, pois levam os alunos a fazerem uma autoavaliação e analisar o porquê de serem instigados a ter determinada imagem de si.

Para concluir a reunião, foi proposto aos alunos que acessassem o *Jamboard*, por meio de um *link* que foi disponibilizado no *chat* do *Google Meet*. O comando era a citação de duas qualidades por aluno. O propósito dessa dinâmica era promover um momento meditativo entre os participantes e fazê-los compreender o quão importante é para a autoestima esse reconhecimento do valor e da capacidade deles (RUIZ *et al.*, 2016).

As três estratégias básicas adotadas (questionamentos, vídeo e dinâmica final) objetivavam a sensibilização e o aguçamento das capacidades reflexivas de cada aluno, de forma que a transmissão dos conteúdos fosse efetiva e construtiva, cumprindo assim, o objetivo central do projeto.

Além das atividades síncronas desenvolvidas com os alunos, o projeto criou uma sala de aula virtual na plataforma *Google Classroom*. Nesse espaço foram possíveis interações como anexação de documentos e atividades por parte dos responsáveis, envio de dúvidas pelos alunos e troca de mensagens entre ambos, simulando um ambiente escolar e, assim, uma maior aproximação do contexto virtual à dinâmica de uma sala de aula presencial.

Por meio do diálogo, dinâmicas e de espaços para autorreflexão, as atividades foram desenvolvidas buscando envolver ao máximo os alunos nas discussões, para que fosse possível não apenas sondar seus conhecimentos e percepções acerca dos assuntos abordados, mas também para instigá-los a desenvolverem uma visão crítica sobre as temáticas.

Como estratégias complementares de interação, foi ainda sugerida aos alunos a abertura do microfone e o envio de mensagens no *chat* do *Google Meet* no momento das aulas síncronas. Já para os momentos assíncronos, estavam disponíveis as páginas do projeto em redes sociais como o *Instagram* e o *Facebook*, bem como o *Google Classroom* citado anteriormente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a atividade 1 que abordou a sexualidade e suas ramificações foi utilizado o recurso tecnológico Nuvem de Palavras disponível na plataforma *Mentimeter*, como estratégia para instigar a reflexão acerca do uso indevido de palavras e expressões preconceituosas no cotidiano, tema abordado durante a primeira aula. Os alunos poderiam compartilhar até duas expressões preconceituosas e heteronormativas.

As palavras apresentadas foram: “viado”; “quer virar homem”; “tão linda um desperdício”; “macaco”; “viadagem”; “mulher no volante perigo”, “tinha que ser mulher”, “boiolagem” e “tu é mano”.

As expressões citadas pelos alunos foram classificadas em 3 categorias: A linguagem como veículo de homofobia de acordo com Antunes (2016), o machismo e discriminação racial segundo Oliveira e Rose Maio (2016). A categorização das palavras foi realizada mediante a similaridade entre os respectivos

temas de abrangência. Os resultados apontaram que seis alunos redigiram palavras referentes à homofobia, dois relacionados ao machismo e um a discriminação racial.

A abordagem aplicada no desenvolvimento da primeira aula gerou um conhecimento para graduandos e alunos da educação básica, visto que a interação realizada via *chat* e Nuvem de Palavras permitiu aos mediadores um novo olhar acerca do conhecimento de alunos do 8º ano frente a conteúdos que abordam as muitas dimensões do preconceito. Houve significativa participação, apresentaram diferentes comentários sobre a expectativa de vida da comunidade LGBTQI+, além de posicionamentos em relação a padrões estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, observa-se que as estratégias utilizadas permitiram que os alunos saíssem da passividade de pensamento para, então, tornarem-se coautores no processo de aprendizagem (TORTORELI; GASPARIN, 2012).

Em relação a atividade do momento assíncrono, onde os alunos deveriam relatar sobre a vivência em relação ao preconceito e o que é possível fazer para construir um mundo livre dele, verificamos relatos pessoais e exemplos das notícias em destaque no período de disponibilização do formulário e que estavam relacionadas à proposta da pergunta. Os alunos trouxeram algumas propostas de intervenção enquanto forma de transformação de um mundo ainda marcado pelo preconceito e pela discriminação. É válido ressaltar que nas respostas foi possível perceber traços claros da influência das abordagens do projeto na forma de pensar dos alunos, o que indica um retorno quase que imediato e positivo quanto ao cumprimento do objetivo central do projeto de formar indivíduos mais conscientes por meio da reflexão e do pensamento crítico.

Depois de ministrada a primeira aula, a professora responsável pelos alunos (as) participantes do projeto, relatou que:

“Gostei muito da maneira como foram trabalhados os conceitos, os discentes conseguiram trabalhar o tema com os alunos de maneira clara, tranquila, objetiva e bastante contextualizada, com exemplos do cotidiano dos nossos alunos, sabemos que é uma temática bastante delicada de ser trabalhada, no decorrer do encontro, pude perceber que a atividade conseguiu atingir o seu objetivo, os alunos ficaram atentos, curiosos, participaram muito da atividade e conseguiram estabelecer relação com o que eles viviam no meio a sua volta. [...]” (Professora 1, 2020).

A educação para sexualidade no cenário escolar apresenta-se como estratégia de transformação do imaginário dos indivíduos em formação quanto a assuntos como gênero, identidade, racismo e violência; busca-se métodos que instiguem e fundamentem o senso reflexivo e o hábito de dialogar, permitem a inserção de cidadãos mais autônomos, livres e respeitosos diante da diversidade (ALENCAR *et al.*, 2020). Os encontros realizados com os alunos do presente projeto ansiaram não só impactar o modo de enxergar e de se posicionar dos adolescentes diante da diversidade humana, mas também instigá-los a lidar com seus sentimentos, valores e características próprias, além de inspirá-los a ressignificar os próprios preconceitos.

Na atividade 2, após a apresentação do vídeo que tinha como objetivo estimular a reflexão dos participantes quanto ao amor próprio, ao reconhecimento e à autovalorização foi solicitado que listassem no *chat* as coisas que mais amam e gostam e quanto tempo demorariam para colocar o próprio nome na lista. Neste questionamento, duas respostas

“Se eu lembrasse de colocar eu ia demorar muito sksksksk” (Aluno A, 2020).

“Eu demoraria para colocar meu nome sksksk” (Aluno B, 2020).

A autovalorização e o autoconhecimento são dimensões humanas constantemente deixadas de lado e que, sem se perceber, tornam-se a principal causa de problemáticas identificadas nos atuais relacionamentos amorosos. O desconhecimento ou o conhecimento incompleto do eu, atrelado à falta de afeto e respeito, culminam no distanciamento dos indivíduos dos próprios sentimentos, desejos e valores, vulnerabilizando-os a relacionamentos nos quais as vontades e os parâmetros do outro se sobrepõem à própria individualidade (GOMES, 2013).

Além da questão interpessoal, há a dimensão individual do adolescente, no qual se considera a presença da autoimagem e do autoconhecimento interligado ao nível/estado da autoestima (baixa, média ou alta), a qual foi anteriormente conceituada. Dessa forma, como demonstrado por uma das atividades desenvolvidas com os alunos, a não participação (6 alunos) e o posicionamento característico de uma autoestima questionável (2 alunos), retrata o possível estado da autoestima dos alunos no contexto escolar. A dimensão emocional e psicológica dos indivíduos caracteriza a abordagem integralizada da sexualidade humana, adotada pelo projeto “Educação para Sexualidade”, com o intuito de alcançar o objetivo do aprendizado efetivo aplicado à realidade vivenciada pelos alunos.

Enquanto estratégia de finalização, bem como de consolidação das reflexões propostas ao longo de todo o encontro, foi proposto que elencassem duas qualidades que enxergavam em si mesmos. A dinâmica foi conduzida a partir de um *link* de acesso da plataforma *Jamboard* disponibilizado no *chat* do *Google Meet*. As seguintes características foram apontadas: “inteligente” (4), “incrível” (1), “engraçado” (2), “paciente” (1) “animado” (1), “estudiosa” (1), “*pro-player* de *League of Legends*” (1), “nerd” (1), “tudo que é defeito vira qualidade” (1), “*pro player* de *minecraft*” (1), “preguiçoso” (1).

A partir da interação dos alunos, realizou-se a leitura dos relatos, bem como o reforço de princípios anteriormente trabalhados e relacionados a autoestima e a autoaceitação. A estratégia buscou também enfatizar a importância das noções atribuídas a autoimagem, a qual consiste na concepção, visão ou imaginação que o indivíduo tem de si próprio, as quais, por sua vez, resultam das experiências e de fatores que a pessoa passa durante a sua vida (GODINHO, 2018 apud SANTANA, 2017).

Além dos registros no *Jamboard*, houve um exposto no *chat* da reunião que também chamou atenção:

“Penso mais nas pessoas no q em mim e q sei identificar uma emoção de alguém...não sei se isso é qualidade” (Aluno C, 2020).

A partir dessa colocação, foi trabalhado com o grupo o valor de ser sensível à percepção de oscilações emocionais das pessoas com quem se estabelece laços. Além disso, uma vez que o comentário trouxe a questão da empatia, abriu-se precedente para que os facilitadores abordassem a necessidade desse princípio, mas, ao mesmo tempo, a importância da não sobreposição do bem-estar alheio ao próprio. É válido ressaltar que a empatia consiste na preocupação com o sofrimento alheio e a busca pelo aprimoramento de relações interpessoais, de vínculos afetivos e de habilidades comunicacionais (FORMIGA, 2012).

Ao término da segunda aula a professora responsável pelos alunos (as) participantes do projeto, fez um relato em relação ao trabalho e seu respectivo impacto:

“[...] conquistando bem calmamente a confiança dos alunos da escola, e com isso, nossos alunos se sentiram a vontade para expressar o que sabiam e o que sentiam sobre o assunto abordado, acredito que a atividade realizada foi de extrema importância para os alunos, uma vez que conseguiram manifestar seus sentimentos e melhoraram a autoestima. Gostei muito da atividade, enquanto professora, tive a oportunidade de conhecer melhor meus alunos, conhecer um pouco mais da realidade deles e compreender suas aflições. [...]” (Professora 1, 2020).

Assuntos como autoestima e valores são os mais desconhecidos pelos estudantes, mas, em contrapartida, é uma das vertentes por maior procura do saber, sendo essa a do processo evolutivo voltado para uma perspectiva individual e social (FELIZARI, 1990). Corroborando na mesma linha de pesquisa, De Miranda, Freitas e Silva (2015), constataram que os alunos apresentam baixa relação da autoestima com a sexualidade humana demonstrando a imaturidade dos mesmos quanto à multidimensionalidade da temática, sinalizando a necessidade de se ampliar a visão e compreensão, para que alcancem uma vivência plena, prazerosa, livre de medos e culpas.

Cabe ressaltar que a adesão dos alunos foi possivelmente influenciada por alguns fatores, como: o caráter não obrigatório das aulas e a sua realização num horário fora do período regular de estudo dos alunos; o compartilhamento do espaço domiciliar entre alunos e responsáveis e/ou demais familiares, o que, dependendo do contexto familiar em que o aluno está inserido, é um potencial fator de inibição da capacidade de expressão e também a dependência da disponibilidade dos recursos tecnológicos dos responsáveis para a participação nas aulas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica”, enquanto extensão, objetiva um intercâmbio efetivo de saberes entre os graduandos extensionistas e os alunos da educação básica. Para o cumprimento dessa premissa, a cada encontro e em todo o processo de preparação, os discentes buscaram compreender a profundidade e o impacto das informações para que, então, elas fossem transmitidas com a máxima segurança, veracidade e aplicabilidade possíveis. Por meio dessa postura, ao invés de uma mera transmissão dos conhecimentos, alcançou-se a humanização do processo de ensino/aprendizagem, a sensibilização mútua e a conscientização acerca das temáticas abordadas. À exemplo delas tem-se o preconceito, o estereótipo, a normatividade e a hierarquização das características e comportamentos humanos diante da diversidade.

A partir desse contexto, abordagens tradicionais para transmitir as informações ao longo do processo de ensino-aprendizagem não seria o ideal. Nesse sentido, a ressignificação do modelo de aula para um momento mais descontraído e menos engessado aliada à utilização de uma linguagem mais próxima dos alunos permitiu que expressassem melhor suas opiniões e se sentissem mais à vontade durante as reuniões. Tais fatos reforçam a necessidade de métodos que vão ao encontro das expectativas pré-moldadas dos alunos. Em suma, o projeto, complementando o que é previsto pelas políticas públicas educacionais do país, adota uma perspectiva integralizada do ser humano, considerando os aspectos biopsicossociais atrelados à sexualidade do ser, permitindo assim, que temáticas relacionadas à saúde mental, relações sociais e composição morfofisiológica do corpo sejam trabalhadas concomitantemente, sendo entrelaçadas entre si. Desse modo, esse projeto torna-se um parceiro para as escolas por possibilitar a educação continuada de professores e alunos, influenciando, assim, em um novo olhar e abordagem da sexualidade no ambiente escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo fomento.

REFERÊNCIAS

- [1] ANTUNES, P. P. S. Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. Orientador: Salvador Antônio Mirelis Sandovas. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.
- [2] BARBOSA, L. U.; FOLMER, V. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação Básica. REVASF, Petrolina, PE, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019.
- [3] BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio- histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. Cad. Cedes, Campinas, SP, v.24, n. 62, p. 26-43, 2004.
- [4] BRITO, M. J. F. G. Personalidade, Regulação Emocional e Perturbação Psicológica. 2018. 65 f. Dissertação (Mestrado integrado em medicina) - Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- [5] CADILHE, A. J. “Tenho dificuldades em lidar com essa situação”: narrativas, gênero e sexualidade na formação continuada de professores/ as. Revista Humanidades e Inovação, v. 4, n. 6, p. 46-54, 2017.
- [6] CESAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". Educ. rev. , Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.
- [7] DE OLIVEIRA, M.; ROSE MAIO, E. “Você tentou fechar as pernas?”- A cultura machista impregnada nas práticas sociais. POLÊMICA, v. 16, n. 13, p. 01-18, 2016.
- [8] FREIRE, T.; TAVARES, D. Influência da Autoestima, da regulação emocional e do gênero no Bem-Estar subjetivo e psicológico de adolescentes. Revista de Psiquiatria Clínica. n. 5, v. 38, p. 184-188, 2011.
- [9] GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. Sex., Salud Soc. (Rio J.) , Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, 2016.
- [10] MORALES, M.; GONZÁLEZ, A. Resiliencia-Autoestima Bien estar psicológico y Capacidad intelectual de estudiantes de cuarto medio de buen rendimiento de liceos vulnerables. Estudios Pedagógicos. n. 1, v. 40, p. 215-228, 2014.
- [11] NUNES, S.S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R.E. Educação Inclusiva Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. Psicologia: Ciência e Profissão. v.35, n.4, p. 1106-1119, 2015.

- [12] RODRIGUES, A. L. M. Corpo, gênero e sexualidade. 2018. 71 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Saúde) - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra.
- [13] RUIZ, J.E.L. et al. OS SEIS PILARES DA AUTOESTIMA E A INTEGRAÇÃO CORPO E MENTE. *Temas em Educ. e Saúde*, Araraquara, SP, v. 11, p. 27-34, 2015.
- [14] RYFF, C. D.; KEYES, C. L. M. The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*. n. 4, v. 69, p. 719-727, 1995.
- [15] SACCO, A. M.; COUTO, M. C. P. P.; KOLLER, S. H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p-233-250, 2016. Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED - Pr., 2009. - 216 p.
- [16] SILVA, E. S. A. A pessoa dependente no autocuidado com potencial para melhorar: construção de um instrumento de avaliação. 2019. 241 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica) - Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto.
- [17] SILVA, R. N.; FARIAS, L. M.; CRUZ, F. F. B.; MAGGI, L. E. Análise da eficiência do projeto de extensão “Vamos conhecer a nossa sexualidade” no conhecimento dos alunos do ensino fundamental de um colégio em Rio Branco, Acre, Brasil. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, v. 5, n.3, p. 94-106, 2018.
- [18] SONETTI, S. L.; GARCIA, M. R. V. Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba- SP e sua intersecção com saúde mental. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, n.1, p. 173-194, 2020.
- [19] TORTORELI, A. C.; GASPARIN, J. L. A interação do professor e aluno no ambiente virtual de aprendizagem: a ferramenta síncrona chat. *Seminários de Pesquisa PPE*. Universidade Federal de Maringá 07 a 09 de Maio de 2012. p. 1- 18. VENOSA PERIFÉRICA. 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem na Promoção de Saúde) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- [20] ZOMPERO, A.F.; LEITE, C.M.; GIANGARELLI, D.C.; BERGAMO, M.C.B. A TEMÁTICA SEXUALIDADE NAS PROPOSTAS CURRICULARES NO BRASIL. *Revista Ciências e Ideias*, v. 9, n. 1, 2018.

Capítulo 3

Infância, sexualidade e gênero em paredes de escolas públicas do Ensino Fundamental em Uruçuí

Pedro Martinho Sobrinho Mendonça

Denise Hosana de Sousa Moreira

Vanessa Oliveira Silva

Dariane de Sousa Morais

Resumo: Esta não foi uma pesquisa com crianças, mas de vestígios de sua passagem por escolas públicas na cidade piauiense de Uruçuí. O presente trabalho é parte de um estudo maior em Sociologia da Infância e teve o objetivo de identificar o que diziam as pichações de cunho sexual acerca dos seus autores anônimos. Para o alcance do objetivo proposto, foram fotografados sanitários, salas de aula e áreas de lazer de duas escolas públicas municipais do Ensino Fundamental. Frequentadas por crianças de 7 a 14 anos. A metodologia adotada envolveu estudo exploratório descritivo e análise quali-quantitativa. Entre os resultados obtidos, foram destacados para esta exposição à prevalência de pichações de cunho sexual nos sanitários masculinos em relação aos femininos, bem como o tratamento caricato e pejorativo da sexualidade nesse modo de expressão. A diferença quantitativa no uso das pichações entre meninos e meninas pode sugerir a necessária inserção do assunto nas discussões de gênero e o modo depreciativo no tratamento à sexualidade pode indicar a importância da continuidade deste estudo e de reflexões acerca da sua efetiva inserção da educação sexual nos currículos escolares.

Palavras-Chave: Infância; Gênero; Sexualidade; Pichações; Escola.

1. INTRODUÇÃO

Durante a realização das práticas no curso de Pedagogia foi possível desnaturalizar as pichações impressas nas paredes escolares. O interesse por tais registros surgiu após sucessivas visitas às escolas de Ensino Fundamental. Em momentos de repouso, foi possível reagir com estranhamento àquele fenômeno em decorrência da constatação do seu excesso. As marcas daquelas presenças deixadas pelas crianças ocupavam quase todos os ambientes, das salas de aula aos sanitários, dos refeitórios às áreas de lazer. Somente um olhar mais atento deu a perceber a sexualidade ali presente. Foi, portanto, para a identificação o que diziam as pichações de cunho sexual acerca dos seus autores anônimos que se voltou o presente estudo.

A temática da sexualidade tem sido apresentada na literatura educacional sob diversos enfoques. Neste trabalho, a perspectiva adotada foi a Sociologia da Infância pelo fato de pressupor a criança enquanto ator social e, por conseguinte, como um sujeito de direitos, Sarmento (2011). Esse entendimento passa pela expressão de suas percepções e construções culturais. No espaço escolar, há várias possibilidades de sua expressão e os registros deixados em paredes correspondem a uma delas.

A pichação é algo tão cotidiano no ambiente escolar que, por vezes, não se busca entender suas mensagens. Segundo Barchi (2007), podem ser encaradas como sinônimo de protesto, vandalismo, passatempo, entre outros. Portanto, as pichações em paredes escolares constituem um material passível de estudo científico na busca pelo entendimento de culturas de infância.

2. METODOLOGIA

Para Gil (2007), a pesquisa pode ser classificada em três categorias: exploratória, descritiva e participativa. A exploração e a descrição atenderam ao propósito deste estudo, uma vez que, segundo o autor, o tempo prolongado no campo da investigação favorece a sua realização. Este estudo ocorreu durante a prática no curso de graduação em Pedagogia. Aplicada durante esse período, a abordagem exploratória possibilitou uma maior familiaridade com o problema.

A recolha de dados foi feita mediante prévia autorização das diretoras de 2 escolas públicas de Ensino Fundamental frequentadas por crianças de 7 a 14 anos. Após a aprovação do pedido de autorização para a pesquisa, utilizamos aparelhos celulares para a recolha fotográfica dos dados.

O objeto em questão neste estudo foi constituído unicamente de pichações feitas em paredes internas de escolas. Os locais de recolha correspondem a salas de aula, sanitários e as áreas comuns de acesso a todos os alunos da escola. As circunstâncias escolhidas para os registros foram os horários em que as dependências das escolas estavam desocupadas pelas crianças, de modo a evitar a perda de sua ação anônima e espontânea.

O tratamento aos dados recolhidos foi a análise quali-quantitativa, considerada por Knechtel (2014) como aquela que interpreta as informações de maneira quantitativa, por meio de expressões numéricas, e qualitativa, mediante descrições interativas com o fenômeno. Das fotografias, foram selecionadas todas as que apresentaram pichações de cunho sexual e delas foram classificados 03 modos de expressão: desenhos, palavras e frases. Em seguida, foi realizada a quantificação e qualificação dos dados selecionados, de onde foram obtidos os primeiros resultados da pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Desde os primórdios da humanidade, é sabido que as pichações em paredes representam formas de expressão, até mesmo antes da escrita. Seus traços servem para identificar características de uma determinada época, como costumes e valores. Entretanto, talvez pela impropriedade de sua localização, tenham sido evitadas como objeto de estudo, enquanto fonte de informação acerca dos seus autores na atualidade.

Para Barchi (2007) as pichações estão “satanizadas”. Representam uma forma de manifestação marginalizada pela sociedade. De acordo com Gitahy (1999), o ato de pichar se relaciona a sujar com piche, escrever em muros e paredes, falar mal e, com isso, o próprio termo é carregado de preconceitos. Assim, a apreensão reflexiva dessa manifestação cultural perde espaço quando recebe o nome de pichação.

Enquanto meio de expressão cultural, as pichações podem conter inúmeras informações acerca de seus autores. Em ambientes escolares de crianças, as pichações podem representar expressões de suas culturas de infância observáveis desde os primeiros anos em que consigam fazer uso de meios para a sua realização. De algum modo, evoluem para representações da realidade social onde estão inseridas e, em algum momento, podem abranger temas considerados impróprios para suas idades biológicas. Entre esses está a sexualidade e as aprendizagens de gênero.

Yano e Ribeiro (2011) consideram que:

A sexualidade infantil é um processo natural e cultural desenvolvido desde as primeiras experiências afetivas do bebê com a mãe. O respeito à manifestação da sexualidade é um direito da criança. Cabe ao adulto assegurar esse direito, permitindo que ela vivencie e conheça as atividades sexuais próprias da idade. (YANO & RIBEIRO, 2011, p. 1316).

Em seu estudo, as autoras identificaram referências das crianças ao ato sexual como algo sujo, que não deveria ser abordado por elas em função de suas idades, bem como o estabelecimento de relações de gênero, ou seja, relacionaram sexo a papéis sociais de homens e mulheres.

Ainda que o termo gênero seja de uso comum, sua evolução conceitual passa por várias delimitações em estudos da sexualidade humana. Cabe estabelecer os limites aplicados aqui. A concepção de gênero adotada neste estudo correspondeu a uma das apreensões feitas por Louis (2006), do gênero como o sexo social, de ser uma construção feita a partir do sexo biológico, ou seja, do gênero enquanto “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (LOUIS, 2006, p. 716).

Adotar a concepção de gênero como construção social a partir do sexo biológico implica em admitir a sexualidade como inerente à natureza humana e o gênero como decorrente de um dado contexto histórico e social. Uma vez que a construção cultural do gênero resulta de um conjunto diverso de fatores sociais relacionados ou não entre si, coube destacar alguns entre muitos outros considerados relevantes para esta abordagem. Wenetz, Stigger e Meyer (2013) descreveram construções nos modos de ser menino e ser menina a partir de observações feitas no recreio em uma escola de Porto Alegre, no Brasil, onde as crianças não brincam todas juntas, não fazem o que querem e os espaços funcionam como territórios para determinados grupos de determinado gênero. Assim, a escola delimita sua liberdade de expressão.

Xavier Filha (2014) identificou características repassadas pelos adultos em sua pesquisa sobre gênero. Segundo ela, a título de exemplo, os adultos constroem os livros infantis e, assim, fazem entender a relação da cor azul para meninos e da cor rosa para meninas. No entanto, as crianças usam as cores sem restrições padronizadas quando constroem suas próprias histórias.

Um estudo mais recente de Colis e Sousa (2020) mostrou que a interferência adulta na infância se dá muito pela percepção de “inocência” das crianças. Desse modo, aumentam reprodução do discurso de desigualdade alicerçada, por exemplo, no machismo. Segundo Ribeiro (2006), por esse motivo:

Entre as próprias crianças, portanto, ser homem e ser mulher está relacionado não somente com o aparato anatômico fisiológico, mas com concepções sociais, muitas aprendidas na família e no sistema das relações em que vivem. A categoria homem e mulher, neste caso, menino e menina, envolve atributos sociais e simbólicos. (RIBEIRO, 2006, p. 168).

Para além das pesquisas de campo sobre a sexualidade estão clássicos com Foucault (1988) e Bourdieu (2002). Para Foucault, a partir do século XVIII ocorreu um processo de repressão sexual da era vitoriana em oposição ao século anterior, quando, segundo ele, a sexualidade não era ofensiva e até mesmo a nudez dos corpos não era vista como obscena ou escandalosa. A sexualidade era tida como natural e limpa tanto por adultos quanto por crianças. A justificativa para a mudança residiu na rigidez da burguesia da época, dedicada a banir toda ameaça à perda de suas riquezas materiais. Assim, os operários não deveriam gastar energia com prazeres e detrimento da produção industrial emergente. A sexualidade deveria ser estimulada apenas para fins de reprodução da força humana produtiva do capital. Por este motivo, nesse contexto, era negada às crianças possibilidade de ouvir ou falar sobre assuntos relacionados à sexualidade. Inclusive eram, então, tidas como desprovidas de sexo.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor

manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdité-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (FOUCAULT, 1988, p. 9).

Portanto, a repressão sexual tem origem com o início do sistema capitalista, caracterizando-se com uma evidência histórica atrelada ao advento da revolução industrial e sua dedicação à produção intensa.

O fator social se deu mediante simbologias da vivência cotidiana, pelas famílias, escolas e sociedades. Envolve o que Bourdieu considerou como ordem das coisas por meio da máquina simbólica da sociedade.

A representação da vagina como um falo invertido que Marie Christine Pouchelle descobriu nos escritos de um cirurgião da Idade Média obedece às mesmas oposições fundamentais entre o positivo e o negativo, o direito e o avesso, que se impões a partir do momento em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. (BOURDIEU, 2002, p.23).

O autor prossegue considerando que o homem e a mulher eram vistos como duas variantes, superior e inferior, da mesma fisiologia e que até o Renascimento o sexo da mulher era representado como sendo composto dos mesmos órgãos que o do homem, mas apenas dispostos de maneira diversa. Para o autor, com base nessa mentalidade a ordem social funciona como uma grande máquina simbólica que ratifica a dominação masculina sobre a qual se alicerça a divisão do trabalho, do espaço e das tarefas. Assim, a diferença biológica entre os sexos, feita com ênfase na diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista, segundo ele, como argumento naturalmente construído entre as diferenças sociais de gênero.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das fotografias tiradas nas duas escolas observadas durante a realização da pesquisa apresentada aqui, foram selecionadas todas as que apresentaram pichações de cunho sexual e delas foram classificadas as 03 modalidades de expressão e consideradas para efeito de análise: desenhos, palavras e frases. Após essa classificação, foi feita a primeira quantificação e qualificação dos dados.

No que diz respeito às 02 escolas, às 04 salas de aula, aos 02 refeitórios e aos 02 espaços de lazer, foram encontrados em relação à sexualidade:

- a) 20 desenhos de órgãos genitais, com caricaturas de atos sexuais;
- b) 16 palavras ofensivas;
- c) 19 frases pejorativas.

Em termos quantitativos, no que diz respeito às pichações recolhidas de 4 sanitários, sendo 2 masculinos e 2 femininos, foram obtidos os seguintes resultados:

- a) 10 desenhos de órgãos genitais nos sanitários masculinos e nenhum nos sanitários femininos;
- b) dos apelidos ligados à sexualidade, 6 foram encontrados nos sanitários masculinos e 2 nos femininos;
- c) 8 frases pejorativas ligadas à sexualidade foram encontradas nos sanitários masculinos e 3 nos sanitários femininos.

Pelo fato de ser um local frequentado por crianças separadas por sexo, os sanitários foram considerados como locais por onde seria possível estabelecer relações de gênero com as pichações recolhidas nas escolas do Ensino Fundamental.

Em termos qualitativos, à análise dos dados recolhidos nos sanitários das duas escolas observadas revelou a dominância de pichações de cunho sexual nos sanitários masculinos quando comparados aos sanitários femininos. Abaixo, está uma amostra das pichações encontradas nos sanitários masculinos.

Figura 1- Pichações encontradas em sanitários masculinos.



Fonte: arquivo dos autores.

Em termos quantitativos, além de estarem mais limpos, os sanitários femininos tinham muito menos pichações em comparação aos masculinos e nenhuma referência a órgãos genitais. Em outras palavras, nos sanitários femininos, foi possível constatar a inexpressão à sexualidade se comparados aos sanitários masculinos.

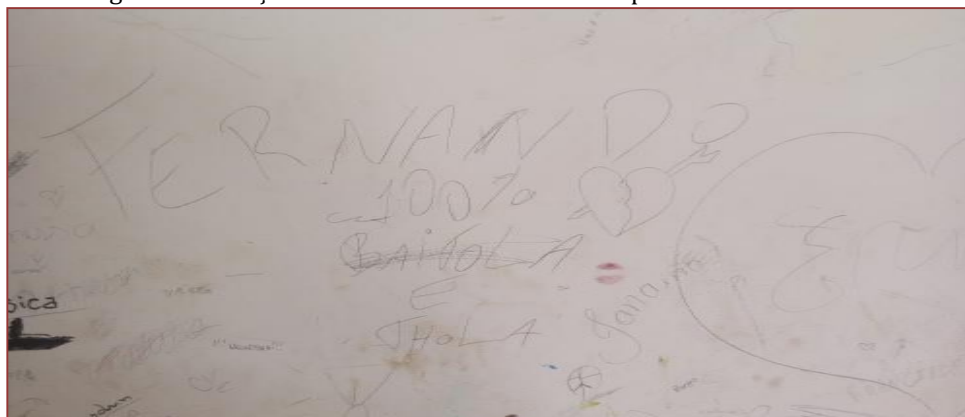
A diferença quantitativa na autoria das pichações de cunho sexual entre meninos e meninas inseriu o assunto nas discussões de gênero. Na busca por uma base teórica de análise qualitativa dos resultados das pichações comparadas quantitativamente, cabe destacar uma observação feita por Scott (1990) de que a sexualidade foi retirada da mulher assim como o trabalho foi alienado do trabalhador. Em outras palavras, o seu prazer foi condicionado ao propósito masculino, não cabendo a ela deliberar sobre suas formas de expressão.

Se comparada quantitativamente à produção dos meninos, a quase ausência de pichações nos sanitários femininos pode transmitir outras formas simbólicas de repressão sexual. Ainda que seja uma prática comum nas escolas, a pichação pode não ser o modo de expressão preferencial das meninas, talvez, entre outras causas, por não ser culturalmente lógica entre crianças educadas para limpar, cuidar, zelar e não para sujar, descuidar ou depredar.

Outro dado relevante observado no estudo foi o alto índice de pichações com frases pejorativas e apelidos dirigidos à genitália feminina e à homossexualidade masculina. Nesse sentido, Louro (2007) diz não mais ser possível omitir os problemas vivenciados pelas minorias. Para a autora, a diversidade deveria ser tratada sem precedentes de marginalização em um mundo globalizado. Entretanto, segundo ela, a escola, ao seu modo, delimita espaços e constrói, direta ou indiretamente, o padrão do ser menina e do ser menino que conhecemos.

Adiante está uma amostra de expressões homofóbicas encontradas entre as pichações em uma das salas de aula onde foi possível ler “Fernando 100% baitola”. Diferente dos sanitários, os traços usados nas salas de aula eram, de modo geral, mais suaves e camuflados entre traços diversos.

Figura 2–Pichação em forma de escrita em uma parede de sala de aula.



Fonte: arquivo dos autores.

Os dados tendem a repetir resultados observados em outros estudos acerca da sexualidade entre crianças e a confirmar as teorias consideradas aqui. Entretanto, a divisão de sanitários exclusivos para meninos e meninas, de certo modo, contraria a ideia da criança assexuada pretendida na era vitoriana, ainda que seja possível observar a negatividade do sexo expressa em suas pichações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada aqui decorreu do processo de estranhamento progressivo à prática naturalizada das pichações durante a imersão prolongada no cotidiano escolar na graduação em Pedagogia. O desenvolvimento dessa percepção contribuiu para a formulação do objetivo de compreender o que dizem as pichações acerca dos seus autores anônimos. Esse objetivo foi alcançado a partir do momento em que às expressões de cunho sexual apresentaram relação com questões de gênero.

A opção metodológica pelo estudo exploratório e descritivo apresentou adequação aos propósitos do estudo. Entretanto, a impossibilidade de delimitar a precisão da faixa etária dos autores das pichações poderá ser resolvida por meio de uma escolha mais específica no âmbito das escolas de Ensino Fundamental. Em outras palavras, será necessário localizar escolas frequentadas exclusivamente por crianças menores e por crianças maiores em relação a uma determinada faixa etária e entre elas, realizar estudos comparativos.

Considerando as pichações como manifestações de autores anônimos, os dados revelaram, na sexualização e objetificação do corpo feminino e nas expressões de homofobia, um machismo expandido ao universo infantil tendente para a marginalização de grupos sociais, observado nas primeiras experiências interativas entre crianças.

De acordo com o exposto, questões de gênero e sexualidade presentes em outras pesquisas sobre o tema coincidiram com os resultados alcançados acerca das pichações nas paredes escolares observadas no momento inicial deste estudo. A abordagem caricata e pejorativa da sexualidade sugere sua necessária continuidade em direção aos fatores contributivos para a sua recorrência e respectiva superação.

Pensando na perspectiva da infância e não nos valores já construídos e pré- estabelecidos para as crianças, os estudos acabaram por confirmar a importância da educação sexual como algo que deva ser levado em conta nos currículos desde as primeiras etapas da educação escolar. Em outras palavras, os resultados apresentados aqui revelam a necessidade de pensar a sociedade como um todo em termos de melhorias para o convívio social.

Lembrando de uma menção foucaultiana ao tema da sexualidade, fica, aqui, uma reflexão: se o que era confessado ao padre passou a ser confessado aos psicólogos, neste estudo, por sua vez, o que não foi confessado aos psicólogos pode ter sido confessado, de algum modo, às paredes escolares. Cabe, portanto, prosseguir com o aprofundamento de questões relativas a temas como gênero e sexualidade no universo infantil, sobretudo, por sua fragante necessidade.

REFERÊNCIAS

- [1] BARCHI, R. Pichar, pixar, grafitar, colar: os discursos e representações sobre as pichações nas escolas analisados na perspectiva ambiental e libertária. TEIAS, V. 8, P. 15-16, 2007.
- [2] BOURDIEU, P. A dominação masculina. Tradução: Maria Helena Kühner. 2.ed. RJ: Editora Bertrand Brasil LTDA, 2002.
- [3] COLIS, E. B.; SOUZA, L. L. de. Infâncias, Gênero e Sexualidades: Uma Investigação- Intervenção com Professores de Educação infantil. Rev. latinoam. educ. inclusiva, V. 14, P. 53-68, jun. 2020.
- [4] FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- [5] GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- [6] GITAHY, C. O que é graffiti. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- [7] KNECHTEL, M. do R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- [8] LOUIS, M. Diga-me: o que significa gênero?. Sociedade e Estado. V. 21, P. 711-724, 2006.
- [9] LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. Unicamp: Pro- Posições, 2007.
- [10] RIBEIRO, J. S. B. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. Cad. Pagu, V. 26, P. 145- 168, 2006.
- [11] SARMENTO, M. J. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. Atos de
- [12] pesquisa em educação. V. 6, P. 581-602, 2011.
- [13] SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, V. 15, P. 5-22, 1990.
- [14] WENETZ, I. et al. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. Rev. bras. educ. fís. esporte, V. 27, P. 117-128, 2013.
- [15] XAVIER FILHA, C. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. Educ. rev, V. 12, P. 153-169, 2014.
- [16] YANO, K. M.; RIBEIRO, M. O. O desenvolvimento da sexualidade de crianças em situação de risco. Rev. esc. enferm. USP, V. 45, P. 1315-1322, 2011.

Capítulo 4

O corpo no espelho das narrativas para crianças: Análises e interpretações dos elementos que marcam as diferenças na corporeidade

Lenise Oliveira Lopes

Resumo: Esse trabalho tem como foco a análise de narrativas e imagens destas narrativas, as quais apresentam corpos de crianças. Particular atenção é dada às marcas corporais que estão nas palavras em uma estreita conexão entre sema (linguagem) e soma (corpo). Estas narrativas, trazem em si elementos que podem (ou não) marcar, modelar, alienar ou libertar os corpos infantis, promovendo a estes o exercício com plenitude de suas capacidades físicas, mentais e intelectuais, conforme determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96 (LDB). Destaco a materialidade e a subjetividade do “corpo”. Escolhi a pesquisa quali quantitativa, porém de predominância qualitativa, adoto a metodologia documental como procedimento científico, analiso o conteúdo dos dados colhidos do acervo do “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras/2012”. Defini como objetivo geral: analisar as dimensões corporais identitárias apresentadas nas narrativas escritas para crianças com base nas teorias sociológicas, filosóficas, antropológicas e literária, como objetivos específicos: (1) revelar os achados através de categorias de análise, tais como: raça, etnia, sexo e gênero; e (2) identificar os bens culturais e simbólicos transmitidos através do conteúdo das narrativas. Posso antecipar que os achados demonstram que há uma significativa abertura para as etnias e raças no sentido global com a inclusão das narrativas estrangeiras. Estas também apresentam fluidez nos corpos que fogem dos padrões adotados como bom comportamento, mas mantêm heteronormatividade. Contudo as narrativas brasileiras não contemplam a diversidade e o multiculturalismo nacional.

Palavras-chave: Corpo. Narrativas escritas para crianças. Identidades, Educação Infantil.

E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo tem andado a ensinar?

José Saramago

A literatura infanto-juvenil é fenômeno recente e remonta suas origens no país há apenas um século, aproximadamente. A literatura infantil, ou seja, essa produção artística cultural destinada à criança – o livro infantil - aqui chamada de “narrativas para crianças”, ocupa seu espaço no mundo ocidental no século XVIII com a Revolução Industrial. Com a ascensão da burguesia, principalmente na França e na Inglaterra a família e a criança assumem um lugar de valor e a criança passa a ser vista com as suas necessidades próprias, específicas. A escola assume um direcionamento maior para atender a essas necessidades da criança e, também, se idealiza que essas instituições ofereçam o de melhor e mais específico para crianças.

No contexto brasileiro a literatura infantil (ou Infanto-juvenil) surge no final do século XIX e começo do século XX. O livro chega ao Brasil através da imprensa régia, com o advento da Proclamação da República e a Abolição da Escravatura (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984). Desde sempre, mesmo sendo de cunho nacional, a literatura para crianças primava pelo compromisso em ensinar os bons modos, bons costumes, higiene, o cuidado com a saúde e todos os temas que envolvessem o corpo. Interessante destacar que essa literatura de cunho educativo teve como foco principal sempre o corpo, pois era nele onde se concentravam as atenções para aquisição e reprodução da cultura, dos valores burgueses. Isso a caracterizou como uma literatura de caráter utilitário e didático.

O livro como instrumento criado pela classe burguesa deveria priorizar os valores burgueses e estar a serviço desta classe para reprodução da sua cultura e crenças. Sem dúvida era no corpo onde o olhar recaía mais, pois este representava o indivíduo, o cidadão com toda a sua carga de representações¹, especialmente de classe social. Como negar a classe social de um adolescente que não sabe sentar-se, usar os talheres à mesa, ou mesmo sorrir na medida certa? A burguesia definia nos livros Infanto-juvenis o que era certo, o que deveria ser ensinado, com a preocupação de difundir as suas ideias e criar um contingente de pessoas universalmente/internacionalmente com as mesmas tendências. De fato, assim acontece deixando-se de considerar qualquer outra forma de ser e estar no mundo. O importante era manter-se a supremacia e status de pertencer a uma classe social – a elite econômica ou se fingir que pertence a essa classe usando os seus mesmos modos e costumes.

Está claro que a literatura é uma presença imprescindível na formação dos seres humanos e, portanto, o empenho dos professores, da sociedade civil e essencialmente dos programas de governo, devem ser para que todas as crianças tenham acesso a uma produção literária de qualidade, assim, também para que sejam abertas as portas e proporcionadas aos/as professores/ professoras e mediadores/mediadoras conhecimento que farão com que ocorra o acesso da criança às narrativas que contemplem as diversas etnias, gêneros e classes sociais. Desse modo, pode-se ter uma literatura infanto-juvenil que abrace a diversidade cultural. Com a preocupação em fazer-se com que o maior número de educadores conheçam a produção de narrativas para crianças que hoje está disponível, procura-se nessa pesquisa aprofundar através das análises de conteúdo, o que se poderia desvendar e clarificar para os educadores as implicações das suas escolhas. Para tanto, buscou-se através de um universo composto de personagens que representados pelos corpos humanos, essencialmente crianças e que apresentam uma característica em comum: são elementos das narrativas escritas e/ ou ilustrações/linguagem pictórica. Portanto, explicando-se o *corpus* de análise dessa pesquisa, ele é composto do acervo de 200 narrativas escritas para crianças do PNBE/2012.

Analisou-se um universo de 200 narrativas e pôde-se fazer um recorte que pareceu necessário para formatar o *corpus* de análise mais conciso para essa pesquisa. Tomou-se por base as orientações da técnica de Análise de Conteúdo, recomendadas por Minayo (1994). Dessa maneira, teve-se como uma das etapas a escolha das Unidades de Registro e das Unidades de Contexto.

¹ Serge MOSCOVICI preocupa-se em definir representações sociais na sua obra: Representações Sociais: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Para Moscovici (2003) as representações sociais não são as mesmas para todos os membros da sociedade, porque dependem do senso comum e do contexto sociocultural no qual os indivíduos estão inseridos.

A representação é uma espécie de conhecimento construído socialmente, e partilhada, que tem como visão a elaboração de uma abordagem comum a um conjunto social.

Cabe esclarecer o que vem a ser Unidade de Registro. Esta “se refere aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem” (MINAYO, 1994). Esta Unidade pode ser representada por uma palavra, uma frase, um título de uma obra, uma imagem ou mesmo apenas um personagem. Além das Unidades de Registro, devo definir as Unidades de Contexto. Este Contexto é formado pelas referências mais amplas, onde acontecem as narrativas - as circunstâncias da estória, focalizando o onde, o quando e como acontecem os fatos, os modos, a etnia, os costumes. No caso específico desta investigação as Unidades de Contexto foram definidas como “modos e modas” que segundo Gilberto Freyre (2009):

Estudá-las permite dar conta de mudanças sociais, da transformação de códigos culturais, da rapidez e, por vezes, violências das trocas comerciais. Mas ela, também, inaugura uma história das sensibilidades. A busca do belo, do gosto, do gênero e do prazer evoluíram, ao longo da história, assim como a imagem do corpo, ora constrangido, ora liberto, se modificou [...] Moda: fronteira íntima entre o indivíduo e o mundo. Escudo que preserva contra as agressões, mas também, sedução, sonho e convite a violar limites. No corpo a corpo com a intimidade, a moda e os modos alimentam as ciências que estudam o cotidiano. Que se debruçam, como (...) sobre “as vivências e convivências humanas”, podendo de imagens, tornar-se modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar e, assim, subjetivas, influírem sobre as demais modas, sobre maneiras pessoais e gerais de indivíduos e grupos seguir e modas concretas (PRIORI in FREYRE, 2009, p.11-12).

Já no que diz respeito às Unidades de registro que foram trabalhadas, são múltiplas e nasceram a partir do diálogo com as narrativas e, conseqüentemente, em alguns casos, com o autor ou autora da obra.

É necessário deixar claro os critérios com os quais pôde-se com maior afinco selecionar-se os elementos identificados no *corpus* de 200 livros, a fim de poder analisar as marcas representativas encontradas. Fez-se um mapeamento inicial das narrativas para construção do *corpus* através de duas categorias:

Unidade de registro - refere-se aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto das obras. Pode ser representada por uma palavra, uma frase, um título de uma obra, uma imagem ou mesmo um personagem.

Unidade de contexto – é formada pelas referências mais amplas, onde acontecem as narrativas (onde, quando, fatos, modos, etnia, costumes e modas).

A seguir apresento estes critérios por mim determinados com base nos objetivos dessa investigação.

Quadro 1: Critérios para escolha do conjunto de narrativas a serem analisadas

1	200 narrativas que compõem o Programa Nacional do Livro na Escola (PNBE/ MEC/2012).
2	Narrativas dirigidas a crianças de Creches, Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental (0 a 10 anos).
3	Narrativas que apresentem crianças como personagens principais na capa ou no enredo.
4	Edições de editoras apresentadas no acervo do PNBE/2012, exceto em casos em que, mesmo sendo publicadas em editora diferente da lista do PNBE, as histórias apresentam a mesma programação gráfica.
5	Narrativas editadas e/ou reeditadas na atualidade (normalmente se faz uma releitura ou atualização de contos de fadas, por exemplo). Isso considerando que a história da literatura brasileira está dividida em períodos que vai até a modernidade e as chamadas tendências contemporâneas (ALFREDO BOSI, s.d.).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Declara-se que o critério - narrativas que apresentem criança ou crianças como personagem ou personagens principais na capa e/ou no enredo foi decisiva para determinar a escolha de 26 narrativas.

Buscou-se apoio nas definições do próprio Ministério da Educação, que em documento dirigido a esclarecimentos sobre as mudanças relativas à inserção do sexto ano de estudo, explica que a Educação Infantil fica dividida em creche (de 0 a 3 anos) e pré-escola (de 4 a 5 anos) e Ensino Fundamental dividido em anos iniciais, os quais incluem de 06 a 10 anos e anos finais, que vão de 11 a 14 anos.

Para não deixar dúvida recorreu-se a declaração do Ministério da Educação² que define as faixas etárias para o ingresso da criança no Ensino Infantil e Fundamental. Segundo as orientações do Conselho Nacional de Educação a idade ideal para que a criança ingresse no Ensino Fundamental é a partir da faixa etária dos seis anos já completos ou a completar quando começar o ano letivo.

Quadro 2: Divisão das séries por faixa etária

EDUCAÇÃO INFANTIL (Até cinco anos de idade)	
Creche (Até três anos de idade)	Pré-Escola (4 e 5 anos de idade)
ENSINO FUNDAMENTAL (Até 14 anos de idade - total de nove anos)	
Anos iniciais (De 6 a 10 anos de idade – 5 anos de duração)	Anos finais (De 11 a 14 anos de idade – 4 anos de duração)

Fonte: Portal MEC

Ressalto que tive como objetivo geral: analisar as dimensões corporais identitárias apresentadas nas narrativas escritas para crianças com base nas teorias sociológicas, filosóficas, antropológicas e literárias, como objetivos específicos:

(1) revelar os achados através de categorias de análise, tais como: raça, etnia, sexo e gênero; e (2) identificar os bens culturais e simbólicos transmitidos através do conteúdo das narrativas.

Espera-se que a apresentação desses achados possa fazer com que alguns educadores compreendam que existem inúmeras narrativas escritas para crianças e todas carregam em si inúmeras intenções, as quais precisam ser percebidas e entendidas. Os educadores precisam ler e conhecer as produções literárias que existem hoje nas escolas e que são oferecidas as nossas crianças. É desse modo que eles/elas poderão fazer as escolhas do que as crianças vão ler, mas escolher com conhecimento e consciência crítica.

Conclui-se explicando o pressuposto inicial da pesquisa afirmando que as narrativas em sua maioria não apresentam conteúdos flexíveis em relação a uso social do corpo, porque quase todas são heteronormativa. Portanto, não apresentam significados e identidades em consonância com o multiculturalismo. Mas, trazem algumas rupturas com as normas dos bons modos, corpos rígidos e submissos.

Identifica-se que por um lado as narrativas trazem uma força libertadora, mas ainda não rompem com certas fronteiras dos modos e dos costumes tradicionais a exemplo da família nuclear, a quase ausência do negro, do indígena, do pobre, do deficiente (físico, mental, visual e intelectual), o albino, do gordo, do magro, do homossexual, da lésbica, do transgênero. A ocultação desses sujeitos nas narrativas, reforça o desconhecimento da realidade e estimula o lado mais perverso da escola – lugar de humilhação, de exposição pública, de envergonhamento, e do não empoderamento.

Percebe-se que a escola pode transformar-se em um espaço tal como foi definido acima quando se acumulam inúmeros fatores que favorecem e/ou atendem apenas a pequenos grupos sociais que em geral são brancos, advindos de famílias heterogêneas, com valores quase que unificados, que mantêm favoritismo ao eurocentrismo e o declarado favoritismo aos modos de vida dos cidadãos estadunidenses e são acima de qualquer coisa representantes das classes média alta e média média. Acrescenta-se que as crianças e adolescentes de classe média alta em sua maioria, formam pequenos grupos que procuram frequentar apenas escolas particulares construídas para só, somente eles.

Por outro lado, no mínimo três grupos da classe média podem frequentar as mesmas escolas públicas. Estas escolas foram construídas para a classe pobre, mas com o achatamento do poder aquisitivo outros grupos sociais passaram a frequentar, como a classe média média e classe média baixa. É nesse lugar de encontro entre essas classes que são criadas maneiras e hábitos uniformizados sem levar em conta nenhum aspecto ligado a origem e as culturas que vivem em cada criança ou adolescente.

² A mudança da idade de 6 para 5 anos foi realizada em decorrência da Lei Federal n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que prevê a alteração da redação dos artigos n. 29, 30, 32, e 87 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos (seis) anos de idade. (PLACCO e ALMEIDA (org.), 2012, p.23).

Não se está falando que as escolas públicas possam atender de forma individualizada, tão pouco não se está defendendo isso. Apenas precisam fazer com que sejam vistas as imensas diferenças culturais que esses diversos grupos trazem consigo. Essas diferenças são a nossa riqueza, é nosso arcabouço cultural que precisa ser conhecido, acatado, valorizado, disseminado. Portanto é necessário ter-se uma literatura infanto-juvenil que também acolha, represente o multiculturalismo, especialmente numa sociedade tão rica em inúmeras diferenças. Acima de tudo as políticas governamentais, a comunidade escolar e a sociedade civil devem ter acesso da forma democrática mais ampla as diferenças étnicas, diferenças de gênero, diferenças de classes sociais. Sem conhecê-las e vivencia-las não constroem a aceitação e o respeito.

As narrativas para crianças na sua maioria, ainda refletem a supremacia dos corpos brancos com todos os valores e crenças que vigoram entre os grupos que representam a elite econômica brasileira, são estes essencialmente os livros escritos por autores brasileiros. Digo autores, porque ainda se tem como maioria escritores homens. Mas, talvez o maior salto entre as corporeidades espelhadas seja a presença de corpos sem uma definição de gênero ou sexo preciso. São corpos que trazem claramente a fuga da docilidade, da obediência cega e de comportamentos rígidos, não engessados. São modos corporais que espelham uma linguagem criativa onde o ser pode se apresentar de diversas formas.

REFERÊNCIAS

- [1] FREYRE, G. Modos de homem & modas de mulheres. 2. ed. Revisada. São Paulo: Global, 2009.
- [2] LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira: histórias & histórias. São Paulo: Ática, 1984.
- [3] MINAYO, M. C. de S. *et al.* Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- [4] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PDE. Programa Nacional Biblioteca da Escola, 2010. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_42.php>. Acesso em: 11 maio 2012.
- [5] PALLARES-BURKE, M.L.G. Tempo social: entrevista com Zigmunt Bauman. *SciELO*, São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015>. Acesso em: 07 jan. 2014.
- [6] PORTAL MEC. Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequente e respostas da secretaria de educação básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

Capítulo 5

Recorte de um projeto de Educação em Saúde Reprodutiva realizado durante a pandemia de Covid-19, em uma escola pública de Educação Básica

Beatriz Caroline Conceição do Nascimento

Dayane Cristina Zanqueta Azevedo

Fabiana Schaffer

Simone Acrani

Resumo: A sexualidade é estabelecida como um dos aspectos centrais do ser humano ao longo de toda sua vida e nela estão marcados elementos relacionados ao sexo, às identidades e aos papéis de gênero, à orientação sexual, ao prazer, à intimidade e à reprodução. A autoestima é influenciada diretamente pela sexualidade, sendo definida como aceitação do que se é e como se é. As escolas trabalham o tema de forma fragmentada, priorizando a matriz biológica dos corpos e sem articulação com outros campos do saber, reforçando os preconceitos já existentes, crença naturalizadas e predefinidas. O presente trabalho objetiva apresentar um recorte do Programa de Extensão “Educação para a sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos da educação básica” que tem como proposta principal desenvolver uma ação de saúde reprodutiva e educação sexual conscientizadora, preventiva e contínua nas escolas. Devido a pandemia e condições do distanciamento social, o projeto sofreu uma reestruturação e adaptação, passou do modelo presencial para o remoto, através da utilização de plataformas *on-line* gratuitas. Não houve uma adesão significativa em todas as turmas das escolas parceiras, o que pode ser atribuído ou a falhas na divulgação das atividades, ou ao fato dos encontros serem fora do horário das aulas já determinados pela direção neste modelo remoto ou a falta de interesse dos próprios alunos em participar. Além disso, um fator importante, e que pode ser motivo do número baixo de alunos é a não autorização dos responsáveis, por se tratar de um assunto ainda considerado um tabu.

Palavras-chave: Sexo, Sexualidade, Autoestima, Educação para Sexualidade, Adolescentes.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência e a juventude são períodos em que há transformações físicas, psíquicas e sociais relacionadas à maturidade. Nessa etapa da vida ocorre a construção da imagem corporal, influenciada pelas sensações e emoções (JANEIRO et al., 2013).

A saúde sexual é definida como um estado de saúde física, mental, emocional, e de bem-estar social em relação à sexualidade, através de meios que sejam enriquecedores e que potencializem a personalidade, a comunicação e o amor. Já a sexualidade é estabelecida como um dos aspectos centrais do ser humano ao longo de toda sua vida e nela estão marcados elementos relacionados ao sexo, às identidades e aos papéis de gênero, à orientação sexual, ao prazer, à intimidade e à reprodução (OMS, 2017; MARQUES; CHEDID; EIZERIK, 2008).

Um das características essenciais do ser humano é a sexualidade, na qual envolve conjuntos de valores pessoais e sociais, refletindo o contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido e se desenvolve, além de estar associada à atividade sexual, à dimensão biológica, íntima, relacional e subjetiva de cada indivíduo, além de se dar através do ato de confiar de sentir-se valorizado, aproximar-se e separar-se sem ansiedade excessiva, manter um padrão de relacionamento com o parceiro diferente da relação filial-parental e vivenciar a própria agressividade sem muita ansiedade, não somente através do processo fisiológico (OLIVEIRA et al. 2009; MARQUES; CHEDID; EIZERIK, 2008).

A sexualidade envolve o gênero, a orientação sexual, o erotismo, o envolvimento emocional, o amor e a reprodução, podendo ser experimentada nos pensamentos, nas fantasias, desejos, crenças, dentre vários outros, envolvendo o corpo, a história e a cultura, essa vivência na adolescência auxilia na estruturação da identidade do jovem (OLIVEIRA et al. 2009).

A autoestima é influenciada diretamente pela sexualidade, na qual é definida como aceitação do que se é e como se é, se baseia na confiança, no direito de ser feliz, na percepção do valor de poder ser admirado, contribui para a avaliação da percepção positiva de si, sua persistência, aspirações e formulações para projetos de vida. A autoestima elevada influencia psicologicamente e socialmente o estudante, sendo um dos fatores importantes para demonstração da sexualidade, já a sensação de inadequação, culpa ou vergonha, ou ainda a ausência de confiança e amor próprio, pode ter como consequência prejuízo na autoestima de um indivíduo, afetando negativamente sua manifestação da sexualidade (JANEIRO et al. 2013; MACHADO; ZAPPE; DIAS, 2020).

Na adolescência a sexualidade é vista como um problema de saúde pública, no qual a escola se torna um local fundamental para implementação de políticas públicas que promovam a saúde do adolescente, colaborando para o esclarecimento e problematização relativa à educação sexual (SILVA et al. 2020).

A temática tende a ser tratada de forma fragmentada, priorizando a matriz biológica dos corpos e sem articulação com outros campos do saber, assim reforçando os preconceitos já existentes, crença em entidades dicotômicas, naturalizadas e predefinidas (VAL et al. 2019).

Devem ser abordadas questões de ordem social, política, histórica, entre outras, necessárias para uma ampla compreensão sobre a sexualidade, de forma biopsicossocial, não somente de forma biológica, sem essa abordagem os adolescentes recorrem as mídias sociais para satisfazerem suas dúvidas e curiosidades, procurando por fontes menos confiáveis, podendo ocorrer iniciação sexual precoce e banalização da temática (SILVA et al. 2020; FIORINI; DÁTILLO, 2015).

A educação sexual é fundamental no ambiente escolar, porém trabalhar com essa temática não tem sido uma tarefa fácil, alguns fatores podem ser considerados: ausência de profissionais preparados, os tabus relacionados a temática e o embate político e ideológico (SOUSA NETO et al. 2012).

Trabalhar a educação para a sexualidade nas escolas sempre foi polêmico e repleto de tabus, ocasionando pouca frequência da sua prática. Porém as informações proporcionadas com o trabalho escolar da temática promovem o desenvolvimento da pessoa em todas suas dimensões, melhorando assim suas relações interpessoais e estabelecendo códigos morais em relação ao comportamento sexual. A escola deve interceder de forma positiva, trabalhando com os adolescentes a sexualidade, e a repressão sexual sofrida, que normalmente ocorre na fase infantil (ROCHA, 2012).

O presente trabalho objetiva apresentar um recorte do Programa de Extensão “Educação para a sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos da educação básica” que tem como proposta principal desenvolver uma ação de saúde reprodutiva e educação sexual conscientizadora, preventiva e contínua nas escolas, destinada aos adolescentes e professores, promovendo discussões e diferentes dinâmicas sobre: saúde reprodutiva; valorização do corpo; autoestima; mudanças psicológicas e pressões sociais durante a puberdade; aspectos biológicos e fisiológicos da puberdade; fisiologia dos sistemas reprodutores masculino e feminino; gestação precoce; métodos contraceptivos; infecções sexualmente transmitidas e discussões sobre as temáticas sexo e sexualidade de forma a discutir valores humanos, resgatando a autoestima dos adolescentes e a criticidade.

2. METODOLOGIA

As atividades apresentadas compõem o Programa de Extensão “Educação para a sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos da educação básica” que acontece há 12 anos consecutivos. Na versão atual é constituído por 16 discentes dos cursos de graduação da área da saúde, 1 de licenciatura em Ciências Biológicas e 1 coordenadora.

Para o desenvolvimento, o programa contou com dois momentos, na primeira fase ocorreu a capacitação e fundamentação teórica metodológica de toda a equipe por meio de leitura de artigos, elaboração de apresentações, reuniões, reflexões, discussões e elaboração das aulas e/ou diferentes atividades didáticas. No segundo momento, ocorreram as atividades planejadas junto aos alunos da educação básica das escolas parceiras.

Devido a pandemia e condições do distanciamento social, o projeto sofreu uma reestruturação e adaptação, passou do modelo presencial para o remoto, através da utilização de plataformas *on-line* gratuitas.

Para que o programa acontecesse foi realizada uma reunião com a direção, coordenação pedagógica e professora de ciências para que um horário fosse disponibilizado, o que foi prontamente atendido, sendo agendado um encontro semanal de 50 minutos por turma.

As atividades foram ofertadas a uma escola estadual (alunos dos 9º anos do ensino fundamental e 1º e 2º anos do ensino médio) e uma municipal (discentes dos 8º e 9º anos). Para que pudessem participar do programa, foi enviado aos responsáveis um formulário *on-line*, explicitando os objetivos e as ações a serem desenvolvidas, o grupo criou um *folder* bem colorido e chamativo que foi disponibilizado para os alunos e pais, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1. *Folder* de divulgação do projeto “Educação para a sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos da educação básica” disponibilizado aos alunos e pais.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Como ferramentas de interação virtual, foi utilizado o *Google Meet*, para a realização dos encontros síncronos e o *Google Classroom* para a hospedagem de todo material (formulários, avisos, vídeos e outros) possibilitando a interação entre os participantes e o grupo extensionista. Para reforçar os conteúdos trabalhados e estimular a participação nos encontros foi utilizado também o *Instagram®* e *Facebook®*.

As atividades do programa tiveram início com apresentação de todos os membros extensionistas, dos objetivos, dos conteúdos e das estratégias que seriam utilizadas. Para estimular a participação dos alunos no primeiro encontro e para sabermos os conhecimentos prévios sobre os assuntos que seriam abordados foi elaborado um formulário utilizando o *Google Forms*, para que escrevessem quais os entendimentos sobre sexo, sexualidade, fonte desse conhecimento e um desenho que representasse essas concepções.

Na semana seguinte a atividade começou com um vídeo com as orientações de como se comportar durante as atividades remotas, como deixar as câmeras e microfones desligados. Na sequência, o conteúdo específico (sexo, sexualidade e autoestima) foi abordado por meio de uma exposição dialogada utilizando-se slides com imagens atrativas e coloridas, durante todo a aula era incentivada a participação dos alunos, onde expunham opiniões e conhecimentos por meio do chat.

Para reforçar os assuntos discutidos foi exibido um vídeo disponível na plataforma Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=XsJTCKzL-Gg>) onde os conceitos e as diferenças entre sexo, sexualidade, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, foram trabalhados.

Para finalizar a atividade e verificar se os conteúdos trabalhados tinham sido compreendidos, foi realizada uma dinâmica, utilizando-se o aplicativo *Wordwall*. A estratégia utilizada foi um caça-palavras com 10 palavras, como: sexo, sexualidade, estereótipos, gênero, orientação sexual, identidade, respeito e diversidade. Obtivemos adesão total de todos os alunos presentes durante a realização da dinâmica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a concretização do projeto, serão realizados 6 encontros com cada turma nos horários previamente agendados no contra turno das aulas, durante 50 minutos, uma vez por semana. Não houve uma adesão significativa em todas as turmas das escolas parceiras, o que pode ser atribuído ou a falhas na divulgação das atividades, ou ao fato dos encontros serem fora do horário das aulas já determinados pela direção neste modelo remoto ou a falta de interesse dos próprios alunos em participar. Além disso, um fator importante, e que pode ser motivo do número baixo de alunos é a não autorização dos responsáveis, por se tratar de um assunto ainda considerado um tabu, dificultando a inserção da educação sexual nas escolas (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Os encontros foram propostos com base na metodologia ativa, onde os alunos são responsáveis pelo seu aprendizado e seu sucesso, promovendo reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafio; ofertando recursos para pesquisar problemas e soluções; a identificação e organização das soluções hipotéticas mais adequadas à situação e a execução dessas soluções (SOBRAL; CAMPOS, 2012).

A análise das respostas aos formulários evidenciou que a totalidade dos alunos possuíam conhecimentos prévios sobre o assunto e 50% deles afirmaram que este tinha sido adquirido em conversas com os amigos. Este resultado apresentado foi um facilitador na comunicação, mas preocupante, pois esse conhecimento pode ter sido adquirido por fontes menos confiáveis como amigos, rede sociais e não meio da educação formal (FIORINI; DÁTILLO, 2015)

Os alunos no início ficaram receosos, mas ao longo da aula, criaram vínculos com a equipe, sentindo-se à vontade para maior interação e demonstração de interesse através do *chat* por meio de perguntas, comentários sobre a aula, maior adesão às dinâmicas e respostas nos formulários, nos quais não eram obrigatórios. A criação de afeto e vínculo é uma importante energia para o desenvolvimento cognitivo do aluno, influenciando na busca pelo conhecimento e excelência, além de que o professor deve estar disponível a ouvi-los, dando-lhes atenção e cuidando para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas (ANTÔNIO; MANUEL, 2015).

A utilização do vídeo como reforço do conteúdo trabalhado foi positivo o que pode ser percebido pelos comentários no *chat*. O uso de técnicas de vídeos, músicas e atividades lúdicas, auxiliam na melhora da comunicação, expressão, organização da aprendizagem e mobilização, atingindo um melhor efeito terapêutico, no sentido de alcançar necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas, propõe uma nova forma de inteligibilidade, sabedoria e conhecimento. Estes recursos podem ser trazidos de forma como suporte ao conteúdo, ilustração do que já foi discutido em sala (MENDES et al, 2015; SILVA, 2015).

A abordagem pedagógica utilizada nas ações educativas ocorreu de forma aberta, dialógica, crítico-reflexiva, buscando favorecer sempre a conscientização, além de proporcionar também maior reflexão. O uso de novas metodologias de ensino-aprendizagem e formas diversificadas e criativas de apresentação do conteúdo, e utilização de linguagem informal, estimulam o entendimento e a fixação do assunto (OLEGÁRIO& STRINI, 2019).

Para os integrantes do grupo, a vivência no projeto trouxe melhores habilidades orais e de apresentação, além do incentivo à docência, e gratidão por poder influenciar de forma positiva na vida dos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa desenvolvido através de encontros *online* possibilitou construir conhecimentos e habilidades em relação a temática, possibilitando o aumento da autoestima dos alunos participantes.

A temática se faz necessária, deve ser trabalhada e implementada no currículo escolar, devido a sua importância no cotidiano e no decorrer da vida do aluno, influencia diretamente sua visão do mundo e de si próprio.

A orientação dos pais também se faz necessária, para que a adesão a esse tipo de atividade seja incentivada e estimulada por eles. Percebemos neste processo, que a escola surge como recurso para ajudar os familiares e alunos a como compreender melhor os pressupostos da educação sexual.

A partir do momento que os indivíduos se conhecem, se valorizam, se respeitam e respeitam o próximo, as atitudes em relação à sexualidade tornam-se mais conscientes e saudáveis, portanto este tipo de projeto, seja na modalidade presencial ou na remota é de suma importância para as escolas de educação básica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo fomento recebido.

REFERÊNCIAS

- [1] ANTÔNIO, L. A. D.; MANUEL, J. A. C. IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO PROFESSOR: aluno na educação superior. Paraná: Educere, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22201_10845.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.
- [2] BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, n. 10, p. e772, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772/515>. Acesso em: 18 set. 2020.
- [3] FIORINI, J. S.; DÁTILLO, G. M. P. A. Sexualidade e escola: uma discussão necessária. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 320-340, 7 jul. 2015. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6277/5390>. Acesso em: 17 set. 2020.
- [4] JANEIRO, J. M. S. V.; OLIVEIRA, I. M. S.; RODRIGUES, M. H. G.; MACEIRAS, M. J.; ROCHA, G. M. M. As atitudes sexuais, contraceptivas, o locus de controle da saúde e a autoestima em estudantes do ensino superior. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 0-0, 30 dez. 2013. Fundação Edson Queiroz. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/3115/pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.
- [5] MACHADO, J. C.; ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Relações entre autoestima, autoeficácia e percepções sobre a escola em adolescentes em conflito com a lei. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto v. 21, n. 1, p. 6-20, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2020
- [6] MARQUES, F. Z. C.; CHEDID, S. B.; EIZERIK, G. C. Resposta sexual humana. Rev. Ciênc. Méd., Campinas, p. 175-183, dez. 2008. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/541590/755-1534-1-sm.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

- [7] MENDES, M. V. S.; CAVALCANTE, S. A.; OLIVEIRA, E. F.; PINTO, D. M. R.; BARBOSA, T. S. M.; CAMARGO C. L. Children with neuropsychomotor development delay: music therapy promoting quality of life. *Rev Bras Enferm.* 2015;68(5):515-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v68n5/0034-7167-reben-68-05-0797.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020
- [8] OLEGÁRIO, R. L.; STRINI, P. J. S. A.; STRINI, P. J. S. A. GRUPO DE ESTUDO E APOIO DIDÁTICO COMO FORMA DE INCENTIVO A PRÁTICA DOCENTE EM ANATOMIA HUMANA. *Revista Ufg, [S.L.]*, v. 19, 11 nov. 2019. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/59178/33903>. Acesso em: 16 set. 2020.
- [9] OLIVEIRA, D. C.; GOMES, A. M. T.; PONTES, A. P. M.; SALGADO, L. P. P. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. *Escola Anna Nery, [S.L.]*, v. 13, n. 4, p. 817-823, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v13n4/v13n4a18.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020
- [10] PAVANELO, E.; KRASILCHIK, M.; GERMANO, J. S. E. Contribuições para Preparação do Professor na Educação a Distância. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e A Distância, [S.L.]*, v. 17, n. 1, 2 ago. 2018. ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/72/276>. Acesso em: 16 set. 2020.
- [11] ROCHA, G. R. EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Brasília: Consórcio Setentrional, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4367/1/2012_GrazielleReisdaRocha.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.
- [12] SILVA, S. M. FERREIRA, M.M.; AMARAL-BASTOS M. M., MONTEIRO, M. A., COUTO, GR. Diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade. *Acta Paul Enferm.* 2020; eAPE20190210. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v33/1982-0194-ape-33-eAPE20190210.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020
- [13] SILVA, R. D. Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia. 2015. 144 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126523/000840674.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2020
- [14] SOBRAL, F. R.; CAMPOS, C. J. G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da Usp, [S.L.]*, v. 46, n. 1, p. 208-218, fev. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n1/v46n1a28.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.
- [15] SOUSA NETO, A.; SOUZA, T. M. O.; RISSATO, U. P.; SOUZA, P.M. G.; BRITO, P. V. N.; DYTZ, J. L. G. Programa de educação pelo trabalho para a saúde nas escolas: oficina sobre sexualidade. *Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro*, v. 36, n. 1, supl. 1, p. 86-91, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022012000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2020
- [16] VAL, A. C.; MESQUITA, L. M.; ROCHA, V. A.; CANO-PRAIS, H. A.; RIBEIRO, G. M. "Nunca Me Falaram sobre Isso!": o ensino das sexualidades na perspectiva de estudantes de uma escola federal de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica, [S.L.]*, v. 43, n. 11, p. 108-118, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022019000500108&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2020

Capítulo 6

Conversando sobre prevenção à gravidez na adolescência e sobre a prevenção às ISTs com o grupo de Guardas Mirins da UEPG – 2ª Edição

Kauane Chicora

Lethicia Bueno da Silva

Larissa Anadir Carneiro de Oliveira

Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub

Resumo: Ocorrido no mês de novembro de 2019, o evento constou de três oficinas, durante os quais trabalhou-se temas relacionados à gravidez na adolescência e a prevenção às IST's com o grupo de Guardas Mirins (GM) atuantes na UEPG. Os palestrantes foram os Licenciandos do curso de Ciências Biológicas da UEPG. O trabalho incluiu: o preenchimento da folha de projetos futuros pelos GMs; aplicação de questionário interativo contendo questões sobre uma prática sexual e/ou suas consequências; retomada das projeções para o futuro e reflexão, caso seus erros nas questões corresponderem a situações reais; uma palestra, seguida de discussão sobre os temas abordados no questionário prévio, para sanar dúvidas; a construção de uma história, envolvendo os assuntos chave do evento e com participação ativa da plateia que narrou o desenrolar de um relacionamento entre dois jovens, pelos GMs envolvendo os temas trabalhados. Ao final os GMs foram convidados a avaliar o evento, que foi bem-sucedido, com participação ativa da plateia, com exposição de dúvidas e seus conhecimentos prévios também. Não houve dificuldades maiores na concretização do evento pois todos os sujeitos envolvidos estavam bem seguros da sua fala e do seu papel na atividade.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescência. Educação Sexual.

1. NOME DO PROGRAMA OU PROJETO

Laboratório de Recursos Didáticos em Ciências Morfológicas 2ª Edição.

1.1 PÚBLICO-ALVO

Adolescentes inscritos no Programa dos Guardas Mirins do Município de Ponta Grossa, PR e que atuam em diversos setores da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1.2 MUNICÍPIOS ATINGIDOS

Ponta Grossa, Paraná.

1.3 LOCAL DE EXECUÇÃO

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de ciências Biológicas e da Saúde, Laboratórios M51 e M69 do Departamento de Biologia Estrutural, Molecular e Genética.

1.4 JUSTIFICATIVA

Uma nova demanda de elaboração de evento de extensão, do tipo “série de oficinas”, sobre educação sexual, para um público composto por jovens participantes de programa social como a Guarda Mirim (GM) e envolvendo como palestrantes acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEPG, justificou este evento de extensão. Os GMs eram estudantes do ensino médio em escolas públicas, com idades entre 15 e 18 anos, considerados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “Adolescentes”, segundo Silva e Surita (2012) e que, segundo eles, “por ser um período muito especial para a construção do indivíduo e para a sua inserção social, deve ser entendido como de risco e de vulnerabilidade”. Dentre os riscos, a gravidez (motivo para abandono escolar, segundo OLIVEIRA, 1988 e PADILHA et al., 2011) e a incidência de doenças, como as sexualmente transmissíveis (DST’s), além da exposição a veiculadas de forma equivocada que podem gerar ainda mais danos aos adolescentes. Para efeitos deste trabalho, passou a se usar a nomenclatura “ISTs” (Infecções Sexualmente Transmissíveis, considerado um termo mais correto, segundo a OMS (BRASIL, 2016)) no lugar de “DST” (que remete à manifestação da doença pelo indivíduo). Além da problemática da gravidez na adolescência, “o cenário brasileiro mostra que o comportamento de risco vem impedindo o país de avançar no combate às” IST’s (dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020)) que, entre a população jovem tende sempre a aumentar. Nem sempre a família e a escola suprem isoladamente toda a necessidade de informações e torna-se necessário mais trabalhos sérios, como os tratados nas Oficinas do evento aqui descrito, em um ambiente interno a uma Instituição de Ensino Superior para participantes de um programa extensionista da UEPG, além da própria GM, complementando sua educação: prevenção à gravidez na adolescência e IST’s. A plateia foi parte integrante do evento, pois a partir das suas manifestações é que as atividades desenrolaram. A equipe de ministrantes foi composta por acadêmicos/as do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEPG, sob orientação docente e que tiveram atuação constante no preparo e adequação dos momentos, a partir das demandas e necessidades observadas da plateia. A ação conjunta de todos os envolvidos garantiu o sucesso deste evento de extensão.

2. OBJETIVOS

Realizar uma atividade extensionista, na forma de um evento/oficina, dentro do tema geral "Educação Sexual", tendo como organizadores e ministrantes de oficinas os acadêmicos da UEPG, e como público alvo, os GMs, oportunizando aos/as acadêmicos/as aplicar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de forma didática e consciente, através de pesquisas e elaboração de material didático, aplicar oficinas com atividades relacionados às expectativas do público alvo, objetivando que as reflexões propostas repercutem de forma positiva nas vidas dos sujeitos participantes.

3. METODOLOGIA

O evento ocorreu em novembro de 2019 nas dependências do bloco M – Setor de ciências Biológicas e da Saúde, da UEPG e contou com a coordenação de dois docentes e a participação, entre organizadores e ministrantes, de 12 acadêmicas/os do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da instituição. Após uma capacitação prévia dos acadêmicos/as ocorreu o evento, com três momentos/encontros, no formato de oficinas: 1) Os GMs, foram convidados a escrever sobre o que projetam para o seu futuro e após foi aplicado um questionário interativo contendo questões que ora correspondiam ora a prática sexual, ora a consequências deste. Dependendo do resultado obtido, os “atos” dos jovens, embutidos nos erros as questões resultaram ou em gravidez, ou em infecção por uma IST. Após esse momento os ouvintes foram convidados a retomarem suas folhas com as perspectivas para o seu futuro e, considerando suas respostas erradas no questionário, deveriam refletir e retomarem suas perspectivas futuras para possíveis alterações. 2) Houve uma palestra, seguida de discussão sobre os temas abordados no questionário prévio, com apresentações de dados científicos pelos ministrantes da oficina, seguida de um momento para sanar dúvidas. 3) Foi construída uma história, envolvendo os assuntos chave do evento e com participação ativa da plateia que decidiu os nomes, os sonhos, as características e o desenrolar de uma história sobre um relacionamento entre dois jovens. Os mediadores guiaram a plateia, incluindo momentos de reflexão sobre gravidez na adolescência, uso de preservativo e sobre IST's. Ao final os GMs foram convidados a descrever como foi a semana de estudos e a avaliar o evento.

4. RESULTADOS

Todas as etapas previstas para o andamento do evento foram cumpridas. Foram atendidos 10 GMs, atuantes nos diversos setores da UEPG. Houve ganho em todos os aspectos acadêmico, social, no envolvimento conjunto do ensino/pesquisa/extensão. Conversou-se com os GMs sobre temática controversa, respeitando-se a identidade e a história de vida de cada um deles, inclusive convidando-os a trazer esses dados ao grupo de debates e discussões. Todos os acadêmicos da UEPG participantes se envolveram nas atividades, ministrando oficinas e organizando todos os trabalhos. A plateia se mostrou muito preocupada com o seu futuro e confiante quanto ao seu conhecimento sobre "sexo seguro" inicialmente. Quando viram que não conheciam tanto assim e que havia mais dúvidas do que dados claros sobre o tema por parte deles, um debate muito rico em informações ocorreu ao longo do evento. Ao final, levantou-se a partir dos GMs suas impressões sobre o evento e palavras como “adorável” e “conscientização” foram citadas, além de frases, como “antes de qualquer relação sexual conversar com o parceiro sobre gravidez e doenças”, “não fazer sexo sem camisinha...conhecer seu parceiro...conversar sobre doenças”, “semana muito legal boa para toda a vida”. Os registros dos encontros com os GMs constam na Figura 1.

Figura 1 – Registros dos três encontros (A, B e C, correspondentes, respectivamente aos encontros 1, 2 e 3) com os GMs, nos laboratórios do Bloco M da UEPG. Fotos do acervo pessoal dos organizadores do evento.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto permitiu tanto ao acadêmico quanto ao GM uma experiência valorosa, em que compartilharam seus conhecimentos e dúvidas, atendendo uma das principais demandas sociais que é: discutir sobre temas relacionados ao sexo seguro, prevenção à gravidez precoce e as IST's. Além do mais, a utilização de diversas metodologias e recursos didáticos, contribuiu aos acadêmicos de licenciatura, a prática e a descoberta da melhor forma de ensino, mediando a interação e conseqüentemente ampliando a visão dos adolescentes sobre a importância do assunto. Ainda, os comentários dos GMs serviram como motivação para os graduandos pesquisarem novas atividades a fim de cada vez mais proporcionar ao âmbito juvenil informações e metodologias que, além de ensinar, também os conscientizem. Isto é importante pois, infelizmente como ressaltou umas das jovens, um dos desafios que se encontra acerca do assunto é a falta de abordagem do tema tanto nos espaços formais de ensino, quanto em casa pelos seus responsáveis. Todavia, através de leituras e discussões, os/as acadêmicos/as assimilaram alguns dos diversos fatores que levam esse assunto a ser um "tabu" e compreendendo-os, buscou-se novas metodologias de ensino para alcançar mais jovens em diversas realidades. Através da prática entendeu-se a relevância da educação sexual, que precisa ser tratada como um assunto de importância para a vida e saúde dos jovens. Com a aplicação do projeto, foram evidenciadas algumas outras demandas além dos aspectos abordados como: diversidade sexual, identidade de gênero e conhecimento pessoal. Portanto, tratar desta temática na adolescência tem sido um objeto de grande relevância na construção de um pensamento consciente acerca das práticas sexuais de forma segura, e para isso, há previsão de adaptar o projeto utilizando meios digitais, como meios de comunicação e mídias sociais. A necessidade da adaptação surgiu devido a pandemia recorrente ao Covid-19, que inviabilizou as atividades presenciais e tornou indispensável uma nova reflexão sobre meios de divulgação. Para adequar-se a essa realidade, pretende-se trabalhar e construir materiais didáticos, como: vídeos, cartilhas e dinâmicas online, que viabilizem a continuação desses eventos também a distância.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Comportamento de risco eleva infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. Publicado: 08/02/2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46322-comportamento-de-risco-eleva-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil>> Acesso em 08/09/2020 .
- [2] BRASIL, Ministério da Saúde, Departamento de doenças de condições crônicas e doenças sexualmente transmissíveis, Departamento passa a utilizar a nomenclatura "IST" no lugar de "DST". Publicado em 2016, modificado em 2017. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>> Acesso em: 07/09/2020.
- [3] OLIVEIRA, M. W. de. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 45, p. 48-70, jul. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 07/09/2020 .
- [4] PADILHA, M. A. S.; HYPOLITO, A. M.; SOARES, M. C.; MEINCKE, S. M. K.; BUENO, M. E. N.; FEIJÓ, A. M.; SCHWARTZ, E. Jovens mães e abandono escolar: uma revisão sistematizada. Rev enferm UFPE on line, v. 5, n. 6, p. 1534-1540, ago. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Asus/Downloads/6825-11904-1-PB.pdf>> Acesso em: 07/09/2020 .
- [5] SILVA, J. L. P.; SURITA, F. G. C. Gravidez na adolescência: situação atual. Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, p. 347-350, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032012000800001&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 07/09/2020.

Capítulo 7

Educação para sexualidade em um contexto de ensino remoto: Vantagens e limitações

Lucas de Souza Ortolan

Lorena Tomaz Ribeiro

Julia Nascimento Flores

Maria Eduarda Rocha Camilo

Simone Acrani

Resumo: A sexualidade é característica intrínseca dos seres humanos e a educação para sexualidade torna-se peça-chave no processo formativo desses indivíduos. O objetivo deste trabalho é comparar a versão remota do programa de Educação para Sexualidade com sua versão presencial, apontando vantagens e limitações das atividades nesse contexto de pandemia. A versão presencial, abrangia a participação de 90 alunos, foi desenvolvida em 11 encontros, durante as aulas de Ciências, com turmas do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola de Uberaba/MG. Já a versão remota, ainda em andamento, abrange 35 alunos, deve ser concluída em 16 encontros, e ocorre no contraturno escolar, com a participação de turmas do Ensino Fundamental e Médio de duas escolas de Uberaba/MG. As aulas remotas, acontecem semanalmente, via plataforma do Google Meet. Para tanto, utiliza-se o Google Sala de Aula como AVA, e plataformas como Jamboard e WordWall como recursos didáticos para promover dinamicidade aos encontros. Uma vantagem da versão remota, é a realização das atividades em um período de contra turno das aulas obrigatórias, não afetando o cumprimento do conteúdo programático das disciplinas. Pode-se dizer que educação para a sexualidade conduzida de forma remota está sendo um marco na educação dos graduandos e dos alunos participantes.

Palavras-chave: Sexualidade, Saúde Reprodutiva, Aulas Remotas, COVID-19, Ambiente Virtual de Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Todas as pessoas, desde a concepção e, com mais ênfase, a partir do nascimento, são seres sexuados e manifestam sua sexualidade das mais variadas formas, até mesmo quando se evita falar sobre esta dimensão humana, a sexualidade (CARVALHO & SANTOS, 2020). Entender que a sexualidade influencia toda e qualquer esfera da vida de um indivíduo é a maneira de se desconstruir mitos e tabus e do tema ser difundido de maneira mais explícita (MAIA et al., 2016).

A sexualidade é inerente ao ser humano e se desenvolve com nuances diferentes para cada indivíduo, demonstrando que a cultura, o contexto e a história de vida das pessoas são fundamentais para compreender as diversas manifestações da sexualidade (MORAES et al., 2018). Dessa forma, sendo a sexualidade uma temática associada a uma grande multiplicidade de valores, a escola precisa estar consciente da importância de oportunizar espaços para a reflexão do tema, como parte do processo formativo das (os) adolescentes (FERREIRA et al., 2019).

Nesse contexto, visto que a sexualidade é característica intrínseca dos seres humanos, a educação para sexualidade torna-se peça-chave no processo formativo desses indivíduos, ao possibilitar uma maior compreensão de todas as esferas que tangem a sexualidade e contribuir para a qualificação de cidadãos mais críticos, conscientes e respeitosos. Para Carvalho & Santos (2020), a educação sexual, ao contrário do que pensa e defende o senso comum, vai proporcionar à criança, ao adolescente e também ao adulto uma abertura para todos falarem dos mais variados sentimentos, de seu corpo, de suas ansiedades, seus desejos, seus medos, suas expectativas e suas dúvidas, com responsabilidade e respeito.

A educação em sexualidade abre caminhos para a identificação e prevenção de violências, valorização das diferenças e apresenta a coexistência como uma realidade possível (LIMA, 2019). Barbosa & Folmer (2019) entendem que a educação para sexualidade no contexto escolar é necessária para a formação da sexualidade de crianças e jovens, pois visa fortalecer sua capacidade de fazer escolhas seguras, saudáveis e conscientes e, sobretudo, fortalecer atitudes respeitadas em relação aos relacionamentos.

Além dessas perspectivas, a Educação Sexual ainda desempenha um papel importante na triagem da formação de informações e opiniões, contribuindo para que seja utilizada da melhor forma. Não se dirigindo a informações sobre os aspectos físicos do ato sexual, mas sim abordando outros aspectos, como os sentimentos, os afetos, e como se prevenir (FALCATO, 2013).

Durante um longo período, a sexualidade foi tratada na Educação Básica, única e exclusivamente com foco biológico e preventivo, abordando questões da reprodução humana (heterossexual reprodutiva), com o objetivo de prevenir a gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis (BRABO et al., 2020). No entanto, nos dias atuais, tais abordagens estão em constantes transformações e ressignificações dentro do campo educacional, buscando amplificar essa visão limitada da educação em sexualidade. Segundo Moraes e colaboradores (2018), houve expressiva superação no foco higienista e profilático no tratamento da sexualidade adolescente no âmbito da educação escolar, estendendo a abordagem pedagógica pautada nas questões atitudinais e na sexualidade como um campo do saber social, cultural e político.

Considerando a importância dessa temática, o programa de extensão “Educação para Sexualidade: uma proposta conscientizadora para alunos e professores da educação básica”, reúne discentes dos diversos cursos de graduação da Universidade, com o intuito de conscientizar alunos e professores da rede pública de ensino da cidade de Uberaba/MG, sobre os aspectos biopsicossociais da sexualidade há nove anos.

O programa de extensão realizava-se de forma presencial, oferecendo aulas dinamizadas, reflexivas e dialogadas no Ensino Fundamental e Médio de duas escolas públicas de Uberaba sobre as temáticas que envolvem a sexualidade, como: a valorização do corpo, autoestima, autocuidado, respeito, valores humanos, mudanças psicológicas, biológicas e sociais durante a puberdade, anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores, gestação precoce, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Além disso, o projeto ainda tem a intenção de contribuir para uma formação continuada de professores da educação básica, orientando e indicando possíveis estratégias e abordagens para se trabalhar a Educação em Sexualidade em sala de aula.

Todavia, em meio ao atual cenário da pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19), foi preciso repensar o modelo do projeto, buscando encaixá-lo nesse novo contexto. Foi necessário reexaminar as estratégias pedagógicas, as aulas, dinâmicas, atividades e as ferramentas que seriam utilizadas para proporcionar o êxito das atividades, concretizar os objetivos do programa e consolidar a formação do público-alvo. Dessa forma, iniciou-se uma série de adaptações nas atividades, no intuito de possibilitar que o projeto fosse realizado de forma remota.

A implementação da Educação para Sexualidade nas escolas sempre foi cercada de facilidades e dificuldades, no entanto, muitas vezes, esta última acaba prevalecendo. Os professores apontam que a facilidade para a educação sexual consiste na conquista da atenção do aluno, por se tratar de um tema muito atrativo aos adolescentes, e que eles demonstram interesse no assunto. Em contrapartida, na percepção desses docentes, os pais são apontados como um dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento da educação sexual na escola (BARBOSA E FOLMER, 2019). No contexto remoto estes fatos não são diferentes. Muitos são os pontos positivos, porém, também há grandes limitações.

Dessa forma, esse trabalho tem o objetivo de comparar a versão remota do programa de Educação para a Sexualidade com sua versão presencial, analisando a efetividade e aceitação da nova proposta em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Além disso, tem o intuito de apontar suas vantagens e limitações nesse novo contexto, descrevendo as adaptações realizadas para sua implementação remota com alunos do Ensino Fundamental e Médio de duas escolas públicas de Uberaba/MG.

2. METODOLOGIA

A versão presencial do programa de extensão de ‘Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica’ realizado em 2019 abrangeu a participação de 90 alunos e foi desenvolvida em 11 encontros (**Tabela 1**), que ocorriam semanalmente em cada turma, com duração de 50 minutos, durante as aulas de Ciências e Biologia, no 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Boa Vista (Uberaba/MG). Em cada sala, os encontros eram ministrados por dois integrantes do projeto, com supervisão da professora de biologia responsável pela turma, e sob orientação da docente idealizadora do programa de extensão em sexualidade da UFTM.

Tabela 1 – Cronograma da versão presencial do Programa de Extensão.

Encontros	Temas
1º	Abertura, apresentação do projeto e acolhida aos participantes.
2º	Sexo e Sexualidade.
3º	Autoestima. Autocuidado. Respeito.
4º	Diferentes fases da vida – Aspectos psicológicos e fisiológicos.
5º	Diferentes fases da vida – Aspectos psicológicos e fisiológicos.
6º	Puberdade.
7º	Sistema reprodutor masculino e feminino.
8º	Sistema reprodutor masculino e feminino.
9º	Aula prática: Sistema reprodutor masculino e feminino.
10º	Ciclo Menstrual. Gestação precoce. Aborto.
11º	Métodos contraceptivos. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Encerramento do projeto.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Já a versão remota do programa, ainda em andamento, abrange 35 alunos, e deve ser concluída em 16 encontros (Tabela 2), que ocorrem semanalmente em cada turma, com duração de 50 minutos, no contraturno escolar, com o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Boa Vista (Uberaba/MG), e, 8º, 9º, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e Médio, respectivamente, da Escola Estadual Minas Gerais (Uberaba/MG).

Tabela 2 – Cronograma da versão remota do Programa de Extensão.

Encontros	Temas
1º	Abertura, apresentação do projeto e acolhida aos participantes.
2º	História da sexualidade e consequências para a atualidade.
3º	Autoestima. Sexo. Sexualidade.
4º	Estereótipos masculinos e femininos na sociedade.
5º	Organização corporal e funcionamento dos sistemas.
6º	Diferentes fases da vida – Aspectos psicológicos e fisiológicos.
7º	Sistema reprodutor masculino.
8º	Sistema reprodutor feminino.
9º	Fertilização e desenvolvimento de um novo indivíduo.
10º	Gestação precoce. Aborto.
11º	Histórico e função social dos métodos contraceptivos.
12º	Métodos Contraceptivos.
13º	Infecções Sexualmente Transmissíveis I (IST's).
14º	Infecções Sexualmente Transmissíveis II (IST's).
15º	Mitos e verdades.
16º	Avaliação do projeto e Encerramento.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A primeira etapa da versão remota, foi destinada a capacitação e fundamentação teórica dos integrantes do grupo extensionista por meio de encontros utilizando-se o *GoogleMeet*. Além disso, os integrantes foram instruídos para a elaboração de aulas, dinâmicas e atividades didáticas considerando o contexto remoto, buscado estratégias que auxiliariam no ensino sobre a temática, durante o período de isolamento social. Essa fase teve a duração de 4 meses.

A segunda etapa da versão remota foi realizada por meio de aulas virtuais para os alunos das escolas participantes, estas acontecem de maneira síncrona, por *web conferências* realizadas pela plataforma *Google Meet*. Além disso, foi utilizado o *Google Sala de Aula* como ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que possibilitou uma interação adequada com os alunos durante a pandemia do SARS-CoV-2. Ferramentas como o *Google Sala de Aula*, são bastante difundidas no meio acadêmico devido a sua facilidade de manuseio pelo docente e habilidades dos alunos. A principal estratégia consistiu na aplicação de atividades *online* e atividades realizadas fora de sala de aula (YANTO et al., 2020).

Além desses recursos, foram criados um perfil para o Programa de Educação para Sexualidade da UFTM nas redes sociais do *Instagram*® e *Facebook*®, com o intuito de divulgar conhecimentos científicos sobre sexualidade, ampliar o público receptor desse conteúdo e buscar uma aproximação com os alunos participantes do projeto.

As aulas remotas foram planejadas visando a interação dos alunos, com vídeos e dinâmicas organizadas em plataforma de ensino disponíveis na internet. Utilizou-se o *Jamboard*³, ferramenta do Google, e *Wordwall*⁴, incentivando, assim, que os alunos interagissem e fixassem melhor o conteúdo abordado.

O projeto teve início com a apresentação do projeto e da equipe, na sequência foi realizada a acolhida dos alunos. Semanalmente, os temas apresentados na tabela 2 foram sendo desenvolvidos por meio de diferentes estratégias, como: aulas expositivas-dialogadas, transmissão de vídeos, elaboração e aplicação de jogos *online*, dinâmicas virtuais em grupos, divulgação de formulários para coletar informações/concepções dos alunos sobre a temática, nuvem de palavras, enquetes nas redes sociais do programa, entre outras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos encontros da versão presencial do Programa de Educação para Sexualidade, eram realizadas aulas expositivas-dialogadas, atividades práticas, rodas de conversas e diferentes dinâmicas que buscavam promover integração, reflexão e a mobilização dos alunos com a temática.

3 Plataforma Jamboard disponível no site: <https://jamboard.google.com/>. Último acesso em setembro de 2020.

4 Plataforma Worwall disponível no site: <https://wordwall.net/>. Último acesso em setembro de 2020.

A Figura 1 ilustra a finalização da dinâmica sobre sistema reprodutor feminino, onde os alunos realizavam a apresentação do seu modelo (cartaz) do referido sistema e a observação de peças anatômicas dos sistemas reprodutores masculino e feminino.

Figura 1. (A) Dinâmica sobre Sistema Reprodutor Feminino (B) observação de peças anatômicas dos sistemas reprodutores masculino e feminino, realizadas durante a versão presencial do Programa de Extensão “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica”.



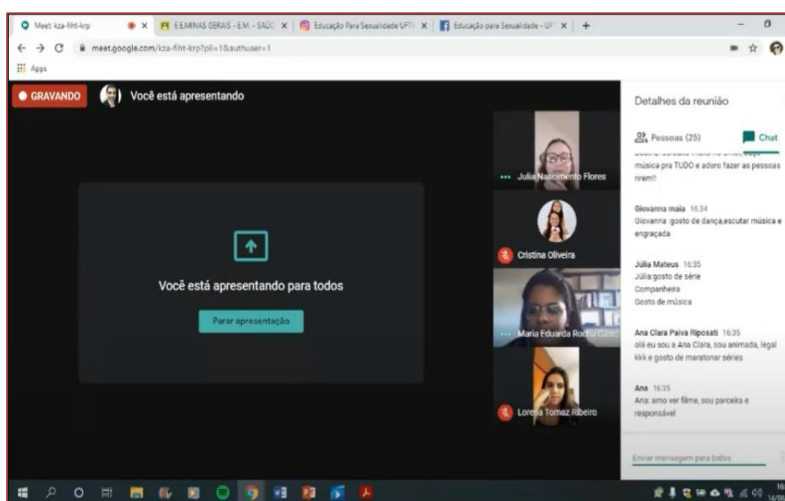
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Essas atividades possibilitaram aos alunos uma aproximação com o ambiente acadêmico, permitindo a aquisição de conhecimentos mais aprofundados sobre a temática, e potencializando o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. De acordo com Almeida e colaboradores (2017), para os adolescentes, a absorção de forma significativa do conteúdo sobre sexualidade dá-se por aulas dinamizadas e interativas, visto que estas atividades saem da rotina das aulas tradicionais que estes alunos estão acostumados.

Durante as aulas expositivas-dialogadas, dinâmicas e atividades práticas foi possível observar um grande engajamento dos alunos, que demonstravam alto interesse sobre os tópicos abordados, participando efetivamente das atividades propostas, interagindo, respondendo questões e sanando suas dúvidas. Dessa forma, eram perceptíveis o entusiasmo e satisfação dos alunos durante as aulas presenciais de Educação para Sexualidade.

A versão remota do programa tornou-se um grande desafio para o grupo extensionista. Foi preciso iniciar uma série de adaptações, principalmente no que se refere as aulas, dinâmicas e atividades em grupo que eram realizadas presencialmente. Os encontros, passaram a ser realizados de forma síncrona, por meio de aulas expositivas-dialogadas por meio do *Google Meet* como demonstrado na Figura 3.

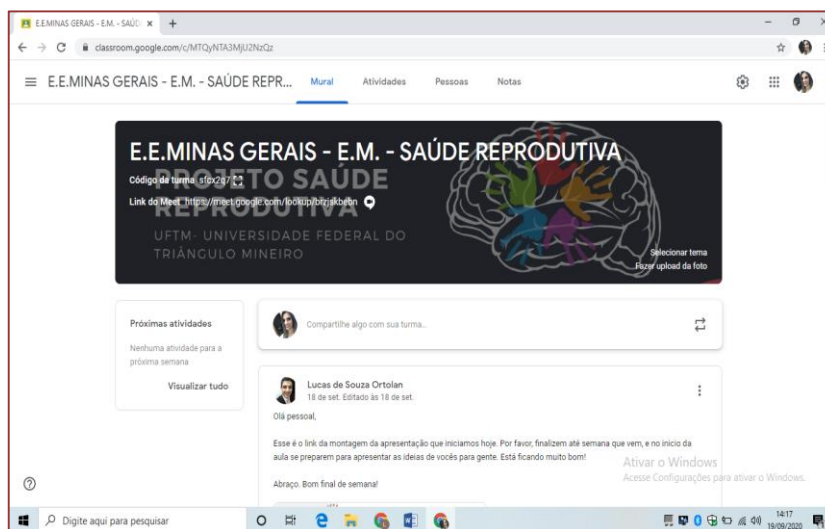
Figura 3. Tela de uma das aulas síncronas realizadas por meio do *Google Meet* durante a versão remota do Programa de Extensão “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica”.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Além disso, utilizou-se o Google Sala de Aula como um AVA que possibilita a postagem de materiais, links, atividades, formulários e ainda permite a comunicação entre os integrantes do projeto e os alunos participantes (Figura 4). Para Faria-Filho & Vicchiatti (2020) a facilidade do uso do Google Sala de Aula, está na sua semelhança com as redes sociais, onde o aluno consegue facilmente acessar via *web* ou por aplicativo todo conteúdo de estudo compartilhado pelo professor de forma rápida por estar num ambiente onde as instruções são simples, objetivas e diretas.

Figura 4. Sala de aula virtual da turma de Ensino Médio usada durante a versão remota do Programa de Extensão “Educação para a Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica”.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Utilizou-se ainda, plataformas como o *Jamboard* e o *Wordwall* para a realização de aulas lúdicas, interativas e diferenciadas. Nesses momentos, foi perceptível uma grande aceitação dos participantes com as dinâmicas propostas. Notou-se um grande aproveitamento das atividades, tendo em vista, o grande envolvimento e participação dos alunos com as mesmas. Segundo Oliveira e colaboradores (2020, p. 10):

A EaD funciona como um organismo multiplicador de conhecimento, onde pessoas que não tem condições financeiras ou logísticas de acessar informações em ambientes físicos, conseguem de forma bastante simples, rápida e dinâmica acessarem conteúdos através da educação a distância.

Nesse sentido, o ambiente virtual aumenta o leque de possibilidades de atividades, dinâmicas e jogos. No entanto, é necessária uma utilização adequada desses recursos para que eles se tornem um objeto de aprendizagem que colabore com o ensino do tema, possuindo uma finalidade específica dentro da sequência didática proposta.

Na tabela 3, é possível observar uma comparação mais nítida entre as atividades presenciais e remotas do Programa de Educação para Sexualidade, destacando suas similaridades e diferenças.

Tabela 3. Comparação entre versão presencial e remota do Programa de Extensão.

	Versão presencial	Versão Remota
Alunos participantes	90	35
Frequência	1 vez por semana.	1 vez por semana.
Duração	50 minutos.	50 minutos.
Turno	No turno escolar.	No contraturno escolar.
Espaço	Sala de aula, pátio, laboratório de informática, quadras esportivas.	<i>Google Meet.</i>
Estratégias pedagógicas	Aula expositiva-dialogada, aulas lúdicas e aulas práticas.	Aula expositiva-dialogada e aulas lúdicas.
Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	Não havia.	Google Sala de Aula.
Recursos didáticos	Quadro-branco, projetor multimídia, PowerPoint, vídeos, dinâmicas e materiais didáticos.	<i>PowerPoint, Google Apresentações, Canva, vídeos, dinâmicas e jogos online.</i>
Ferramentas para realização das dinâmicas	Cartolina, papel pardo, folha sulfite, canetas coloridas e computadores.	<i>JeanBoard, WordWall, Google Apresentações e Google Documentos.</i>
Estratégias para coletar dúvidas anônimas	Caixa de dúvidas.	Google Formulário.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Tanto os encontros presenciais, como os encontros remotos do Programa, possuem a proposta de promover reflexões que conscientizem os alunos sobre os aspectos que englobam a sexualidade, despertando seu senso crítico e autenticidade. No entanto, é possível ainda, analisarmos os benefícios e limitações das atividades remotas.

Antecipadamente, antes de iniciarmos as atividades remotas, acreditamos que uma das vantagens estaria relacionada com o aumento da acessibilidade ao projeto, que poderia atingir um maior número de alunos e turmas quando realizado de forma remota, uma vez que, não haveria limitação de espaço físico e superlotação de salas de aula. No entanto, com os inícios das atividades virtuais, percebemos que o número de participantes era bem menor quando comparado a versão presencial. Neste caso, inúmeros fatores podem estar relacionados, desde a ausência à internet desses alunos ou a autorização e incentivo dos responsáveis para que os seus filhos participassem do programa.

Um ponto positivo identificado, é a realização das atividades no contra turno das aulas obrigatórias, não afetando o cumprimento do conteúdo programático das disciplinas. Nesse sentido, na versão remota foi possível aumentar o número de eventos, alcançando o total de 16 encontros síncronos. Já na versão presencial, o número de encontros se limitou a 11, visto que, os mesmos ocorriam durante as aulas de Ciências e não poderiam se estender muito para não prejudicar as atividades da disciplina.

Todavia, uma grande limitação encontrada ao se discutir a temática em tempos de isolamento social, relacionasse com a sexualidade ainda ser vista como um tabu. Nesse sentido, é necessário tomar muito cuidado com os aspectos que serão abordados, uma vez que, pais e responsáveis presentes nos domicílios podem realizar uma interpretação equivocada dos conteúdos. Além disso, muitos alunos podem se sentir constrangidos em escutar ou realizar atividades que envolvam a sexualidade perto de seus pais, podendo atrapalhar a aceitação do programa.

Por fim, uma outra desvantagem verificada se relaciona com o distanciamento físico dos mediadores dos encontros com os alunos. Os extensionistas nem sempre enxergam ou escutam os alunos em tempo real, mas somente o que escrevem em *chats* e/ou atividades. Para Almeida Junior e colaboradores (2019) a relação aluno-professor é limitante remotamente, uma vez que, em encontros presenciais há a possibilidade de várias formas avaliativas, assim como observar as expressões faciais dos alunos, o que na modalidade remota nem sempre é possível, tendo em vista limitação da internet e recursos tecnológicos dos alunos de outras formas. Além disso, o controle do aprendizado fica em maior parte de domínio pelo aluno, a comunicação se dá única e exclusivamente pelos meios digitais de contato, como plataformas digitais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre educação para sexualidade sempre foi de extrema importância, principalmente se as temáticas biológicas forem permeadas por conteúdos psicológicos, sociais, políticos e históricos, como: auto-cuidado, respeito as diversidades, autoestima e outros. Desta forma será possível a formação de cidadãos críticos e que se importam com a sociedade e o meio em que vivem. Por meio desse programa foi possível alcançar várias realidades e incluir cada um dos alunos que puderam vivenciá-lo, de forma a gerar debates e esclarecimentos.

O presente trabalho corrobora ao ensino, não somente dos alunos da educação básica participantes do programa, mas também da equipe extensionista, possibilitando a prática da educação para sexualidade e, principalmente, da educação formal em si.

Ao elaborar a proposta educacional de forma remota, foi permitido o aprendizado da utilização de novas ferramentas, agregando aos graduandos extensionistas e aos estudantes que vivenciam o projeto, o entendimento e conhecimento dessas estratégias inovadoras, e que sobretudo com o contexto pandêmico se tornarão cada vez mais comum no dia a dia de qualquer estudante.

Por fim, pode-se dizer, que o projeto de educação para a sexualidade conduzido de forma remota está sendo um marco na formação dos graduandos, que precisaram adequar todo um modelo de aula tradicional e convencional que é ensinado na graduação para um novo modelo com uma nova perspectiva sobre educação em saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo fomento recebido.

REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, R. A. A. S. et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. *Rev. Bras. Enferm.* Brasília, v. 70, n. 5, p. 1033-1039, 2017.
- [2] ALMEIDA JUNIOR, S.; SILVA, M. M.; POPOLIM, R. S.; GONÇALVES, C. R.; MELO, M. R. S.; BULGO, D. C. Dissemination of knowledge and scientific production in professionalizing courses: A report of experience. *Pubsaúde*, v. 2, p. 1-8, 2019
- [3] BRABO, T. S. A. M.; SILVA, M. E. F.; MACIEL, T. S. Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v. 15, e2013397, p. 1-21, 2020. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 21 set. 2020.
- [4] CARVALHO, G. M. D.; SANTOS, V. M. M. Algumas reflexões sobre sexualidade em tempos de isolamento social. *Revista Criar Educação*. Criciúma, v. 9, nº2, Edição Especial, p. 143-161, 2020.
- [5] FALCATO, E. M. G. Os jovens e a escola: percursos e significados. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa.
- [6] FARIA-FILHO, C. A.; VICCHIATTI, C. A. A sala de aula invertida com o uso do Google Classroom. *Educação e Cultura em Debate*. V. 6, n. 1, p. 26-30, 2020.
- [7] FERREIRA, D. R.; RIBEIRO, G.; SILVA, P. P. (Re)construindo conceitos para a sexualidade na educação em ciências. *Imagens da Educação*, v. 9, n. 3, p. 79-94, 2019.
- [8] LIMA, E. F. O fazer-interseccional no trabalho de educação em sexualidade. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. V.6, n.8, 2019, p.114-122.
- [9] MAIA, T. Q.; SOARES, L. O.; VALLE, P. A. S. S.; MEDEIROS, V. M. G. Educação para Sexualidade em Adolescentes: experiência de graduandas. *Nexus Revista de Extensão do IFAM*. Amazonas, v. 2, n. 2, p. 71- 78, 2016.
- [10] MORAES, S. P.; BRÊTAS, J. R. S.; VITALLE, M. S. S. Educação Escolar, Sexualidade e Adolescência: uma Revisão Sistemática. *J Health Sci*. V. 20, n. 3, p. 221- 230, 2018.
- [11] OLIVEIRA, E. S.; FREITAS, T. C.; SOUSA, M. R.; MENDES, N. C. S. G. M.; ALMEIDA, T. R.; DIAS, L. C.; FERREIRA, A. L. M.; FERREIRA, A. P. M. A educação a distância (ead) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela covid-19. *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 6, n. 7, p. 52860-52867, 2020.
- [12] YANTO, B.; SETIAWAN, A.; HUSNI, R. PKM Blended Learning dengan Google Classroom for Education bagi Guru SMA Sederajat di Kecamatan Tambusai Provinsi Riau. *QALAMUNA: Jurnal Pendidikan, Sosial, Dan Agama*, v. 12, n. 1, p. 15-24, 2020.

Capítulo 8

Representações sociais das estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia sobre o HIV

Juan Felipy Felix de Oliveira

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro

Carle Porcino

José Vitor Araújo Rosa Ribeiro

Resumo: O presente trabalho é um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, que busca compreender as representações que as estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), da Universidade Federal da Bahia, têm acerca do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Participaram deste estudo 34 alunas universitárias. Estas estudantes, em sua maioria, se referiram como heterossexuais (85%), brasileiras (100%), de cor parda (53%), estando na faixa etária entre 18 e 29 anos (94%) e cursando o 1º semestre do BI em Saúde (100%). Os dados foram coletados durante a extensão universitária “AIDS - Educar para Desmitificar”, no ano de 2017, através da aplicação do Teste de Associação Livre de Palavras, e processados pelos *softwares* IRAMUTEC, onde foi elaborada a árvore máxima de similitude e a nuvem de palavras. Os termos mais prontamente evocados pelas estudantes foram *preconceito, doença, preservativo e vírus*. Percebe-se que ainda existe forte representação do HIV como doença e que o preconceito é percebido como uma (se não a) principal dificuldade a se ser enfrentada por aquele(a)s que (com)vivem com o HIV/AIDS. O preservativo é associado como a principal barreira à transmissão do vírus.

Palavras-chave: HIV, Estudantes Universitárias, Mulheres, Saúde, Representações.

1. INTRODUÇÃO

A descoberta de uma nova epidemia, que viria a ser chamada de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), é tida, por alguns autores, como um marco na história e, ao longo do tempo, veio sofrendo transformações no seu perfil, de acordo com fatores demográficos, políticos e socioeconômicos (BRITO et al., 2001). A década de 80 é marcada pela percepção equivocada de que a infecção só acometia grupos específicos de pessoas (homossexuais, hemofílicos, haitianos, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis), os chamados 'grupos de risco' (COELHO; SANTOS; ALMEIDA, 2016). Dessa forma, inicia-se a reprodução de uma violência simbólica em relação às pessoas que integram tais 'grupos de risco' (BOURDIEU; PASSERON, 1977).

Através da atuação diversificada de alguns grupos sociais, em especial a comunidade homossexual e o movimento feminista no decorrer das décadas de 80 e 90, observa-se um processo de implementação de políticas democráticas, que contribuíram para o surgimento das primeiras organizações não governamentais (ONGs), que buscavam auxiliar os portadores da síndrome. Ao longo da década de 80 essas organizações intensificaram o desenvolvimento de projetos, planos e estratégias para conter, acolher e reduzir os números de novos casos, tendo futuramente o suporte financeiro do Estado (GOHN, 2007).

Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, a comunidade homossexual entra em luta contra as discriminações, estereótipos e violências sofridas pelas pessoas soropositivas e, através da mídia, expõe os equívocos inerentes à ideia de grupo de risco. Dessa forma, a comunidade homossexual passa a realizar protestos, a fim de tornar pública a dimensão do preconceito, que era reforçado nos meios de comunicação através da representação da síndrome como "câncer gay" (FACCHINI, 2002).

Rocha et al (2013, p.119) afirmam que "a epidemia da AIDS segue como um importante paradigma para analisarmos as desigualdades sociais, econômicas, de gênero, raça e a vivência da sexualidade" e que "a vulnerabilidade das mulheres à infecção do HIV, em que pesem determinações biológicas, agrava-se em situações de desigualdade de gênero", sejam estas desigualdades econômicas, religiosas ou socioculturais, muitas vezes resultando na falta de autonomia feminina, marcada pela hierarquização das relações de gênero.

Nesse sentido, Duarte et al (2014) trazem que essa vulnerabilidade sofrida pelas mulheres seria consequência dos mais diversos fatores sociais, dentre eles a própria anatomia sexual feminina, que tornaria a mulher mais susceptível à infecção, além de fatores socioeconômicos, culturais, políticos, legais e, principalmente, as desigualdades de poder com base nos gêneros.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2014) recomenda que, atualmente, deve se considerar a ideia de 'comportamento de risco', uma vez que as infecções se disseminaram de tal forma que se encontram pessoas com sorologia positiva para o HIV em todos os níveis socioeconômicos da sociedade. De acordo com o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS (BRASIL, 2016), do Ministério da Saúde, entre os anos de 1980 até junho de 2016 foram registrados no Brasil 293.685 casos de AIDS em mulheres.

Considerando essa exposição ao vírus e a feminização dessa pandemia, é justificado o foco deste trabalho no âmbito das representações das mulheres acerca do HIV/AIDS, principalmente entre as jovens, que constitui o segmento em que maior cresce o número de casos. Nesse sentido, conhecer essas representações se mostra de exímia importância para a prática da educação em saúde, no processo da formação superior, possibilitando a transmissão de novos conhecimentos frente ao HIV/AIDS.

Nessa perspectiva, este estudo busca identificar como as estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) representam o HIV, assim como analisar seu conhecimento sobre os comportamentos de risco. Para tanto, foi utilizado o aporte da Teoria das Representações Sociais, com foco na abordagem estrutural, também conhecida como Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean-Claude Abric (NÓBREGA; COUTINHO, 2003).

2. METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo e analítico, de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados durante a atividade de extensão 'AIDS - Educar para Desmitificar', no dia 25 de Maio de 2017, no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da UFBA. Estabeleceu-se como critério de inclusão nesta pesquisa estar regularmente matriculada no BIS, ter idade igual ou superior a 18 anos e se identificar como mulher. Participaram deste estudo 34 estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com questões contendo dados sociodemográficos e o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP). O TALP, originalmente desenvolvido por *Carl Gustav Jung*, em 1905, para uso na prática clínica, tem como objetivo realizar diagnóstico psicológico sobre a estrutura da personalidade. Enquanto técnica projetiva, atua sobre a estrutura psicológica do sujeito (NÓBREGA; COUTINHO, 2003). O TALP foi adaptado no campo da psicologia social por Di Giácomo, em 1981. Desde então, tem sido amplamente utilizado em pesquisas de representações sociais.

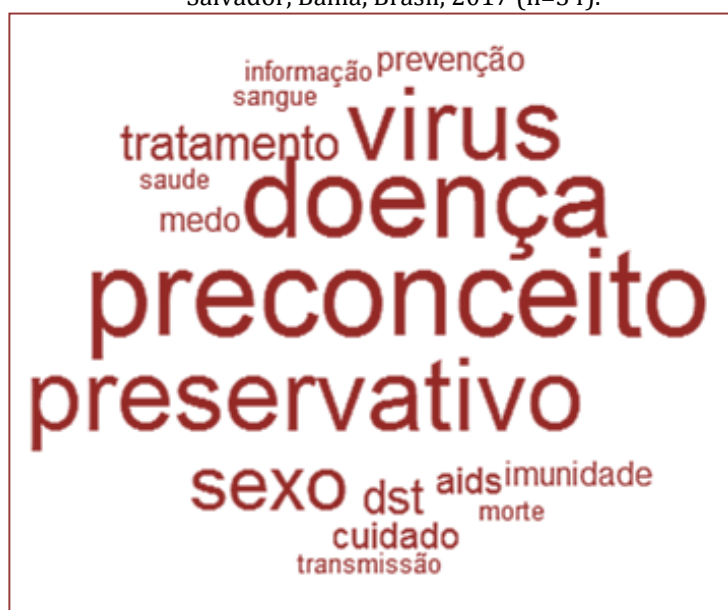
A aplicação do TALP consistiu em solicitar às estudantes que, levando em consideração o termo indutor “HIV”, atribuísem cinco palavras que julgassem pertinentes a este termo. Em seguida, foi solicitado que hierarquizassem as palavras evocadas em ordem de relevância, sendo a 1ª a mais importante, a 2ª a segunda mais importante, e assim sucessivamente. Por último, pediu-se:

Para a análise e processamento dos dados, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour Les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), pelo fato de possibilitar diferentes análises estatísticas. Para o processamento de dados, foi utilizada a ferramenta da ‘árvore máxima de similitude’, que permite identificar as co-ocorrências dos termos através da análise frequencial entre as evocações, resultante da conectividade entre elas, além da ferramenta Nuvem de Palavras, que organiza graficamente as palavras em função da sua frequência, tratando-se de uma análise lexical mais simples, porém graficamente ‘satisfatória’ (CAMARGO; JUSTO, 2013).

3. RESULTADOS

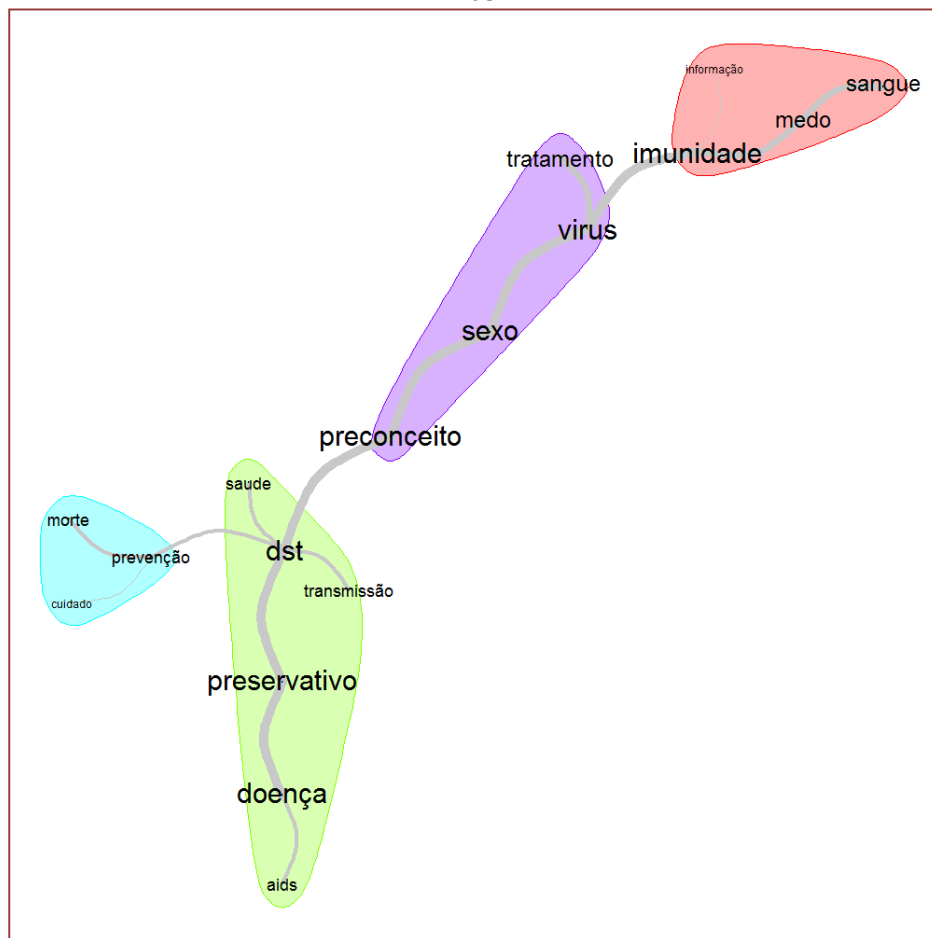
Com base nas respostas das participantes, podemos constatar que 85% se identificaram como heterossexuais, 3% como lésbicas, 6% como bissexuais e 6% como alguma outra identificação. Em relação à cor autodeclarada, 53% se declararam como pardas, 20,5% como pretas, 20,5% como brancas e 6% como amarelas. 94% das participantes alegaram ter menos de 29 anos de idade e todas estavam cursando o 1º semestre do BI em Saúde.

Figura 1. Ferramenta de nuvem de palavras para o estímulo indutor “HIV” entre estudantes universitárias, Salvador, Bahia, Brasil, 2017 (n=34).



Visualmente pode-se perceber que os termos mais evocados pelas estudantes foram *preconceito*, *doença*, *preservativo*, *vírus* e *sexo*, sendo ‘preconceito’ a representação mais freqüente entre as estudantes. De acordo com a participante ACCJ, “a palavra preconceito é a mais forte em minha mente quando se fala em HIV pois, dentro dessa questão, ainda existe uma falta de conhecimento popular muito grande”.

Figura 2. Análise de similitude ao termo indutor “HIV” para as estudantes universitárias, Salvador, Bahia, Brasil.



A análise de similitude é fortemente utilizada no campo das representações sociais por possibilitar a identificação das coocorrências entre as palavras. Seu resultado traz indicações da conexidade entre as evocações, auxiliando na identificação da estrutura da representação. Nesse aspecto, a estrutura da árvore de similitude sublinha a centralidade da ideia de “preconceito” no campo representacional em análise e demonstra forte relação entre esta e os elementos “sexo” e “DST”.

Pode-se observar, na Figura 2, que as palavras *preconceito* (22), *sexo* (13), *vírus* (18) e *DST* (7) demonstram maior centralidade e importância para a ligação estabelecida entre esses elementos, especialmente considerando-se o tamanho da fonte e a espessura das linhas que ligam um termo a outro. Além disso, essa estrutura permite identificar que, para as estudantes, o ‘preconceito’ está fortemente associado aos elementos ‘DST’, ‘transmissão’ e ‘saúde’. A disposição das palavras na árvore representa a variedade de sentidos, valores e símbolos, indicando estreita articulação entre os diversos elementos conotados pelas estudantes.

4. DISCUSSÃO

As respostas encontradas sugerem que existe uma forte associação entre HIV e ‘preconceito’, que se reflete nas respostas das estudantes. Segundo a participante MAS, “O vírus da AIDS ainda proporciona um estigma muito grande na sociedade. Estigma de morte, medo e contaminação”. De acordo com a estudante LC, grande parte desse preconceito é consequência da desinformação das pessoas: “Através do não conhecimento do HIV/AIDS, cria-se uma estigmatização na sociedade, de onde deriva todo preconceito acerca do assunto”.

Além disso, fica clara a representação da camisinha como a principal barreira (física) à transmissão do vírus. De acordo com a estudante EBP, “A camisinha me lembra proteção e se usada corretamente no ato sexual, evita a transmissão do vírus”. O mesmo pensamento está presente na fala da estudante ACLV, ao afirmar que “A camisinha é o método eficaz para a prevenção da aquisição da mesma (HIV)”. Essas ideias vão ao encontro das recomendações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), que recomendam o sexo protegido como principal forma de prevenção às DST/AIDS.

Contudo, a utilização (ou não utilização) do preservativo não é igual para todos e fatores como relações conjugais/afetivas, orientação sexual, idade, escolaridade, etc. irão influenciar no grau de exposição (comportamento de risco) frente ao HIV e às outras DSTs. Nesse sentido, Madureira e Trentini (2008, p. 1810) afirmam que “A comunicação entre homem e mulher, bem como as habilidades de cada um na mesma, são essenciais nas estratégias de negociação do uso do preservativo”.

Assim, a maior vulnerabilidade feminina frente às infecções pelo vírus do HIV está diretamente relacionada com as diferenças de poder entre os sexos, conforme afirmam Silva e Vargens (2009, p. 403): “sabe-se que a desigualdade entre os sexos tem produzido historicamente uma submissão e inferiorização da mulher”; como consequência dessas desigualdades, “as mulheres têm menor liberdade em sua vida sexual e têm menos poder de decisão acerca do sexo sem proteção”. Esse aspecto é reforçado por Villela e Sanematsu (2003, p.08), ao afirmarem que “as relações sexuais desprotegidas por falta de poder de negociação do preservativo e os comportamentos de risco adotados por seus parceiros contribuem para aumentar a vulnerabilidade das mulheres ao HIV”.

Além da prática sexual com a utilização do preservativo, diversos autores trazem a ‘informação’ como uma das principais formas de prevenção (e promoção da saúde). Podemos perceber traços desse pensamento tanto na fala da estudante TBS (“É importante pensar sobre a prevenção da doença causada quando há contágio com o vírus HIV, propondo medidas de educação e sensibilização da população em geral”), quanto na fala de SGRS (“Acredito que a desinformação é a grande causa de muitas pessoas ainda hoje terem relações sexuais desprotegidas. Pelo fato de toda campanha tocar sempre nos mesmos pontos e não haverem mais portadores e doentes “raquíticos” como em 1970”).

Embora, nesta pesquisa, apenas 3% das participantes tenha se identificado como lésbica, Rocha et al (2013, p.123) afirmam que “é emblemático o silêncio nas políticas de saúde acerca da relação entre mulheres lésbicas e AIDS”. Provavelmente isso se dá pelo fato do sexo entre mulheres homossexuais ainda ser tratado como um tabu. De acordo com as autoras, isso dificultaria o acesso adequado dessas mulheres aos serviços de saúde, assim como um comprometimento do conhecimento acerca das formas de prevenção do HIV/AIDS.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), a maior concentração de casos de HIV/AIDS está contida na faixa etária de 25 a 39 anos. Levando em consideração o Relatório do Perfil Socioeconômico e Cultural da(o)s estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras, realizado pela ANDIFES (2011), podemos constatar que a(o)s estudantes universitária(o)s têm uma predominância etária próxima dos 24 anos (correspondente a 74,5% do total).

Sob essa perspectiva, se mostra de exímia importância a implementação de programas voltados para o público universitário, de modo que o Projeto de Extensão ‘AIDS - Educar para Desmitificar’ se mostra indispensável na luta para o combate da disseminação do HIV, através do diálogo com a(o)s estudantes, contribuindo, assim, para a desconstrução dos preconceitos relacionados ao HIV/AIDS. O Projeto de Extensão Universitária em questão acontece desde 2009 e, em cada encontro, são abordados diferentes temáticas relacionadas ao HIV/AIDS, como formas de transmissão do vírus, tratamentos, políticas voltadas para as pessoas vivendo com HIV/AIDS, etc.

5. CONCLUSÕES

Ao analisarmos os termos evocados pelas estudantes como sendo os mais relevantes, podemos chegar a alguns questionamentos. Primeiro, fica clara a forte associação entre o HIV e o preconceito, sendo ‘preconceito’ o termo com o maior número de evocações. O HIV também foi associado aos termos ‘vírus’ e ‘sexo’, sendo a via sexual a principal forma de transmissão do vírus HIV. O termo ‘preservativo’ foi identificado como importante prática preventiva às infecções, conforme destacaram as estudantes, porém a prevenção ainda está (de certa forma) centrada no corpo dos homens (preservativo masculino), o que muitas vezes pode deixar as mulheres em desvantagem no que diz respeito ao uso da camisinha.

Assim, este estudo aponta para a importância da manutenção da atividade de extensão 'AIDS - educar para desmitificar' e para o desenvolvimento de novos projetos afins, como veículo de discussão e/ou reflexões sobre a temática, com o intuito de se identificar as representações dessas estudantes acerca do HIV/AIDS. Também revela a importância do desenvolvimento de atividades similares em outros espaços. Ele contribui para a formulação de estratégias para a educação em saúde, proporcionando reflexões e ações que influenciem na prevenção às infecções pelo HIV, bem como na redução do preconceito em relação às pessoas soropositivas.

REFERÊNCIAS

- [1] ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras: relatório. Brasília: ANDIFES, 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em 10 jul. 2017.
- [2] BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage, 1977. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000136&pid=S0102-4698200700010001000008&lng=en>. Acesso em 15 Ago. 2017.
- [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. AIDS. Brasília, DF, 28 Jan. 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/286-aids/9049-o-que-e-aids>>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- [4] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico – Hiv e Aids. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59291/boletim_2016_1_pdf_16375.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- [5] BRITO, A. M.; CASTILHO, E. A.; SZWARCOWALD, C.L. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, Uberaba, v. 34, n. 2, p. 207-217, Apr. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822001000200010>>. Acesso em: 10 jul. 2016
- [6] CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em 11 jul. 2017
- [7] COELHO, M. T. Á. D.; SANTOS, V. P.; ALMEIDA, G. K. S. O nível de informação de jovens universitárias do bacharelado interdisciplinar em saúde da UFBA acerca do HIV/AIDS. In: COELHO, M. T. Á. D.; TEIXEIRA, C. F. S. (Org.). *Interdisciplinaridade na educação superior: o bacharelado em saúde*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 149-157.
- [8] DUARTE, Marli Teresinha Cassamassimo; PARADA, Cristina Maria Garcia de Lima; SOUZA, Lenice do Rosário de. Vulnerabilidade de mulheres vivendo com HIV/Aids. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.22, n.1, p.68-75, Feb. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692014000100068&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.2837.2377>.
- [9] FACCHINI, Regina. "Sopa de Letrinhas"? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100014>. Acesso em 16 Ago. 2017.
- [10] GOHN, MG. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo: Loyola; 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S1414-4980201300010000700008&lng=en&pid=S1414-49802013000100007>> Acesso em 16 Ago. 2017.
- [11] MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello; TRENTINI, Mercedes. Da utilização do preservativo masculino à prevenção de DST/aids. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.13, n.6, p.1807-1816, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000600015&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000600015>.
- [12] NÓBREGA, S. M.; COUTINHO, M. P. L. O teste de associação livre de palavras. In: COUTINHO, M. P. L. et al. (Orgs.). *Representações sociais: abordagem interdisciplinar*. João Pessoa: EdUFPB, 2003. p. 67-77.
- [13] ROCHA, Solange; VIEIRA, Ana; LYRA, Jorge. Silenciosa conveniência: mulheres e Aids. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.11, p.119-141, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

33522013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200005>

[14] SILVA, Carla Marins; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. A percepção de mulheres quanto à vulnerabilidade feminina para contrair DST/HIV. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v.43, n.2, p.401-406, June 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000200020&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342009000200020>.

[15] VILLELA, Wilza Vieira & SANEMATSU, Marisa (2003). "Mulheres com HIV/Aids, elementos para a construção de direitos e qualidade de vida", em INSTITUTO PATRICIA GALVÃO (org.), *Dossiê Mulheres com HIV/AIDS*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0103-3352201300020000500038&lng=en&pid=S0103-33522013000200005>> Acesso em: 13 jul. 2017

Capítulo 9

Relação sexual e doenças sexualmente transmissíveis: Uma abordagem disciplinar de amostragem feita pelos alunos da Escola Municipal Maria Celeste Pires Leite em Catingueira/PB

Maria Helena de Lima Gomes e Martins

Veneziano Guedes de Sousa Rêgo

Luciano de Brito Junior

Resumo: A relação sexual é qualquer aproximação íntima onde envolve órgãos sexuais entre os seres. Biologicamente ela é tratada para reprodução, mas nos seres humanos nem sempre tem essa finalidade, pois geralmente está voltada para a satisfação do prazer sexual. Esse prazer sexual está envolvido uma série de ações hormonais que provocam no corpo o desejo pelo outro, a atração física e ao ato sexual. A fase da adolescência é caracterizada por conflitos e descobertas é justamente nessa fase que os adolescentes começam a viver suas primeiras experiências sexuais, podendo muitas vezes serem expostos aos riscos de se pegar doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada, com isso é interessante que a escola trabalhe o tema e os possíveis riscos de se contrair doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) em casos de relação sexual desprotegida, quebrando tabus e fornecendo informações adequadas para a conscientização desses adolescentes. Este estudo foi realizado com o objetivo de trabalhar com os alunos relação sexual e os riscos de doenças em uma relação desprotegida. Onde os alunos dos oitavos anos do ensino fundamental da Escola Municipal Maria Celeste Pires de Leite atribuíram na sua própria comunidade um questionário elaborado pelo professor, entre pessoas com dezoito anos à cima e apresentaram seus próprios dados quantitativos feito na planilha Excell e qualitativos em resposta à comunidade. O resultado foi bem significativo, já que o tema foi trabalhado em sala de aula pelo professor com os alunos e estes fizeram a aplicação de sua pesquisa na própria comunidade que obteve como feedback positivo pela maioria, demonstrando que entendiam do assunto e a importância de trabalhar esse assunto na escola com também o trabalho mostrou uma participação ativa dos alunos, pois os mesmos demonstraram interesse e entendimento pelo assunto.

Palavras-chave: Aluno, Comunidade, Infecções sexualmente transmissíveis, sexo.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho mostra informações e contribuições sobre sexo nos dias atuais e as consequências que em uma relação desprotegida pode ocasionar, assim como a contribuição da escola sobre o respectivo tema para os alunos e para sua comunidade, quebrando tabu e buscando a conscientização para saúde do corpo e um aprendizado dinâmico.

É na adolescência que ocorre mudanças no corpo, tanto físicas como psicológicas e com isso vem a curiosidade e as descobertas, inclusive do seu próprio corpo. Para isso é necessário que se tenha informações adequadas e corretas (BRILHANTE; CATRIB, 2011).

A escola tem um papel relevante para essas informações, pois direciona com responsabilidade o acesso e a clareza do ato sexual e as suas possíveis consequências nos dias atuais. A família também tem grande contribuição para esse papel, pois cabe a ela fornecer um diálogo com seus filhos para melhor esclarecimento de suas dúvidas sobre sexo e suas consequências, mas quando se fala em sexo, algumas famílias preferem não se envolver, mantendo-se distante do tema e ignorando as dúvidas dos seus jovens.

A desinformação, liberdade sexual, iniciação sexual mais cedo pode expor os jovens à vulnerabilidade de ter uma gravidez indesejada ou até mesmo de se contrair Doença Sexualmente Transmissíveis (DSTs) (BARRETO e SANTOS, 2009).

“O conhecimento se constrói a partir da informação; ele resulta da interação do sujeito com o objeto e tem a ver com a interpretação pessoal, que pela experiência, confere significado ao objeto” (SILVA, 2015).

Assim com os conhecimentos bem construídos à cerca do assunto os jovens terão uma saúde sexual de qualidade, já que as relações sexuais, nos dias atuais, estão cada vez mais inseridas e com maior liberdade entre os indivíduos, conseqüentemente irão repensar nas suas atitudes e orientar até mesmo quem vive no seu meio, por exemplo, sua própria comunidade.

O objetivo desse estudo é analisar como estão os conhecimentos dos jovens sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis e como encontra o nível de conscientização da comunidade o qual esses jovens se inserem.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola municipal Maria Celeste Pires Leite, na cidade de Catingueira- PB. O número de pessoas da comunidade que foi aplicado o questionários foi de 72 pessoas, esse questionário foi aplicado pelos alunos das três turmas do oitavo ano A, B e C.

Os alunos se dividiram em equipes de três, quatro ou cinco integrantes, essas divisões de equipes foram decididas entre eles. Cada componente da equipe ficou responsável por um questionário para ser aplicado na sua comunidade. Como não foi obrigatório a identificação dos entrevistados no questionário do presente trabalho, por questão de ética e privacidade, então para cada participante foi colocado o nome “entrevistado”, o número na ordem de respostas e o ano. Alguns dos entrevistados preferiram não responder, pois não tinham conhecimento ou não se sentiram à vontade.

Foi realizado dois momentos: O primeiro momento foi uma aula teórica sobre sexualidade e DSTs para esclarecimento dos alunos e informação sobre saúde do corpo.

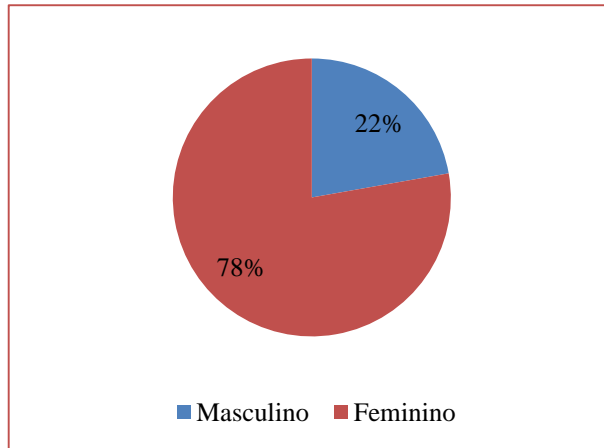
O segundo momento os alunos aplicaram um questionário realizado pelo professor no qual continham perguntas sobre o respectivo tema à comunidade, para análise quantitativa foram retiradas as respostas desses questionários, que continham sete questões e transformadas em gráfico para melhor visualização dos dados, onde os próprios alunos fizeram os gráficos em forma de pizza, pois é de fácil entendimento, já que todos eles manusearam a Microsoft Office Excel 2007 pela primeira vez. Eles apresentaram seus dados em cartolinas que foi mostrada nos anexos deste respectivo trabalho.

Na análise qualitativa, foram demonstradas as respostas feitas pelos entrevistados no qual não houve a identificação dos entrevistados por motivos éticos, como também as perguntas subjetivas respondiam quem tivesse interesse e quem sentisse à vontade para falar do assunto. Quando o questionário já estava elaborado as equipes das respectivas séries das três turmas juntaram seus dados o qual será mostrado nos resultados e discussões do respectivo trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

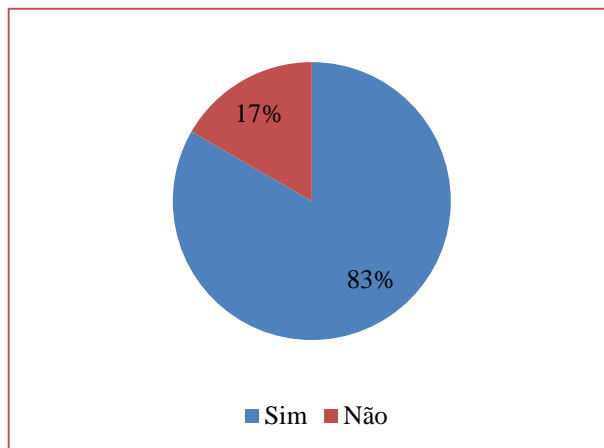
3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

Figura 1.0 Sexo dos entrevistados



Como mostrado no gráfico acima a maioria dos alunos entrevistaram populações do sexo feminino, pois os mesmos falaram que têm mais afinidade e se sentem mais à vontade de falar sobre o assunto com pessoas do sexo feminino, pois as informações são mais abrangentes (DIAS e GOMES, 2000).

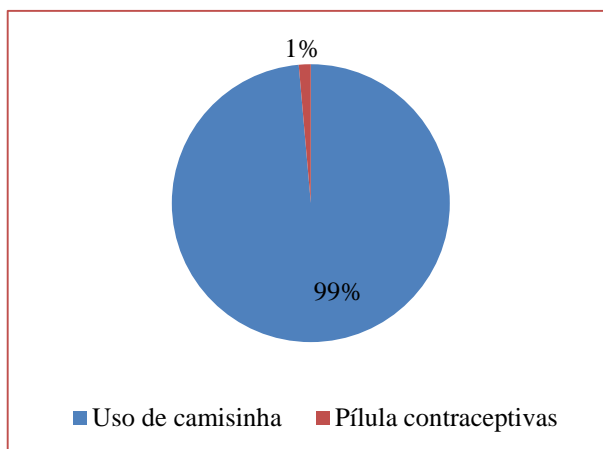
Figura 1.1 Você sabe o que significa DSTs?



Como observado no gráfico acima as pessoas sabem o que representa a sigla DSTs, chegando a 83%, é um dado relevante, pois mostra o conhecimento sobre o que são doenças sexualmente transmissíveis.

Quando se tem o conhecimento da respectiva sigla (DSTs), já se mostra o quanto é um passo significativo para que haja uma conscientização que existe esse tipo de doença (FURLANI, 2005).

Figura 1.2 Quais os métodos que você conhece para evitar doenças sexualmente transmissíveis?

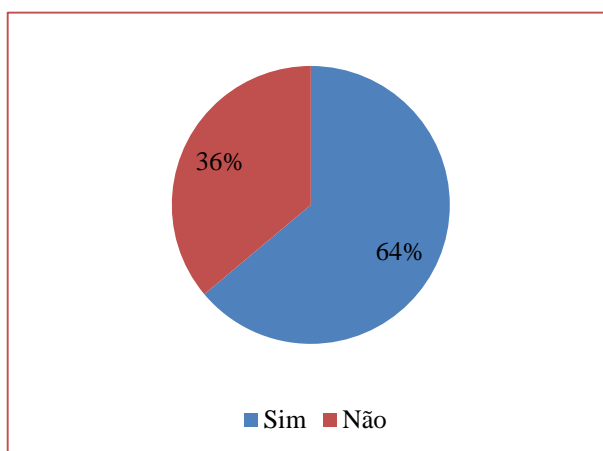


Essa pergunta foi aberta para que a comunidade dessem sua opinião e no questionário 99% colocaram o uso da camisinha e 1% acredita que a pílula contraceptiva evitava de contrair DSTs, não colocaram mais nenhum outro método além dos dois citados. Nota-se que 99% dos entrevistados sabem que o método para prevenção de DSTs é a utilização de camisinha, apenas 1% acredita que é a pílula anticoncepcional, sabendo que a pílula não evita DSTs e sim uma possível gravidez, sendo que a camisinha utilizada de maneira correta pode evitar tanto a gravidez quanto as DSTs.

O uso de preservativo é o mais acessível à população e desempenha uma importante função contra as DSTs (DOURADO, et al, 2015).

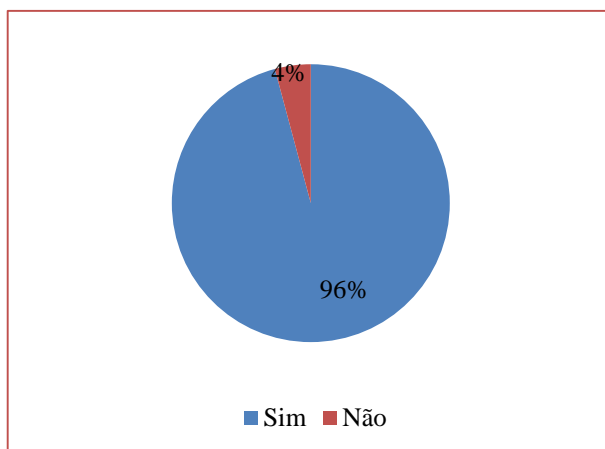
Como afirma Janeiro (et al, 2013) “O uso do preservativo depende de fatores pessoais, sociais e circunstanciais”, e devem estar inserida na consciência dos jovens principalmente quando a relação for de forma casual.

Figura 1.3 Há diálogo entre você e seu pai ou filho sobre sexo?



No gráfico acima mostra que os pais têm diálogo com seus filhos sobre relação sexual. A transição da fase de criança para adolescente é marcada por mudanças psicológicas e biológicas, nessa fase pode haver conflitos internos, crises de inseguranças dentre outros fatores por isso há uma necessidade de um diálogo entre as famílias sobre o assunto (NERY, 2015). A adolescência é a fase da descoberta do próprio corpo, com isso os familiares devem estar abertos a escutar seus adolescentes (NERY, 2015).

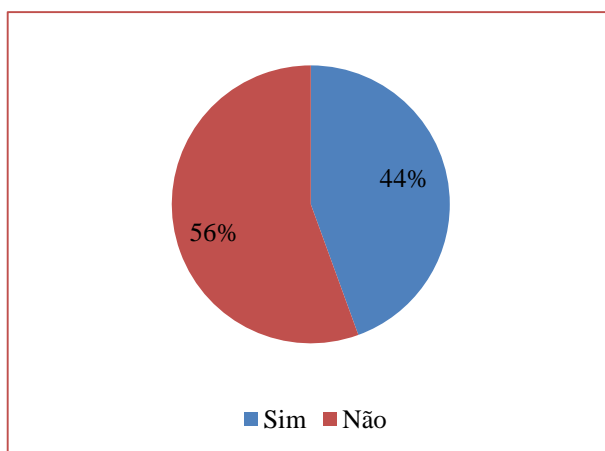
Figura 1.4 É importante o tema DSTs a ser abordado na escola?



A maioria respondeu que DSTs é um tema importante para ser abordado na escola, quando esse tema é bem abordado pode gerar conscientização, quebra de tabus e informações mais eficientes.

Contudo as informações corretas geram prevenção, saúde e conscientização (NERY, 2015). O mesmo autor afirma que a educação é um meio transformador onde pode ser discutido assuntos polêmicos, inclusive a saúde do corpo nos jovens.

Figura 1.5 As informações atuais sobre DSTs são suficientes?



Observando o gráfico acima 56% dos entrevistados, ou seja, a maior parte, falou que as informações atuais sobre DSTs ainda não são suficientes. A disponibilização das informações adequadas, assim como serviços assistido de prevenção às DSTs e sexualidade, podem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população (BRASIL, 2005).

3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

O que você acha do tema sexualidade para ser abordado na escola?

A escola é um local que os educandos podem obter suas informações, principalmente referentes aos assuntos em saúde, como DSTs e sexualidade (COSTA et al, 2010).

“Acho muito importante, pois ajuda aos jovens estarem informados e conscientes sobre os riscos que uma sexualidade desregrada oferece” (ENTREVISTADO 1, 2017).

Segundo Brêtas (2009) Os pais têm grande dificuldade de dialogar com seus filhos sobre sexualidade e seus riscos, pois quando eram mais jovens não conversavam com seus pais sobre o tema, já que era tratado como um tabu:

“Acho muito importante, já que algumas famílias têm receio de conversar sobre o tema” (ENTREVISTADO 2, 2017).

Para uma melhor saúde sexual e sexo com consciência é necessário dissimular alguns conceitos que fazem parte da vida dos jovens, orientando para uma sexualidade mais segura, tranquila e respeitosa (MARTINS et al, 2012).

“É muito importante, pois serve para dissimular tabus e preconceitos” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Os programas de orientação sexual é relevante, pois ajuda os jovens a tomar decisões responsáveis, direcionamento de saúde adequada e a obtenção de informações concretas e não mais fragmentadas e dispersas (THEOBALD et al, 2012).

“É importante, acredito que realizando um trabalho de orientação sexual, possibilita maiores informações e reflexões” (ENTREVISTADO 4, 2017).

Segundo os Parâmetros Curriculares (PCNs) O tema sexualidade e DSTs devem ser abordados na escola como temas transversais em saúde.

“Acho muito forte para ser discutido na escola, pois essa base tem que vir dos pais de maneira adequada” (ENTREVISTADO 5, 2017).

A família é a base para o diálogo entre seus filhos, mas para isso é necessário que não haja barreiras entre pais e filhos e filhos e pais, pois na fase da adolescência os jovens estão com seus conhecimentos um pouco fragmentados acerca de determinados assuntos, esses assuntos mais complexos como: DSTs e sexualidade para algumas famílias ainda é restrita para o diálogo, como também estas, muitas vezes se sentem despreparadas para abordar o assunto (NERY, 2015).

“Acho muito importante, pois ao meu ver, os filhos de hoje não se abrem com os pais e na escola é o local que podem ajudá-los com essa questão de maneira prática” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Para entender o que é sexualidade quais as causas e consequências os pais devem compreender do assunto, sua relação biológica assim como os efeitos psicológicos, sociocultural e esclarecer tabus (MARTINS et al, 2012).

“ Na minha opinião esse assunto deve ser abordado antes de tudo em casa” (ENTREVISTADO 7, 2017).

Antigamente a sexualidade era tratada como questões impróprias e isso ainda reflete nos dias atuais, para isso deve ser tratado de forma direcionada e responsável pelos educadores (BERALDO, 2003).

“O tema é de suma relevância, mas tem seu lado constrangedor então o professor deve estar capacitado para abordar o tema de maneira que passe leveza (ENTREVISTADO 8, 2017).

Jovens que são bem orientados, recebem informações corretas sobre sexualidade, seus riscos e cuidados tendem a se tornarem mais conscientes (SILVA, 2015).

“O tema é muito importante para a prevenção de DSTs e uma gravidez” (ENTREVISTADO 9, 2017).

Nos dias atuais há uma maior liberação sexual, seja por meio do fácil acesso ao contato íntimo ou por meios de comunicação mais acessíveis entre os jovens, isso proporciona o sexo precoce e o aumento do risco de contaminação (BRETAS et al, 2009).

“Tema relevante, já que a sexualidade hoje é bem mais liberal a escola pode ajudar os alunos a tomarem decisões corretas através da informação” (ENTREVISTADO 10, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou grande envolvimento e empenho dos alunos na realização desse trabalho, pois os mesmos assumiram para si, o interesse e a importância de fazerem seus próprios trabalhos e representarem seus dados em gráficos, aumentando seu rendimento e curiosidade sobre respectivo tema.

De acordo com o trabalho desenvolvido, ainda sim, há uma necessidade que as informações adequadas se ampliem, para que as pessoas tenham uma vida sexual mais responsável e um planejamento familiar adequado, como também a escola deve valer-se de programas continuados que orientem esses jovens a uma vida sexual equilibrada e desmistificada.

REFERÊNCIAS

- [1] BARRETO, A. C. M.; SANTOS, R. A. Vulnerabilidade da Adolescente às Doenças Sexualmente Transmissíveis: Contribuições para a Prática da Enfermagem. Esc. Anna Nery Rev. Enferm.v.13, n.4, p. 809-816, dez. 2009.
- [2] BERALDO, F. N. M. Sexualidade e escola: um espaço de intervenção. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.7 no.1 Campinas June 2003.
- [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma prioridade do governo/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.
- [4] BRÊTAS, J. R. S.; OHARA, C. V. S.; JARDIM, D. P.; MUROYA, R. L. Conhecimento sobre DST/AIDS por estudantes adolescentes. Revista da Escola da Enfermagem USP, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 551-557, 2009.
- [5] BRILHANTE, A. V. M. & CATRIB, A. M. F. Sexualidade na adolescência. Fortaleza- CE, 2011.
- [6] COSTA, R. H. S.; DINIZ, E. J. M.; FERREIRA, C. C. F.; RIBEIRO, M. W. C.; SILVA, R. B.; SILVA, D. G. K. C. Percepção de discentes sobre DST/HPV em uma Escola Pública no Município de Santa Cruz/RN. Revista de Biologia e Farmácia, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 2, 2010.
- [7] DIAS, A. C. G., & GOMES, W. B. (2000). Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes.
- [8] DOURADO, I. MACCARTHY, S. REDDY, M. CALAZANS, G. GRUSKIN, S. Revisitando o uso do preservativo no Brasil. REV BRAS EPIDEMIOL SET 2015; 18 SUPPL 1: 63-88.
- [9] FERNANDES, ^a F. C.; GURGEL, ^a H. e JULIÃO, T. C. Prevention of STD/AIDS: na approach close to adolescents families. J. Bras. D. Sex Transm. 11(6): 4-9, 1999.
- [10] FURLANI, Jimena. Educação Sexual: Possibilidades Didáticas. Petrópolis: Vozes, 2005.
- [11] JANEIRO, J. M. S. V. OLIVEIRA, I. M. S, RODRIGUES, M. H. G. MACEIRAS, M. J. ROCHA, G. M. M. As Atitudes Sexuais, Contraceptivas, o Locus de Controle da Saúde e a Autoestima em Estudantes do Ensino Superior. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, vol. 26, núm. 4, outubro-diciembre, 2013, pp. 505-512. Fortaleza-Ceará, Brasil.
- [12] MARTINS, C. B. G. ALMEIDA, F. M. ALENCASTRO, L. C. MATOS, K. F. SOUZA, S. P. S. Sexualidade na Adolescência: Mitos e Tabus. Ciencia y Enfermería, vol. XVIII, núm. 3, 2012, pp. 25-37 Universidad de Concepción Concepción, Chile.
- [13] NERY, I. S. FEITOSA, J. J. M. SOUSA, A. F. L. FERNANDES, A. C. N. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. Acta Paul Enferm. 2015, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- [14] SILVA, da Rennan. Quando a escola opera na conscientização dos jovens adolescentes no combate às DSTs. Rio Claro- SP, 2015.
- [15] SILVA, R. da. Quando a escola opera na conscientização dos jovens adolescentes no combate às DSTs. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 57, p. 221-238, jul./set. 2015.

Capítulo 10

Reflexões da Teoria Queer na educação: Subversão à obscuridade

Alex Pereira Ribeiro

Emanuel Máximo de Menezes

Resumo: A teoria queer, fundamentada em estudos e questionamento teóricos, a partir da década de 1980, trouxe para o contexto social, a ideia de confronto ao que foi imposto como normativo e aceito pela sociedade. A educação, em seus diversos aspectos, também passou a ser analisada sob o contexto queer, trazendo um olhar subversivo aos tradicionais modelos pedagógicos de ensino, aprendizagem e convívio social. Este artigo tem por objetivo geral trazer reflexões acerca da teoria queer na educação, evidenciando, através de levantamento bibliográfico, a sua natureza questionadora e desconstrutiva. Como resultados, obteve-se que a teoria queer traz à luz da discussão, a necessidade de se construir currículos, práticas pedagógicas, e debates que incluam e respeitem a diversidade nos espaços escolares, superando as enraizadas concepções sociais e excludentes impostas pelos modelos normativos.

Palavras-chave: Teoria queer, educação, pedagogia.

1. INTRODUÇÃO

O termo *queer* surgiu, em um primeiro momento para classificar e desqualificar, de forma pejorativa, frequentadores da “*Queer street*”, famosa avenida inglesa conhecida como ponto de encontro de indivíduos não comumente aceitos pela sociedade da época, como: homossexuais, transexuais, travestis, prostitutas, devedores etc. Este termo, sem tradução clara na língua portuguesa, assemelha-se, por seu tom marginalizador, ao termo “bicha” ou “viado”.

Muitos teóricos e intelectuais passaram a utilizar o termo na contramão da ideia ora trazida, e, principalmente, após a teoria pós-estruturalista francesa, o termo “*queer*”, como forma de resistência, fora introduzido como um movimento, um pensamento, uma questão cultural, social e até teórica de pensar, questionar, analisar, desconstruir, refletir, estudar e debater um modelo opositor ao que é imposto como normal, como socialmente aceito.

A década de 1980 e 1990 foi marcante para os apoiadores e pensadores *queer*, a epidemia de AIDS, e a associação da epidemia aos homossexuais, fez retroceder a ideia já superada de convergir a homossexualidade, ou o que foi chamado de homossexualismo, às doenças antes psíquicas e , a partir da epidemia, às doenças relacionadas ao sexo.

Atualmente, percebe-se que as chamadas “minorias” estão mais visíveis, presentes, e a sua representatividade passa a ser debatida de forma mais ampla. Esta inserção dessas “minorias” percorre dois caminhos antagônicos perante a sociedade: um que oprime, massacra, ignora e outro que aceita, abriga e acolhe.

A lógica binária positivada pela sociedade e até mesmo a polarização do heterossexual e homossexual é questionada pela teoria *queer*. A sua característica analítica, filosófica, questionadora e diversa, reflete em inúmeros setores, classes, comunidades e outros ativos da sociedade. Obviamente, a educação também é debatida por essa teoria, e um pensar pedagógico mais inclusivo, mais crítico e mais diverso começa a ser trazido à luz pelos teóricos e adeptos do modo “*queer*” de ver os caminhos da educação.

Neste sentido, por sua relevância social, acadêmica, profissional, filosófica, sociológica e, principalmente, reflexiva, este artigo é elaborado com o objetivo geral de debater a teoria *queer* sob a ótica da educação, principalmente no tocante ao modo como essa teoria trouxe um olhar subversor perante a obscuridade reguladora, normativa e não diversa da área.

2. METODOLOGIA

O enfoque metodológico deste artigo parte da busca pelo pensamento crítico e teórico de conceituados autores, que contribuíram ou contribuem para o pensamento e cultura “*queer*”, como Judith Butler, Sara Salih, Silva, Junqueira, Guacira Lopes Louro, entre outros. Bem como de artigos científicos desenvolvidos a partir da análise dos conceitos elaborados e disseminados por esses autores, buscados nas plataformas digitais *scielo* e *google acadêmico*.

Para isso utilizou-se de levantamento bibliográfico, o que para Cunha (2001) traduz o sentimento de potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo para se ir além. Ainda para o autor, é como munir-se de conhecimento e saberes. Por sua característica social, adotou-se o método qualitativo de pesquisa, o que segundo Minayo (2013) é o mais adequado quando trata-se de pesquisas que se ocupam do nível subjetivo e relacional da realidade social, sendo retratados por meio da história, universo, crenças, valores e atitudes, os atos sociais. Ainda para Minayo (2013) o que a pesquisa qualitativa busca, de forma mais profunda, é compreender e interpretar, de forma mais fiel possível, a lógica interna dos sujeitos que estuda.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Os indivíduos vistos como fora do padrão imposto pelas sociedades sempre estiveram marginalizados, escondidos, enrustidos, oprimidos por conta de suas características tidas como anormais. Muitas vezes, as suas características, individualidades e opiniões foram tidas como doenças mentais e até criminalizadas em diversos países, o que, de fato, ainda ocorre em algumas civilizações.

Contrários a essas ideias normativas impostas pelas sociedades, diversos grupos começaram a lutar por igualdade. Estas lutas passaram por momentos delicados, como o estigma da AIDS, como a violência sexual e de gênero ou como o preconceito sofrido por muitos. A partir dos anos 1980 teóricos e resistentes à opressão começam a estudar e a refletir sobre a imposição normativa. Desses estudos e ideias, resulta-se o que hoje denomina-se: teoria *queer*.

Para Salih (2012) a expressão do termo *queer* é proposto justamente como forma de resistência ao peso que a palavra tinha à época. *Queer* era usado para diminuir de forma humilhante os indivíduos não heterossexuais. Reverter essa palavra para algo queremeta à resistência e à luta de sobrevivência foi, para muitos, uma forma de mostrar a força de ideias teóricas e questionadoras que irião ser lavadas ao debate.

Deve-se levar em consideração que a teoria *queer* é muito abrangente e diversificada, e vai, por exemplo, desde o estudo da desconstrução de gênero adotado por Judith Butler ao pensamento adotado pela professora Guacira Lopes Louro que traz a ideia de que o pensamento *queer* é uma forma de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade.

Butler (2003) em sua obra *Problemas de Gênero*, recusa-se a aceitar a definição, a estabilidade e a existência do sujeito (feminino, masculino, gay, lésbico, heterossexual, homossexual). A autora defende a desconstrução das categorias ora utilizadas, posicionando-se a favor da indeterminação de todas as identidades sexuais e generificadas.

A autora defende ainda em seu pensamento *queer* a ideia de que o sujeito está sempre em processo, assim, a identidade de gênero é conceituada como uma sequência de atos que não são pré-existentes. Percebe-se, portanto, que mesmo mais voltada para a questão de gênero, a autora retrata sempre a desconstrução, a não oficialização de termos, o caráter mutante da sociedade.

Já Silva (1999) traduz sua ideia *queer* como a necessidade de novas formas de se pensar a cultura, o conhecimento, a educação, o poder. Silva (1999) defende o pensar *queer* como o ato de questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem comportadas de conhecimento e de identidade.

Na visão de Louro (2008) a teoria *queer* põe em questão as classificações e os enquadramentos. Ela é capaz de provocar e perturbar as formas convencionais de pensar e conhecer. Louro (2008) traz a teoria *queer* ao debate da educação. A autora defende que as escolas e os educadores se tornam cada vez mais desafiados às novas questões impostas pelo pensamento *queer*, visto que até então as respostas eram seguras e estáveis. Com a inserção do pensamento *queer*, as certezas escapam e as fórmulas comumente utilizadas pela educação mostram-se inúteis e inoperantes. Nesta visão de Louro, traz-se à discussão a ideia da contribuição *queer* para o novo pensar pedagógico.

Na história de formação social brasileira, principalmente durante o período da colonização, tem-se a ascensão do modelo patriarcal, herança cultural portuguesa, caracterizado por ter-se como figura central o patriarca, ou seja, o pai. Este modelo tradicional de família perdura-se ao longo dos anos, e, mesmo com as novas configurações familiares, ainda é o modelo visto como padrão ou tradicional.

Este aspecto normatizador e tradicional da família patriarcal refletiu nos modelos educacionais, que passaram a reproduzir e a construir currículos e processos de ensino e aprendizagem heterossexistas, racistas e excludentes. Para Souza et al (2017) é evidente que as discussões pedagógicas sobre educação, escola e currículo são direcionadas para a manutenção dos saberes dominantes.

Junqueira (2013) defende que a escola brasileira se estruturou, ao longo dos anos, como um modelo curricular e de convívio social pautado em valores fortemente ligados às normas e crenças que reduz o valor do “outro”. Este outro, ainda para o autor, diz respeito àqueles que se desviassem do ser adulto, masculino, branco, heterossexual, burgês e fisico-emocionalmente normal. Esta redução do “outro”, ou o que o autor Junqueira (2013) determina como o “estranho”, segundo a ótica escolar, fez-se com que o preconceito fosse sentido fortemente no âmbito escolar, tanto pela falta de espaço para essas “minorias”, quanto para as práticas pedagógicas e curriculares.

Vivencia-se, ainda segundo os autores, uma realidade pedagógica muito focada em metas, técnicas e objetivos referentes aos processos de ensino e aprendizagem mais tradicionais, como: metodologias, avaliação, desenvolvimento de habilidades e competência - o que é muito válido e necessário para a construção do saber - entretanto, percebe-se que não se tem promovido muitas mudanças nas estruturas dos padrões hegemônicos, isto é, o espaço escolar ainda é carente de debates e discussões que levem à transformação política e social, oriunda das teorias críticas e pós-críticas.

Movimentos sociais negros, feministas, LGBTQIA+, de educação inclusiva, de pessoas com deficiência física e mental, sempre estiveram à margem da sociedade, e, conseqüentemente das escolas, o que Louro (2008) tratou de chamar de “estar na fronteira”. Sob a perspectiva de Miskolci (2012), é necessário que se debata questões e que se faça reflexões sobre o que foi positivado ou “estabelecido”, no sentido de imposto, no que diz respeito à escola e ao currículo escolar.

A escola, para Louro (2008), deve ser repensada e o currículo desenvolvido a partir também das perspectivas das minorias, que carrega consigo diversidade de classe, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade e etnia. “ Não há como ignorar as novas práticas e os novos sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocalização normalizadora da educação vê-se ameaçada” (LOURO, 2008, p 28).

Para Silva (2007), a teoria *queer* questiona as relações desiguais dentro da escola, criticando modelos sociais discriminatórios e cobrando por mais espaço para reflexões e análises, trazendo para o centro das discussões aspectos como diversidade, orientação sexual, gênero, raça, etnia etc. Silva (2007) disserta ainda que além de trazer à tona as discussões, é necessário relatar as lutas por políticas de busca de transformação social. Silva (2007) traz o repensar curricular, nesta perspectiva, ele aborda que um currículo que é inspirado na teoria *queer* não se limita a questionar o que é socialmente imposto, mas também é responsável por repensar aquilo que ainda não foi construído.

A escola em si ainda se vale de muita resistência, principalmente pelo fato de, durante muito tempo, ser considerada um reduto de ordem e disciplina. Em razão disto, a escola, para Souza et al (2007), nunca recebeu muito bem pretos, pobres, favelados, pessoas com deficiência, gays, lésbicas, entre outros tantos sujeitos que a sociedade marginalizou.

O fato é que a escola sempre persistiu em deixar à margem dos seus currículos e espaço de debate aqueles que não se enquadram nos padrões positivados pela sociedade conservadora normatizadora. Louro (2008) passa a pensar no que enquadrou como pedagogia *queer*, o que pode ser retratado como uma pedagogia que incite a discussão, o debate, as transformações da sociedade e da educação, muito além de unicamente as questões que envolvem a sexualidade.

Ainda para Louro (2008), a teoria *queer* permite um pensamento mais crítico, mais ambíguo, múltiplo, que retrata muito as identidades de gênero e sexuais, mas vai além, ao sugerir novos debates envolvendo cultura, conhecimento, poder, política e educação. A autora em questão defende ainda que há uma emergência das minorias, elas deixam a “fronteira” e a “marginalidade” perante a sociedade e passam a integrar os debates, a formação curricular, o novo pensar pedagógico, metodológico e crítico.

É necessário, segundo Silva (2007) que se dê abertura para o debate democrático e questionador. O espaço escolar e pedagógico deve estar aberto e atento ao diálogo com as diversidades, criando uma riqueza crítica que rompe a fronteira da escola e chega à sociedade. Souza et al (2017) toca num ponto muito importante ao tratar da discussão na formação de professores e professoras, estes, conscientemente ou inconscientemente, ainda tendem a privilegiar a heteronormatividade, pois trazem consigo, as crenças e valores que foram positivados pelo que é considerado padrão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após levantamento bibliográfico acerca do tema analisado, principalmente com base nos principais teóricos da área e artigos científicos desenvolvidos com base nas ideias trazidas por estes teóricos, apresenta-se diversos resultados obtidos acerca da análise das reflexões da teoria *queer* na educação.

Quando se fala em obscuridade na educação e da necessidade de uma subversão, fala-se da percepção que a escola brasileira se caracteriza por um histórico de desigualdade e exclusão de sujeitos que não são aceitos por estarem fora do que foi imposto como “padrão”. A partir da teoria *queer* chega-se à conclusão que o pensar pedagógico deve ser modificado e construído sob suas diversas óticas. Não dá para pensar em um currículo pedagógico que exclua, que seja desigual. É necessário pensar em um currículo que abraça e absorva todos os indivíduos de uma sociedade, principalmente ao falar-se de educação.

E quando se fala em teoria *queer*, no que diz respeito à educação, não se fala apenas da sua proposta curricular, ou dos seus questionamentos linguísticos e gramaticais ligados à binaridade, por exemplo, mas se fala também, e, mais significativamente, sobre o aspecto inquieto e questionador da teoria. A sua característica reflexiva, questionadora, inclusiva, faz nascer nos indivíduos um poder crítico e filosófico que contribui para uma educação e sociedade mais igualitária. Por esta razão que se fala em teoria *queer* como uma “cultura” ou como um “pensamento” de subversão em meio à obscuridade, justamente porque esta teoria indaga, questiona, busca trazer os indivíduos, em suas mais diversas características e opiniões,

para o centro da discussão.

No tocante à ideia de que a teoria *queer* traz uma luz subversiva à tradicionalidade normativa conservadora na educação, seja em sua formação curricular, seja na emergência do debate inclusivo, há a conclusão, conforme defende Silva (2007), que a partir da teoria *queer*, a pedagogia e o currículo devem ser capazes de oferecer aos estudantes espaço para que desenvolvam sua capacidade crítica e analítica sob a ótica da diversidade, interrogando as formas dominantes de identidade.

Esta conclusão traz consigo uma reversão na educação. A partir da teoria *queer*, o pensamento crítico, questionador e analítico abre espaço para o debate, abre espaço para que se construa um currículo e um pensar pedagógico mais diverso, mais pautado no debate construtivo, em contra partida ao currículo mais limitador e mais heteronormativo que se tem hoje.

Pode-se concluir também que a escola deve estar em sintonia com as transformações sociais. Souza et al (2017) defende que não é mais possível ignorar a diversidade de alunos e alunas que estão inseridos no espaço escolar. O velho currículo não insere essa diversidade em seu fazer pedagógico. A teoria *queer* contribui para a reflexão acerca dessa conclusão ao defender que esse currículo deve ser urgentemente reformulado, reconstruído, a partir do debate, a partir de pilares que reflitam uma sociedade diversa e não uma sociedade que possui grupos dominantes e dominados, mas ser reflexo de uma sociedade crítica, que constrói junto, a partir do olhar dos seus mais diversos indivíduos.

Com base no exposto, pode-se chegar à conclusão de que os teóricos e estudos relativos ao pensamento *queer* apostam na ideia de novas pedagogias que se desliguem de discursos normatizadores em relação ao gênero e à sexualidade. A nova escola, a nova sociedade esbarra na ideia da imposição, da positividade da heteronormatividade e chama para o centro da discussão a multiplicidade de novas identidades sexuais, de gênero, culturais, e que elevem o estudante a um olhar mais criterioso sobre o que é imposto pela sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sempre esteve ligada à sociedade. Esta é um agente mutante, diverso, abrangente. Viver e conviver em sociedade resulta em uma riqueza cultural e intelectual muito pertinente para a construção dos indivíduos. A partir do momento em que se fala em uma sociedade diversa, se fala em opiniões e visões diversas. O que traz uma riqueza de conceitos e concepções muito estigante.

O que não se deve, é limitar-se às ideias, crenças e valores de apenas alguns grupos. Neste sentido, a sociedade perderia totalmente a sua função. Se não há a diversidade de pensamentos e de indivíduos, não há construção e, sim, imposição. A teoria *queer* nasce justamente para combater esta imposição. A cultura brasileira reflete aspectos dominantes de determinadas classes, gêneros, profissões, poderes, em detrimento de outros. Isto não é positivo do ponto de vista da construção de uma sociedade.

O pensamento *queer* voltado para educação reflete justamente esta questão da imposição normativa que a escola e o pensar pedagógico impõe. O pensamento pedagógico está muito enraizado nesta sociedade impositiva brasileira, que foi embasada no patriarcalismo e na heteronormatividade branca e masculina. A educação precisa acolher, abranger, desconstruir pensamento retrógrados acerca da diversidade e pôr em pauta uma construção curricular e de espaço que escute e insira todos os pares em seu processo.

Esta ideia questionadora traz ganhos para os acadêmicos, para os profissionais de educação, para os agentes sociais, mas, principalmente, para a construção do indivíduo. Este, a partir da perspectiva do pensamento *queer* abre um olhar mais horizontal, mais analítico acerca da sociedade que se está inserido.

Por fim, espera-se que este artigo contribua para as reflexões acerca do pensamento educacional. É necessário que este evolua e acompanhe as novas formas de viver em sociedade. Os grupos marginalizados e que vivem em “fronteiras”, como classificou perspicazmente Louro, devem sim ser inseridos na sociedade, e não apenas inseridos, mas também ouvidos.

Sugere-se, por fim, que outros estudos busquem analisar também as formas de inserir e de trazer para o centro os diversos indivíduos que compoem a sociedade brasileira, a diversidade cultural, étnica, sexual, de gênero, de raça deve ser explorada, debatida, e, principalmente incluída no mesmo patamar onde está os grupos que são tidos como “normais”.

REFERÊNCIAS

- [1] BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- [2] CUNHA, Murilo Bastos da. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.
- [3] JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n.13, p.481-498, jul./dez. 2013. Disponível em:<<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 22 out. 2020.
- [4] LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Belo Horizonte. Autêntica, 2008.
- [5] MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa. São Paulo: Hucitec, 2013.
- [6] MISCKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Cadernos de Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- [7] SALIH, S. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- [8] SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999
- [9] SOUZA, Alisson da Silva; RODRIGUES, Isis Monteiro; FIGUEIREDO, Tania Regina Leite Santos. Educação, teoria queer e as discussões sobre as minorias no espaço escolar. Teresina: Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, 2017.

Capítulo 11

Conceitos e gênese acerca da moral regente no comportamento sexual feminino no ocidente entre os Séculos XVI - XX

Eduarda Bento Severo

Mayara Barbosa Costa

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar um estudo teórico das concepções sobre a sexualidade feminina na história ocidental, priorizando o Brasil no século XVI - XX, além de investigar o papel da mulher na sociedade, o seu comportamento antes e depois do matrimônio, a forma como ela foi e continua sendo tratada historicamente, bem como a importância de inseri-la como sujeito da história. Se norteando por meio de uma abordagem, aonde serão estabelecidas discussões sobre essa temática, especialmente os conceitos que serviram como base para o desenvolvimento da pesquisa, como os conceitos de sexo e sexualidade. O mesmo utiliza-se de textos que procuram evidenciar sua trajetória e função em diferentes tempos na sociedade, descrevendo também sobre a família, a educação e o trabalho.

Palavras-chave: Sexualidade feminina, Matrimônio, Moral cristã.

1. INTRODUÇÃO

A eterna mudança das sociedades humanas e de seu reajuste a novas condições tem sido o enredo principal da História. Enquanto ciência, mais do que captar o passado, o conhecimento histórico se encarrega de dar conta da explicação das variações e transformações vividas pela humanidade ao longo do tempo e do espaço. É nesse contexto, que o presente trabalho, o qual se enquadra no estilo de revisão bibliográfica, busca expor algumas teorias acerca da sexualidade feminina no ocidente desde o século XVI até o século XX, com o intuito de compreender suas transformações ao longo da história brasileira. Como assinala Del Priore:

Historiadores britânicos afirmam que “o amor como base do casamento” talvez seja a mais importante mudança nas mentalidades, ocorrida no limiar da Idade Moderna ou, possivelmente, nos últimos mil anos da “história ocidental”. Já os franceses concordam que uma “revolução afetiva teria se localizado predominantemente no século XVIII e início do século XIX”, modificando de maneira radical os sentimentos amorosos (DEL PRIORE, 2006, p. 11).

Através de fatos consumados, relatados e presentes na história do nosso país, verificamos que a mulher não exercia os seus direitos, era submissa tanto ao marido, que possuía o pátrio poder no casamento, quanto ao pai que o possuía dentro da esfera familiar, tendo ambos a mulher como propriedade e objeto de manipulação. As mulheres existentes no passado do nosso país não tinham voz ativa, não participavam na esfera econômica, social e política, não podiam trabalhar, nem opinar no casamento, na família e em nada ligado à sua existência como ser no século XX, sendo as mulheres totalmente anuladas, humilhadas, desprezadas e discriminadas pelo marido, pais, filhos e a sociedade da época no Brasil, que as tratavam como um ser sem importância, alguém sem personalidade, sem sentimentos e sem direitos.

As concepções divulgadas no século XVII reforçaram a imagem da mulher como um ser sem vontade própria. Rousseau detinha um discurso de que a educação feminina deveria ser restrita ao doméstico, pois, segundo ele, as mulheres não deveriam ir em busca do saber, considerado contrário à sua natureza e essa sociedade que lutava tanto por liberdade, passou a exigir que as mulheres fizessem parte dela, mas como mães, guardiãs dos costumes, e como seres dispostos a servir o homem (ROUSSEAU apud GASPARI, 2003, p.29).

Kant usa um discurso sexista ao descrever sobre a mulher e seu viver para o homem, não a reconhecendo enquanto sujeito atuante da história (KANT apud GASPARI, 2003, p. 31). Foi influenciado por Rousseau ao utilizar a ideia de inferioridade feminina com relação à sua incapacidade de raciocinar como o homem, reforçando a ideia de inferioridade feminina.

Segundo Rodrigues, cabe ao homem a responsabilidade de manter a mulher dependente e sob seu domínio. Assim ele entende que o homem tem de “[...] conceber a mulher como ‘posse’ como propriedade a manter sob sete chaves, como algo destinado a servir e que só então se realiza” (RODRIGUES 1992, p.143). Na sua concepção, ele define “cabeça oca” os homens que apóiam a emancipação feminina, a qual ele considera ponto alto para a regressão da mulher e a perda da feminilidade

Além disso vale ressaltar que foram enormes as mudanças ocorridas nas leis e na jurisprudência do país ao longo dos anos nos mostram que a atuação da mulher, presente em todas as áreas da sociedade brasileira, está cada vez maior. Podemos perceber que aos poucos a mulher veio conquistando mais espaço, e a maior contribuição para que estes fatos ocorressem foi a sua presença, cada vez maior, crescente e constante, não só no espaço familiar e na esfera trabalhista, mas também na política e na economia do país.

Sendo assim, esse trabalho tem como intuito promover uma discussão de situações que permeiam a vida das mulheres nas sociedades patriarcais, como é o caso da nossa, e propor uma análise da sexualidade feminina no ocidente, tornando-se uma reflexão sobre os caminhos percorridos pelas mulheres ao longo do tempo, dentro e fora do matrimônio. Além disso, se faz necessário que os homens percebam que uma sociedade melhor requer o reconhecimento de várias opressões sociais e uma constante reflexão dialógica, para que as existências não sejam anuladas e para que as diferenças tenham o espaço necessário para serem negociadas.

2. METODOLOGIA

Como se trata de uma análise social e cultural de uma época tão importante para a história, a metodologia de estudo deste trabalho teve início com a análise inicial do tema, tendo como objetivo o aprimoramento da área com o decorrer das leituras que envolvem o tema de escolha, sendo feita uma busca por leituras com o máximo de informações possíveis, informações essas confiáveis, baseadas em livros de destaque e autores que proporcionem um entendimento sobre essa temática dentro da linha temporal escolhida.

Ao decorrer do texto é traçada uma introdução sobre o conceito de sexo e sexualidade no ocidente com foco entre os séculos XVI - XX, uma vez que nesse período a mulher era um ser destinado à procriação e ao lar. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades.

"A relação entre a mulher e o marido, em muitas situações, representava um apanágio do modelo escravista. Reproduzia no micro espaço da casa o que se configurava na relação com os escravos. Sucumbindo nesse santo território, seu espaço, ocupará uma função de 'império' do lar, de modo a vivenciar a maternidade, os cuidados da cria, além do marido; lançando as sementes da 'rainha do lar". (SILVA, 1993, p.115)

Considerando o sexo como uma dimensão física e biológica relativa aos órgãos sexuais e à genialidade, assim como o próprio ato sexual; a sexualidade é compreendida como uma dimensão histórica e cultural com relação à qualidade das vivências sexuais, sendo assim esse trabalho tem como base dados qualitativos, releituras e interpretações de autores do ramo de gênero, que de certa forma dispõem de um acervo bibliográfico bastante acessível, contribuindo assim para a busca e o aperfeiçoamento restritivo da temática, como Mary Del Priore, Georges Duby, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Outra forma de fonte bastante utilizada na composição desse trabalho remete a dissertações e pequenos artigos encontrados na internet em formato de PDF, que possibilitaram uma análise do "mundo sexual" das mulheres, entendendo os mecanismos sócio-históricos que valorizam e proporcionam uma maior liberdade ao sexo feminino em meio as relações sociais e culturais que as envolvem.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Desde muito tempo o termo sexualidade é visto e tratado de forma bastante complexa, porém cada vez mais isso vem servindo como objeto de pesquisa para vários historiadores. Entretanto, grande parte dos pesquisadores dessa área afirmam que sexo e sexualidade são conceitos diferentes e que não devem ser usados como sinônimos. Pois a palavra sexo segundo Senem e Caramaschi (2017) apesar de ser considerada algo primordial no que se refere as características do ser humano, só teve origem apenas no século XII, sendo utilizada para diferenciar a mulher do homem, ou seja, o sexo feminino do masculino, possuindo um referencial fisiológico que está diretamente ligado aos órgãos sexuais do corpo humano.

Diferente do conceito de sexo que foi mencionado anteriormente, a sexualidade segundo Sigmund Freud (1913), que foi um dos primeiros estudiosos que determinou esse conceito como algo diferente do sexo, conseguiu expandir a sexualidade para além do ato sexual ou de qualquer vínculo exclusivo com a reprodução ou com os órgãos genitais. Para ele a sexualidade está presente no dia-a-dia de cada pessoa, passando a fazer parte da vida de cada indivíduo a partir do seu primeiro instante de vida, ou seja, do seu nascimento. Nesse sentido, "Sexualidade foi um conceito que surgiu apenas no século XIX sendo utilizado para representar a qualidade e a significação do que é sexual, ampliando assim a ideia de sexo" (SNOEK, 1981, BOZON, 2004; FEITOSA 2005).

Não é possível falar de sexualidade sem mencionar a influência que a mesma recebe nas diversas culturas; afinal, as diferentes sociedades, o modo como elas vivem e seus valores morais influenciam nos comportamentos sexuais de seus respectivos membros (NUNES, 1987). Pois a sexualidade não se trata apenas de um ato físico que é usado como uma forma para tentar aliviar as tensões do corpo, mas também é a base para a construção de uma moral e para a organização social, que de certo modo não está isenta dos valores construídos em grupos, e, diferentes tempos e espaços históricos.

Ao longo da história ocidental segundo Senem e Caramaschi (2017), a sexualidade recebeu diferentes significados, sendo o primeiro momento chamado de sexualidade primitiva mítica, que ocorreu no período paleolítico, onde os elementos femininos, maternos e procriadores recebem grande destaque. Nesse contexto criaram-se as bases para modelos de organização matriarcal, e a divisão sexual do trabalho consistia em um típico cotidiano onde os homens saíam para caçar, enquanto as mulheres realizavam as atividades domésticas.

Segundo Nunes (1987), já no período neolítico foram encontrados registros que mostram o início do poder patriarcal, que de certo modo encontrava-se na fase inicial de seu desenvolvimento. No decorrer desse processo de transformação social, se torna notório a passagem de uma organização que antes era baseada em um modelo matriarcal para um modelo patriarcal, onde a imagem masculina passa agora a ser o centro das relações, exercendo poder e domínio, submetendo a mulher às suas vontades, ficando agora a figura feminina submissa ao controle masculino. Como demonstra Vicentino:

As atividades, que antes eram realizadas pelas mulheres, passaram agora para o exercício masculino; os deuses se tornaram machos e as leis, assim como a organização bélica e religiosa, tornaram-se exclusivamente masculinas (NUNES, 1987; VICENTINO, 1997).

Nota-se que as principais atividades e papéis de destaque sócio institucionais estavam nesse momento retidas ao domínio e representatividade masculina. Dentro do modelo patriarcal europeu ocidental a mulher torna-se extremamente submissa, e passa a ser educada para ter uma postura recatada, ser cautelosa, ser gentil e delicada. E ao mesmo tempo passam a ser valorizadas as atitudes e habilidades masculinas como a força, rigidez, ousadia e a liberdade sexual; a medida em que tais atributos iriam sendo naturalizados como uma espécie de elementos e poderes organicamente masculinos.

Ao analisar fica perceptível também que desde a narrativa cosmogônica⁵ bíblica (criacionismo), a mulher já era colocada em uma situação de subordinação ao homem, pois existia a ideia de que a mulher teve origem da matéria-prima do homem⁶, o que perpassa uma imagem de subordinação feminina em relação ao seu marido. Sendo assim vale ressaltar que a presença do patriarcado se mantém muito forte ainda na atualidade, ficando nítida essa presença quando paramos para analisar alguns costumes que ainda são tão valorizados em pleno século XXI, como a virgindade e a fidelidade feminina, ou seja, valores esses que foram instituídos na sociedade primitiva.

A religião sempre foi parte integrante da cultura de um povo, não deixando de ser decisiva para analisar as relações entre os sexos. A imagem feminina constituída mediante a ideologia religiosa católica revela uma contribuição teórica importante para as possibilidades investigativas nos estudos de gênero. A religião representa o ponto crucial para onde convergem as relações de poder estabelecidas no nível do simbólico e do imaginário, por aglutinar a essencialidade da existência humana, que é a ideia de finitude da vida e, por meio dessa verdade, a necessidade sempre presente de explicar e atribuir sentido e significado às ações individuais e coletivas dos seres humanos.

No mundo ocidental as igrejas cristãs reforçam o papel de que a mulher está sujeita a vontade do homem. Sendo prova dessa afirmação o comportamento e alguns hábitos, com o intuito de demonstrar virtude e santidade. Prova dessa afirmação são os hábitos e comportamentos como vestuário, fidelidade, virgindade etc., que insistem em mantê-los como se fossem capazes de imprimir virtude e santidade aos adeptos. Além disso, a igreja católica também recusa a possibilidade de que a mulher possa ingressar em seu quadro sacerdotal, e mantém o dogma da indissolubilidade do casamento, afirmando esse ser um sacramento que representa a união de Cristo com a Igreja. “Maridos, amai as vossas esposas como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela” (Efésios, 5,25)⁷.

A participação da igreja católica no que se refere a sujeição da mulher ao homem fica bastante perceptível

⁵ ³ O termo cosmogonia vem do grego kosmos, que significa universo, e de gignomai, que quer dizer nascimento ou gênese, explicando assim através de uma narrativa mítica ou bíblica a criação e a ordem do universo.

⁶ Deus fez cair um sono profundo sobre o homem, tomou então uma costela e no lugar fez crescer carne. Depois da costela que tinha tirado do homem, Deus modelou uma mulher e apresentou-a para o homem. Então o homem exclamou: “Esta sim é ossos dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada de mulher porque foi tirada do homem!” (Gênesis, 3:16. BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida).

⁷ Trad. João Ferreira de Almeida

em várias encíclicas papais, como a do Papa Pio XI, em 1.931, no documento *Quadragesimo Anno*⁸:

[...], é uma iniquidade abusar da idade infantil ou da fraqueza feminina. As mães de família devem trabalhar em casa ou na vizinhança, dando-se aos cuidados domésticos. É um terrível abuso, que deve a todo o custo cessar, o der as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganhar a vida fora das paredes domésticas, descuidando os zelos e deveres próprios e, sobretudo, a educação dos filhos. (CANEZIN, 2006, p.3)

E a do Papa Pio XII, em 1.943, que retomava a mesma linha de pensamento:

Em um como em outro estado civil, o dever da mulher aparece nitidamente traçado pelos lineamentos, pelas atitudes, pelas faculdades peculiares do eu sexo. Colabora com o homem, mas no modo que lhe é próprio, segundo sua natural tendência. Ora, o ofício da mulher, sua maneira, sua inclinação inata, é a maternidade. Toda a mulher é destinada para ser mãe: mãe no sentido físico da palavra ou num significado mais espiritual e elevado, mas não menos real. A este fim o Criador ordenou todo o ser próprio da mulher, seu organismo, mas também seu espírito e, sobretudo, sua especial sensibilidade, de modo que a mulher, verdadeiramente tal, não pode de outro modo ver nem compreender a fundo todos os problemas da vida humana, senão com relação à família. Por isto, o sentido agudo de sua dignidade a coloca em apreensão cada vez que a ordem social ou política ameaça prejudicar sua missão materna, em favor da família. (CANEZIN, 2006, p.3)

Para entendermos como a igreja desempenha um papel importante na construção da moral das mulheres é importante ressaltar a concepção de que Maria foi virgem antes, durante e depois do parto, esse sendo considerado um dogma fundamental do catolicismo, na qual se baseou e se mantém a moral sexual na sociedade ocidental. Com isso ao analisar por esse lado, a Igreja Católica teria um papel fundamental na manutenção da valorização da virgindade feminina. A partir daí, entendemos que a manutenção deste dogma cristão é uma condição imprescindível para manter a moral sexual feminina no ocidente, como também para tornar legítima a violência e a dominação machista, responsáveis pela coerção sobre os direitos da mulher numa sociedade patriarcal.

No período medieval segundo Almeida (2016) as normas consideradas desviantes e os hábitos em desacordo com a moralidade eram severamente punidos pelo acatamento do conceito de pecado, e sua gênese bíblica, com a ameaça da excomunhão e do inferno. No adestramento dos corpos, o alvo principal se dirigia à sexualidade feminina, pois se esta ultrapassasse o permitido, ameaçaria o equilíbrio da família e do grupo social. De acordo Araújo,

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predisponha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados por Satanás. (ARAÚJO, 1997, p. 46).

Esse estigma, com raízes na sexualidade fez com que as religiões cristãs dessem grande importância a uma imagética de pureza feminina, pelo regramento dos corpos e mentes. Os primeiros eram controlados com exacerbada vigilância de pais, irmãos e até mesmo pelos maridos, encarregados de erradicar nas mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de pecado carnal. As mentes eram passíveis de ser adestradas pela educação, utilizando-se de uma pedagogia do medo e da culpa que acabava tornado as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino.

A figura do confessor no interior das residências, bastante frequente nos séculos XIX e XX, demonstrava a influência da sacralidade católica no regramento da conduta feminina, numa prática voltada para a consciência do pecado que tinha suas origens no sexo. Por carregar a mancha do pecado original, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse impedir sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio.

⁸ Carta encíclica do Papa Pio XI, 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, em conformidade com a Lei Evangélica, no 40º aniversário da encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*.

A religiosidade, pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, se revestia de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador. Herdeira da tradição e ancorada no território do sagrado, a ideologia religiosa atuava como reguladora da consciência e estabelecia conexões com vários aspectos da prática social como a vida cotidiana, a fé, a economia, a política, a festa, os rituais, a educação e as relações entre os sexos, esculpindo assim as interfaces da cultura na convivência entre os seres humanos. Nesse universo, conviviam as questões ligadas à subjetividade, à identidade, ao sonho, à magia, às crenças e às representações. As simbologias referentes ao sexo feminino emergiam como categorizações distintas do mundo masculino, sendo vistas como portadoras de diferenças relacionais.

O olhar dominante, no exercício das relações de poder, também era passível de atribuir defeitos e qualidades nas suas relações de alteridade e, dependendo da expectativa que se tinha da conduta considerada certa ou desviante, reprimia e castigava com a mesma intensidade com a qual criava um esquema de simbologias acerca dessa alteridade. Esta poderia estar na contravenção das expectativas que o segmento dominante elaborou para o desempenho de papéis, fossem eles de natureza sexual, religiosa ou educativa, quando não se alinhavam com suas normas e regras de conduta.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil do descobrimento, desde o ano de 1500, a mulher era um ser sem expressão, anulado nas decisões da família e da sociedade monarquista da época, não era respeitada e era usada como moeda de troca. Vale enfatizar que nesse período o termo família estava vinculado a um grupo de pessoas ligadas pela descendência, pelo matrimônio ou pela adoção, que influenciavam ou eram influenciados por outras pessoas ou por grupos sociais.

O primeiro fato histórico importante relacionado à mulher em nosso país, e coincidentemente também relacionado ao direito, enquanto pessoa humana, foi a abolição da escravidão sancionada pela Princesa Isabel (em 13 de março de 1888), que trouxe à mulher a um patamar de visão política e destaque na sociedade, fazendo com que finalmente a mulher fosse notada e participasse de alguma decisão importante naquela época. Entretanto a mulher teve que esperar mais de três séculos para poder conquistar direitos possíveis de registros na história do país, pois conforme os escritos antigos, a mulher foi criada e educada somente para casar e ter filhos. A educação escolar e a participação ativa na sociedade sejam na política ou na economia não lhe eram permitidos até meados do século XX.

Sendo assim em meio a todo esse cenário marcado pela inferioridade sofrida pela figura feminina é importante mencionar algumas mulheres que viveram além de sua época, revolucionando o ambiente no qual viviam, mulheres guerreiras como Joana D'Ark, famosa por ter entrado no exército francês mesmo se tratando de uma figura feminina, Jane Austen, preeminente escritora inglesa que ao contrário do que a sua época empregava nunca se casou, no Brasil temos Chiquinha Gonzaga, a primeira mulher a comandar uma orquestra, entre outras que marcaram o mundo com sua coragem e perspicácia a não cumprir as ordens da época.

Entretanto as mulheres que aceitavam sua forma de vida foram em parte responsáveis pela inferioridade de seu gênero, e além disso as mesmas representaram a maioria, tornando bastante perceptível essa imagem submissa que a mulher sempre representou em comparação ao homem, e esse conceito não seria ignorado com relação ao matrimônio, onde a mulher não tinha direito algum na escolha de seu parceiro, assim como não tinha nenhum outro direito, e ao longo de sua vida seria da mesma forma, visto que até o período de seu casamento, quem lhe dava voz era o pai, durando o casamento, o marido, e caso o esposo venha a falecer antes dela, ela volta a pertencer ao meio masculino de sua família, ou seja a mulher era considerada uma figura sem voz e sem poder algum sobre si mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da mulher sempre esteve ligado aos interesses masculinos, colocando-as sempre em segundo plano, tornando-as submissas a figura masculina, onde o machismo sempre foi muito forte e ainda é nos mais diversos períodos da História. Sendo assim o presente trabalho preocupou-se em distinguir as diferenças entre os conceitos de sexo e sexualidade, muitas vezes entendidos como sinônimos. Também foi feita uma análise da figura feminina levando em consideração sua submissão tanto ao pai quanto ao marido, que se fez presente durante muito tempo. Não deixando de destacar que as dimensões biológicas, psíquicas e culturais constituem a sexualidade de forma indissociáveis, sendo muitas vezes fragmentadas apenas para fins de pesquisa e estudo, tendo em vista a complexidade da questão.

O conhecimento da história e das vivências culturais dos diferentes povos e culturas sobre o sexo e a sexualidade possibilita a identificação dos diversos sentidos e significados que essa questão recebeu pela humanidade. Tal percepção propõe a necessidade desse tema ser compreendido dentro de uma perspectiva dialética, ampla, histórica e em contínua transformação. Desta forma, é possível desconstruir modelos cristalizados e hegemônicos que se perpetuaram durante muito tempo, permitindo o desenvolvimento de uma concepção ampla, crítica e plural da sexualidade humana.

Em meio as circunstâncias aqui analisadas tanto na vida real, na simbólica, e nos romances, com relação aos arranjos matrimoniais, à nova mulher e suas aspirações e vivências amorosas, coincidem com aquelas que Michelle Perrot (2005) chama de uma outra modernidade e iriam culminar no início do século XX.

Muitas foram as fases por qual passaram as mulheres até se chegar as conquistas da atualidade, foram lutas, disputas, humilhações, submissões, até se chegar a vitória denominada liberdade. A mulher conquistou a liberdade da fala, a liberdade da vestimenta, a liberdade política, trabalhista, jurídica, financeira e familiar. Mas muito ainda a mulher tem a buscar e a conquistar, infelizmente os salários ainda são menores se comparados aos masculinos, na política é ainda pouca a participação feminina, entretanto na instituição familiar foram grandes as suas conquistas, a mulher passou de submissa as ordens do marido a companheira e também administradora do lar, dos filhos e dos bens.

A sociedade evoluiu e foram criadas assim novos modelos de famílias, agora não somente administradas por homens, as mulheres passaram a ser chefes do lar, a ter a sua independência financeira, a criarem sozinhas seus filhos e não serem marginalizadas por isso, mas apesar de todo o crescimento feminino, a violência é um fato consumado no cotidiano de muitas delas, que apanham dos seus maridos ou companheiros e vivem em regime de total terror e medo, apesar da criação da Lei Maria Da Penha, muito ainda precisa ser revisto e refeito, sabemos que a luta continua e não terminará nunca. Dessa forma a elaboração desse trabalho, mesmo encontrando inúmeras dificuldades e contratempos na sua construção, visa proporcionar um caminho para novas pesquisas e também contribuir para a história da imagem feminina que vem mudando bastante e ganhando cada vez mais espaço e visibilidade ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- [1] ALLEGRETTI, Fernanda Espindola ; RODRIGUES, A. P. K. ; GROSS, Carolina Baldissera . O papel feminino através dos tempos a partir do estereótipo de gênero: uma pesquisa bibliográfica. In: Salão do Conhecimento - XXVI Seminário de Iniciação Científica, 2018, Ijuí. Salão do Conhecimento 2018 - XXVI Seminário de Iniciação Científica, 2018.
- [2] ALMEIDA, Jane Soares de ; NICOLETTE, J. N. Gênero, Educação e Religião: o poder simbólico na cultura e o discurso da desigualdade. *Religare (UFPB)* , v. 13, p. 64 -84, 2016.
- [3] ALMEIDA, Jane Soares de ; GOMES, C. S. . De Eva a Maria: a educação feminina e o matrimônio católico. *Série-Estudos (UCDB)* , v. 36, p. 253-264, 2013.
- [4] ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- [5] ANDRADE, M. C. M. . O Século XIX: O Mundo burguês/ O casamento/ A nova mulher: O contexto histórico dos romances Madame Bovary, Ana Karenina, O Primo Basílio e Dom Casmurro. *Evidência (Araxá)* , v. 9, p. 63-80, 2013.
- [6] BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- [7] CARDOSO, Elizangela Barbosa . Moças de família e códigos de sexualidade na primeira metade do século XX em Teresina/PI (ISSN 2179-8869). *Dimensões: Revista de História da UFES* , v. 36, p. 31-54, 2016.
- [8] DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- [9] DEL PRIORE, Mary. (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.
- [10] FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Volume I.
- [11] GUIMARÃES, Solange Alves, : A mulher e o fim do casamento entre 1924 e 1950 no município de Poções - Ba; 2004; Monografia.
- [12] MENDONÇA, J. G. R. ; RIBEIRO, P. R. M. . Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX.. *Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação* , v. 5, p. 01-12, 2010.
- [13] PERROT, MICHELE. As mulheres ou os silêncios da história. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (Coleção História).

- [14] SENEM, C. J. ; CARAMASCHI, S. . Concepção de Sexo e Sexualidade no Ocidente:
origem, história e atualidade. BARBARÓI (UNISC. ONLINE) , v. 1, p. 166-189, 2017.
- [16] SILVA, Gian Carlo Melo . Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife Colonial (1790-1800). 2. ed. Maceió: Editora Universitária da Universidade Federal de Alagoas, 2014. v. 1. 236 p.
- [17] SOUZA, Manuela Cunha de. “Entre tantas Marias”: nuances da identidade feminina no romance A prostituta, de Herberto Sales / Manuela Cunha de Souza. – Salvador, 2011.
- [18] SNOEK, J. Ensaio da ética sexual: a sexualidade humana. São Paulo: Paulinas, 1981.
- [19] VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. : Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1960-1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

Autores

MARIA CÉLIA DA SILVA GONÇALVES (ORGANIZADORA)

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Estágio Pós-doutoral em Economic History Department of Law, Economics, Management and Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO-(Benevento, Italy). Visiting Professor da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2010), mestrado em História pela Universidade de Brasília (2003), especialização em História pela Universidade Federal de Minas -UFMG (1998). Graduação em Geografia(2012) pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) Complementação em Supervisão Escolar(1993) pelas Faculdades Integradas de São Gonçalo, graduação em em História (1991) e em Estudos Sociais (1989) pela Faculdade do Noroeste de Minas. Atua como professora de História do Direito, Sociologia e Metodologia Científica Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica e Professora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de Pedagogia, Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Avaliadora do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior do Ministério da Educação - MEC/INEP. Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Pinheiro(MG). Atualmente é pesquisadora do Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos - CEEDE, do Programa de Pós- Graduação em Educação da UCB .Membro da KINETÈS - Arte. Cultura. Pesquisa. Impresa (UNISANNIO). Investigadora visitante no CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora em Portugal. Ocupante da cadeira de número 35 na Academia de Letras do Noroeste de Minas. Tem experiência na área de História e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: artes-folia- festas- cultura popular-performance- identidade e memória.

BRUNA GUZMAN DE JESUS (ORGANIZADORA)

Graduada em Pedagogia: docência e gestão pela PUC Minas (2009), pós-graduada em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar (2020) assim como em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (2014) pelo Grupo Educacional UNINTER/ FACINTER - Faculdade Internacional de Curitiba. Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Metropolitana - MG. É Coordenadora Pedagógica.

ALEX PEREIRA RIBEIRO

Possui graduação em Administração pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste , MBA em Controladoria e Finanças pela UNINTER , cursando Especialização em Docência no Ensino Superior, atualmente é Professor na Faculdade UNINASSAU , em Juazeiro do Norte - CE , tem experiência na área de Docência no Ensino Superior, com ênfase em Administração Financeira, Administração Orçamentária, Matemática Financeira, Economia e Mercado, Mercado de Capitais e Estatística. Trabalhou como Professor no Instituto Educacional do Sertão IESA/IEDUC/Juazeiro do Norte - CE; Trabalhou como Coordenador Administrativo Financeiro e Instrutor Técnico de Administração no SENAI/PB /Trabalhou como Instrutor Voluntário no Projeto Brasil Educador / João Pessoa - PB

BEATRIZ CAROLINE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

Acadêmica do 6º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

BEATRIZ TEMOTEO SILVA

Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

BRUNA MARCELLE COSTA AGUIAR

Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

CARLE PORCINO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGNEF)/UFBA. Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formação em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC Salvador) (2007). Atua voluntariamente no Grupo Gay da Bahia (GGB)/Associação de Travestis de Salvador (ATRAS). Estudante do Grupo de Pesquisa em Sexualidades, Vulnerabilidades, Drogas e Gênero (SVDG) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade (SAVIS) da UFBA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Populações Vulneráveis. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica. Atualmente desenvolve pesquisas na área da saúde com os seguintes temas: populações vulneráveis, sexualidades, transgeneridades, envelhecimento, práticas de modificações corporais e redução de danos transversalizadas pela Teoria das Representações Sociais (TRS). Revisora ad hoc de periódicos nacionais.

CRISTINA LÚCIA SANT'ANA COSTA AYUB

Bacharel em Biologia pela UFV (1988); Mestre em Zootecnia pela UFV (1991); Doutora em Biologia Celular e Molecular pela UFPR (2006); Docente Associado, Departamento de Biologia Estrutural, Molecular e Genética, Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual de Ponta Grossa, desde 1996.

DARIANE DE SOUSA MORAIS

Graduanda concluinte do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e membro do grupo de pesquisa em Educação, Infância, Multiculturalismo e Sustentabilidade, certificado pela Instituição, residente no projeto Uespi nas Escolas, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, no Centro Educacional José Cavalcante Filho, e no Projeto Interdisciplinar de Escola em Tempo Integral (Pieti), realizado em parceria com o Ministério Público.

DAYANE CRISTINA ZANQUETA AZEVEDO

Acadêmica do 6º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

DENISE HOSANA DE SOUSA MOREIRA

Doutora em Estudos da Criança/Sociologia da Infância, pela Universidade do Minho, Portugal, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), líder do grupo de pesquisa sobre "Educação, Infância, Multiculturalismo e Sustentabilidade", coordenadora do curso de Pedagogia, do "Projeto Interdisciplinar de Escola em Tempo Integral" (Pieti) e do projeto "Uespi nas Escolas", em parceria com Ministério Público e a Secretaria Municipal de Educação.

EDUARDA BENTO SEVERO

Graduada em História pela Universidade de Pernambuco - UPE - Campus Garanhuns, Pós-Graduada em Ensino de História pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante - Faveni.

ELIANE VIANA CARDOSO

Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

EMANUEL MAXIMO DE MENEZES

Estudante de jornalismo pelo Universidade Federal do Ceará

FABIANA SCHAFFER

Acadêmica do 6º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

GABRIEL ROEL ELIAS CARVALHO

Graduando do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

JORGE LUIZ LORDÊLO DE SALES RIBEIRO

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1988), Mestrado em Lingüística pela Universidade Federal da Bahia (1999) e Doutorado em Educação pela UFBA. (2008), com concentração em gestão e avaliação do ensino superior. Atualmente é professor associado III do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade IHAC/UFBA, atuando nas áreas de gestão e avaliação da universidade, avaliação institucional, qualidade de vida e saúde na universidade, psicologia clínica e avaliação psicológica.

JOSÉ VITOR ARAÚJO ROSA RIBEIRO

Bacharel Interdisciplinar em Saúde (BIS), Graduando em Odontologia pela faculdade de odontologia da UFBA. Monitor voluntário da Proext pelo projeto de extensão AIDS: Educar para Desmitificar, onde colaborou através de encontros dialógicos com a comunidade universitária da UFBA e outras Instituições de Ensino Superior (IES), escolas públicas e privadas, bem como a comunidade em geral. Participa do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade (SAVIS/IHAC), sob a orientação da professora do IHAC/UFBA Dra. Maria Thereza Ávila Dantas Coelho. Atualmente vem desenvolvendo a extensão sobre AIDS na plataforma Moodle como tutor para servidores de todas as esferas, alunos de diversas IES e sociedade fora da academia, através da área de Educação em saúde, também sob orientação da professora Dra. Maria Thereza Ávila Dantas Coelho.

JUAN FELIPY FELIX DE OLIVEIRA

Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) no Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade - PPGEISU (2019). Bacharel em Saúde, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA) da Universidade Federal da Bahia. Graduando em Odontologia (2016.1) pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia (FOUFBA). Pesquisador participante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade (SAVIS/UFBA). Que desenvolve atividades nas áreas dos saberes e práticas em saúde. Interessa-se pelas áreas dos saberes da saúde, assim como promoção e educação em saúde.

JULIA FLORES NASCIMENTO

Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. É integrante do Programa de Extensão: "Educação para Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica", ministrando aulas sobre a temática para alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Minas Gerais (Uberaba/ MG).

KAUANE CHICORA

Acadêmica do terceiro ano do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Fez parte do Projeto Visitando a Biologia da UEPG (2019) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid (2018 - 2019) também pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente Bolsista do Projeto de Extensão Conversando sobre Prevenção à Gravidez na Adolescência e sobre a Prevenção às IST's da UEPG e integrante voluntária do Programa Residência Pedagógica pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

KETLIN MEIRA PEREIRA

Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

LARISSA ANADIR CARNEIRO DE OLIVEIRA

Acadêmica de licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, atualmente no terceiro ano. Faço parte do projeto de sexualidade orientado pela professora Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub, e também faço parte do projeto de extensão relacionado com a sensibilização e educação ambiental com resíduos sólidos na UEPG e em Ponta Grossa, orientados pelos professores, Rosimere Oliveira Fragoço, Rodrigo de Mello e Rodrigo Silva.

LARISSA MARTINS TOSTA

Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

LENISE OLIVEIRA LOPES

Pós doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador - Ba; Integrante do Núcleo de Estudos sobre Governança e Instituições (NEGI/UCSAL/CNPq) (de 2017 até os dias atuais); integrante do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL) - (de 2017 até os dias atuais), Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2014); Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1993), Licenciada em Letras Vernáculas - Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas e Licenciada em Língua Inglesa e Literaturas pela UCSAL/Bahia (1983); Aperfeiçoamento em Língua Inglesa pela Oxford House College/ Londres; Pesquisadora do CNPq no Ministério do Desenvolvimento Social; Aprovada em Concurso para o cargo de Oficial de Projetos na Área de Educação Básica e EJA da UNESCO-Brasil; Ex-Professora da Universidade Federal da Paraíba, DHP/ Centro de Educação/ Campus I - João Pessoa - PB, e ex-professora da UFPB/Virtual. Possui larga experiência na área Gestão e Planejamento em Instituições Educacionais. No âmbito da academia, possui, experiência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. No ensino, particularmente, em áreas como: Metodologia da Pesquisa em Educação, Planejamento Educacional, Teoria da Escrita, Teoria da Leitura, Literatura infanto-juvenil, Estudos Culturais e áreas afins.

LETHICIA BUENO DA SILVA

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID (2018 - 2020) pela UEPG. Atualmente Bolsista do Projeto de Extensão "Conversando sobre Prevenção à Gravidez na Adolescência e sobre a Prevenção às IST's" e integrante do Projeto de Extensão "Sensibilização socioambiental sobre o gerenciamento de resíduos sólidos na UEPG: ações vinculadas à disciplina de Educação Ambiental" ambos pela UEPG.

LORENA TOMAZ RIBEIRO

Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. É integrante do Programa de Extensão: "Educação para Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica", ministrando aulas sobre a temática para alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Minas Gerais (Uberaba/ MG).

LUCAS DE SOUZA ORTOLAN

Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. É integrante do Programa de Extensão: "Educação para Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica", ministrando aulas sobre a temática para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio do Colégio Municipal Boa Vista e Colégio Estadual Minas Gerais (Uberaba/ MG). Também é bolsista do programa de

Residência Pedagógica fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

LUCIANO DE BRITO JUNIOR

Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal de Campina Grande e doutorando em Ciência e Saúde Animal pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (Campus de Patos/PB) da Universidade Federal de Campina Grande.

MARIA EDUARDA ROCHA CAMILO

Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. É integrante do Programa de Extensão: "Educação para Sexualidade: uma Proposta Conscientizadora para Alunos e Professores da Educação Básica", ministrando aulas sobre a temática para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio do Colégio Estadual Minas Gerais (Uberaba/ MG).

MARIA HELENA DE LIMA GOMES E MARTINS

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista no Ensino de Biologia. Atualmente Professora de Ciências da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Estado do Rio Grande do Norte.

MARIA THEREZA ÁVILA DANTAS COELHO

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde concluiu mestrado e doutorado em Saúde Coletiva, com ênfase em Ciências Sociais em Saúde. Atualmente é Professora Associada do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) dessa Universidade, coordenadora do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde diurno, docente permanente do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (IHAC/UFBA), professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), professora do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (EA/UFBA), tendo atuado na Residência Multiprofissional em Saúde Mental (ISC/UFBA). Ao longo destes anos, tem desenvolvido atividades de pesquisa nas áreas da educação, saúde, psicanálise, ciências sociais e artes, com temas diversos, dentre os quais formação superior interdisciplinar, violência, sexualidade e gênero. É membro do Colégio de Psicanálise da Bahia.

MAYARA BARBOSA COSTA

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (2018), com Especialização em Docência no Ensino Superior (2020); Educação a distância: Gestão e tutoria (2020) e em Investigação Forense e Perícia Criminal (2020) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, Atualmente graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Paulista - UNIP e Pós-Graduanda dos cursos de Gestão escolar e coordenação pedagógica, Educação Infantil: Práticas Pedagógicas, Ludopedagogia e EJA, pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante - FAVENI.

PATRÍCIA DIAS FERREIRA PATRÍCIA DIAS FERREIRA

Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

PEDRO MARTINHO SOBRINHO MENDONÇA

Graduando concluinte do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi), membro do grupo de pesquisa em Educação, Infância, Multiculturalismo e Sustentabilidade, certificado pela Instituição, residente no projeto Uespi nas Escolas, realizado em parceria com a

Secretaria Municipal de Educação, no Centro Educacional José Cavalcante Filho, e no Projeto Interdisciplinar de Escola em Tempo Integral (Pieti), realizado em parceria com o Ministério Público, destinado a crianças em situação de vulnerabilidade e risco social.

RAQUEL MANZAN MIRANDA

Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

SIMONE ACRANI

Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP (1991), mestrado e doutorado em Ciências - Fisiologia, pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP. Atualmente é professora Associada e coordenadora do Núcleo de Ciências Biológicas do Programa Residência Pedagógica - CAPES-MEC. Atuou como coordenadora de área do Suprojeto PIBID-BIOLOGIA da Universidade Federal do Triângulo Mineiro de fevereiro de 2009 à fevereiro de 2018. Possui experiência na área da Biologia da Reprodução, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento e comportamento sexual, fertilidade e fisiopatologia da reprodução. Desenvolve atividades junto às escolas de Educação Básica de Uberaba trabalhando com a temática: Educação para a Sexualidade

SIMONE ACRANI

Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP (1991), mestrado e doutorado em Ciências - Fisiologia, pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP. Atualmente é professora Associada e coordenadora do Núcleo de Ciências Biológicas do Programa Residência Pedagógica - CAPES-MEC. Atuou como coordenadora de área do Suprojeto PIBID-BIOLOGIA da Universidade Federal do Triângulo Mineiro de fevereiro de 2009 à fevereiro de 2018. Possui experiência na área da Biologia da Reprodução, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento e comportamento sexual, fertilidade e fisiopatologia da reprodução. Desenvolve atividades junto às escolas de Educação Básica de Uberaba trabalhando com a temática: Educação para a Sexualidade

VANESSA OLIVEIRA SILVA

Graduanda concluinte do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e membro do grupo de pesquisa em Educação, Infância, Multiculturalismo e Sustentabilidade, certificado pela Instituição, residente no projeto Uespi nas Escolas, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, no Centro Educacional José Cavalcante Filho, e no Projeto Interdisciplinar de Escola em Tempo Integral (Pieti), realizado em parceria com o Ministério Público, destinado a crianças em situação de vulnerabilidade e risco social.

VENEZIANO GUEDES DE SOUSA RÊGO

Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba . Mestre e Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (Campus de Patos/PB) da Universidade Federal de Campina Grande.

